



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro Biomédico  
Instituto de Medicina Social

Danielle Silva Veiga

**A Psicologia como tecnologia de governo da subjetividade contemporânea**

Rio de Janeiro  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Danielle Silva Veiga

**A Psicologia como tecnologia de governo da subjetividade contemporânea**



como requisito parcial  
para a obtenção do título de  
Mestre, ao Programa de Pós-graduação em  
Saúde Coletiva da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Área de  
Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cláudia Maria Passos Ferreira

Rio de Janeiro  
2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CBC

V426 Veiga, Danielle Silva.

A psicologia como tecnologia de governo da subjetividade contemporânea / Danielle Silva Veiga. – 2010. 108f.

Orientadora: Cláudia Maria Passos Ferreira.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Psicologia – Teses. 2. Estado – Teses. 3. Subjetividade – Teses. 4. Governo. I. Ferreira, Cláudia Maria Passos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 159.9:35

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Danielle Silva Veiga

**A Psicologia como tecnologia de governo da subjetividade contemporânea**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovado em 29 de março de 2010  
Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Passos Ferreira (Orientadora)  
Instituto de Medicina Social UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane de Araújo Russo  
Instituto de Medicina Social UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Vieira Caliman  
Instituto de Psicologia UFRJ

---

Prof. Dr. Francisco Javier Guerrero Ortega  
Instituto de Medicina Social UERJ

Rio de Janeiro  
2010

## DEDICATÓRIA

Quero dedicar este trabalho ao meu avô Joaquim Silva (*in memoriam*), que teria muito orgulho de saber até onde consegui chegar.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus por ter me permitido a inspiração deste trabalho, começando por uma idéia confusa, partindo da minha prática profissional como psicóloga hospitalar e culminando nessa tese, fruto das minhas leituras e do refinamento que consegui obter a partir das orientações.

Agradeço também à minha orientadora Cláudia Passos, pela paciência e por discutir comigo cada aspecto do trabalho, apostando na minha escolha teórica. Foi muito bom ver o trabalho finalizado!

Agradeço aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Arthur Ferreira e Jane Russo, que foram meus professores durante o Mestrado e puderam me ajudar na caminhada desde o princípio, dando sugestões de bibliografia e de recortes teóricos possíveis.

Agradeço à minha família e aos amigos que sempre torceram para que eu passasse na prova do IMS, em especial, à Mariana Bteshe que me deu todo apoio possível, se disponibilizando para me orientar no que fosse necessário.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, Marcos, Marina, Ana e Cynthia e ao Antônio e à Miriam do doutorado do IMS. Foi muito legal a força que vocês me deram. Foi bom compartilhar idéias e vê-los presentes na minha qualificação!

Agradeço ao pessoal do Hospital Pedro Ernesto, onde eu trabalho, especialmente à Elizabeth Maria Pini Leitão, minha supervisora, que se propôs a ler minha dissertação e apontar alguns erros e à Sandra Fortes, também minha supervisora, que me apoiou para que eu fizesse mestrado.

Obrigada à Leandra, que silenciosamente torceu pela minha vitória sem nem mesmo entender nada de Psicologia e à Flávia Brasil, que disse que queria um dia ter essa minha coragem de fazer mestrado. Todas vocês foram um grande apoio na hora do desabafo.

Obrigada a todos os anônimos (bibliotecários, secretárias, colegas) que me ajudaram nessa jornada. Aqui está o produto de tanto esforço!

A arte de viver, hoje, é terapêutica.

*Nikolas Rose*

## RESUMO

VEIGA, Danielle Silva. A Psicologia como tecnologia de governo da subjetividade contemporânea: um estudo sobre a Escola Inglesa de Governamentalidade. 2010. 108f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O objetivo da dissertação é explorar o uso da Psicologia como tecnologia de poder no governo das sociedades contemporâneas a partir das análises sobre o governo da Escola Inglesa de Governamentalidade. Primeiro, investigamos o conceito de governo em Foucault e sua importância na compreensão das formas contemporâneas de governo. Partindo da noção de governo como “a conduta da conduta” ou “uma ação sobre ações”, Foucault propõe uma genealogia das formas de governar os homens nas sociedades ocidentais, que se desenvolveram, com tecnologias que tornaram as práticas de poder cada vez mais indiretas, sutis e refinadas. A partir das formulações foucaultianas, buscamos entender como a forma de governo contemporânea está imbricada a outros campos da atividade humana, em particular as tecnologias psicológicas. Os estudos sobre a governamentalidade da Escola Inglesa propõem que o governo nas sociedades contemporâneas está baseado na relação entre as racionalidades políticas, os programas e as tecnologias de governo. Em nossa análise, apresentamos o papel da psicologia como tecnologia de governo e a função da “expertise” nas ações governamentais. Os experts são aqueles que promovem a mediação entre as metas das racionalidades políticas e os valores que estas desejam infundir e os desejos e aspirações pessoais dos indivíduos. Dentro do grupo de experts, destacamos os psicólogos, cujo saber específico alterou o modo como os indivíduos se auto-representam e representam o mundo. Por fim, apresentamos os aspectos centrais do saber e das práticas da Psicologia que contribuíram para que a Psicologia se tornasse um instrumento das formas de governo contemporâneas, na perspectiva da Escola Inglesa de Governamentalidade.

Palavras-chave: Foucault, Michel. Governo. Psicologia.

## **ABSTRACT**

The objective of the dissertation is to explore the use of Psychology as a technology of power in the government of contemporary societies. At first, we investigate the concept of government in Foucault and its importance in the understanding of contemporary forms of government. Starting from the notion of government as “the conduct of conduct” or “an action over other actions”, Foucault proposes a genealogy of forms of government in western societies, that are developed as technologies that turn the practices of power each time more indirect, subtle and refined. Based on Foucaultian formulations, we have searched to understand how the contemporary form of government is linked to other fields of human activity, in particular, psychological technologies. This question is approached according to the analyses of the English School of Governmentality. English School studies in Governmentality propose that governing in contemporary societies is based on the relation among political rationalities, programmes and technologies of government. In our analysis, we present the role of Psychology as a technology of government and the function of “expertise” in governmental actions. Experts are those who promote a mediation role between the targets of political rationalities and values they wish to infuse and the desires and aspirations of individuals. Among the group of experts we underline psychologists, whose specific knowledge has altered the way in which individuals represent themselves and the world. At last, we analyze the main features of knowledge and practices of psychology that have contributed for Psychology to become a tool of contemporary forms of government, in the perspective of the English School of Governmentality.

Keywords: Foucault, Michel. Government. Psychology.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	9
1	<b>A NOÇÃO DE GOVERNO EM FOUCAULT.....</b>	16
1.1	<b>Diferentes formas de poder.....</b>	18
1.2	<b>Formas de exercício do poder: refinamento das técnicas de poder.....</b>	20
1.3	<b>As artes de governar.....</b>	26
1.4	<b>A governamentalização do Estado.....</b>	27
1.4.1	<u>O poder pastoral: matriz do governo moderno.....</u>	28
1.4.2	<u>O dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia.....</u>	32
1.4.3	<u>O liberalismo clássico.....</u>	34
1.4.4	<u>O neo-liberalismo: escola Ordoliberal e a escola de Chicago.....</u>	37
2	<b>O GOVERNO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.....</b>	42
2.1	<b>A governamentalidade nos estudos pós Foucaultianos.....</b>	42
2.2	<b>O governo das sociedades liberais avançadas.....</b>	46
2.2.1	<u>Racionalidades políticas.....</u>	46
2.2.2	<u>Tecnologias de governo.....</u>	53
2.2.2.1	Técnicas risco e seguro.....	55
2.2.2.2	Técnicas de inscrição (ação à distância).....	60
2.2.2.3	Técnicas do self.....	62
2.2.3	<u>O indivíduo empreendedor.....</u>	65
2.2.4	<u>Fenômenos de tradução.....</u>	69
2.2.5	<u>O papel da expertise nas novas formas de governo.....</u>	72
3	<b>O PAPEL DA PSICOLOGIA NO GOVERNO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.....</b>	77
3.1	<b>Psicologia e governo na ótica de Nikolas Rose.....</b>	77
3.2	<b>Todos nós temos um self.....</b>	81
3.3	<b>A Psicologia e a dimensão ética da existência.....</b>	87
3.4	<b>De onde vem o poder da Psicologia?.....</b>	93
4	<b>CONCLUSÃO.....</b>	101
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	105

## INTRODUÇÃO

Nos estudos clássicos da história da psicologia, como os propostos por Schultz e Schultz (2005), o surgimento da psicologia como campo disciplinar<sup>1</sup> é descrito a partir da História das idéias que remonta à Grécia Antiga e segue até a constituição da psicologia como ciência e de seus sistemas teóricos<sup>2</sup>. Esses estudos buscam reconstruir a linha temporal dos principais precursores que já desenvolveram estudos sobre a psicologia humana e que foram se aprimorando até chegar ao que hoje denominamos de ciência da psicologia. Segundo essa reconstrução histórica, a psicologia teria surgido no laboratório como a ciência que investiga o funcionamento psicológico normal dos seres humanos. A psicologia surge com vistas a pesquisar um objeto natural, dado, preexistente, que é o psiquismo humano. Assim posto, conclui-se que o objeto de estudo da psicologia foi cientificamente “descoberto”, quando obtivemos as técnicas adequadas a investigação do psiquismo (ROSE, 1985). Nessa perspectiva, o emprego social da especialidade psicológica foi um efeito inesperado e fruto do acaso dos avanços do saber sobre a mente normal.

Contudo, alguns autores vêm discordando desta perspectiva, recusando o paradigma internalista de reconstrução linear da história, e propondo uma outra hipótese para a consolidação da psicologia como disciplina científica. Para autores como Rose (1985), Gergen (1985) e Miller e O’Leary (1987) buscam reconstruir uma história externalista, que dá ênfase às correlações com o contexto social em sua análise, o surgimento da psicologia como campo disciplinar está diretamente relacionado a sua absorção no tecido social. Segundo Rose (1985), a constituição da psicologia como disciplina científica foi acelerada ou mesmo induzida por certos problemas práticos relacionados à demanda social por intervenção nos indivíduos patológicos e não pelos estudos dos indivíduos normais. Os indivíduos que por uma razão ou outra não “funcionavam” normalmente em relação à normas institucionais foram tomados como alvo dos agentes psi. E foi a partir da intervenção em indivíduos desajustados que a psicologia se consolidou e se expandiu como campo disciplinar. Portanto,

---

<sup>1</sup> Existe uma diferença entre a psicologia como ciência (teorias e práticas psicológicas) e a psicologia como forma de mitologia (entendimento de si mesmo em termos psicológicos). Este trabalho aborda as duas vertentes mas não se aprofunda nesta discussão. Para entender melhor sobre o assunto, sugerimos a dissertação de Ferreira (2000).

<sup>2</sup> A metodologia dos estudos da história das idéias se caracteriza pela busca no passado de primórdios do tema pesquisado, enxergando-o em outras práticas e traçando uma linha contínua até os dias atuais. Na sistematização histórica proposta por Schultz e Schultz (2005), um cânone da história da psicologia, os resquícios da psicologia remontam à filosofia de Platão, passando pela medicina de Hipócrates, até chegar ao magnetismo animal e à frenologia do século XIX. Busca-se nesses estudos o embrião do pensamento psicológico que viria a se desenvolver mais tarde com a existência dos métodos científicos adequados.

essa análise propõe uma inversão de ambas as hipóteses dos estudos tradicionais em história da psicologia: A primeira é a de que foi a partir dos estudos de casos patológicos que surgiram as teorias sobre a psicologia normal dos indivíduos e a segunda é a de que foi a partir das intervenções práticas dos agentes psi que se construíram as teorias psicológicas.

A análise externalista dos autores citados tem como um dos pontos de partida a constatação de que foi a partir das duas Grandes Guerras Mundiais que houve um incremento crucial no emprego de especialistas psi em um grande número de práticas administrativas e de reforma associadas ao governo dos estados. Tanto os agentes psi como uma variedade de técnicas psicológicas passaram a estar envolvidos na avaliação e diagnóstico de problemas da conduta individual e grupal em instituições como hospitais, escolas, fábricas e o exército. Um conjunto de especialidades psicológicas surgiu em torno destes campos institucionais de intervenção: a psicologia clínica, a psicologia industrial, a psicologia escolar, entre outras. Houve uma rápida disseminação no tecido social desses novos saberes psicológicos e das técnicas de representação e regulação dos problemas da vida pessoal e social (ROSE, 1985).

Com a formação da disciplina psicológica, com suas credenciais e campo bem definidos, a psicologia buscou se estabelecer em instituições, alegando habilidade de lidar com os problemas de conduta disfuncional (ROSE, 1985). Porém, o que a psicologia fez em relação às condutas desajustadas não foi meramente encaixá-la em teorias, conceitos e modelos, mas utilizar uma série de métodos de observação, investigação e experimentação que viriam a contribuir com o surgimento de fatos e evidências psicológicos, fornecendo uma base sólida para a construção de explicações através da análise dos efeitos dos comportamentos. Este empreendimento a que se propôs a psicologia conferiu a ela o status de ciência. Consistiu num projeto intrincado de representações e intervenções, resultante de especulações, cálculos, predições e construções de modelos, que organizaram as observações e estimularam novas observações. Favoreceu também a invenção de tecnologias capazes de criar novos fenômenos. A psicologia nasceu justamente da combinação da construção de modelos de representação do objeto que observa e práticas de intervenção. E, segundo Rose (1985), o que resultou desta combinação de um objeto teórico com um alvo experimental foi uma nova entidade: **o sujeito psicológico**.

O objetivo da dissertação é mostrar a relação entre o saber da psicologia e sua apropriação como tecnologia de governo. Existem muitas formas diferentes de governar: podemos dizer que o professor governa o aluno, que o mestre governa o discípulo e que o padre governa os fiéis. Mas, uma forma de governo característica das sociedades atuais é a que se dá através de saberes científicos, que detêm um *status* de saber verdadeiro através de

experimentos sobre os fenômenos. Sabendo como se comporta cada fenômeno, a ciência pode orientar qual a melhor forma de lidar com ele. Com a psicologia não é diferente. Enquanto saber legitimado em nossa sociedade, a psicologia é uma das principais ferramentas no governo da subjetividade contemporânea. O psicólogo é um dos principais *experts* do comportamento, junto com o psiquiatra e o psicanalista. Sendo assim, a psicologia também influenciou profundamente o tipo de pessoa que somos e o campo de possibilidade de ação que possuímos. Mas, para compreender melhor o papel da psicologia na cena atual, precisamos explorar melhor o que entendemos como governo.

Os estudos sobre a governamentalidade remontam a Foucault. Para Foucault, o governo é “a condução da conduta” (FOUCAULT, 1982). Governar significa guiar, direcionar ou levar alguém a uma dada direção ou objetivo, e inclui um tipo de cálculo de como isto deve ser feito. A palavra “conduta” se refere a comportamentos ou ações. Nesse sentido, podemos concluir que:

o governo implica qualquer tentativa de moldar, com algum grau de deliberação, aspectos de nosso comportamento, de acordo com um conjunto particular de normas e para uma variedade de fins<sup>3</sup> (DEAN, 1999, p.10)

Segundo Dean (1999), o governo é uma atividade racional<sup>4</sup> e calculada, que pode ser levada adiante por várias autoridades e agências, empregando formas variadas de saberes que moldam nossa conduta ao operar sobre nossos desejos, interesses e crenças, com resultados que podem ser inesperados. A noção de governo pode ser estendida ao modo pelo qual um indivíduo questiona ou problematiza a própria conduta para que possa governá-la melhor. Em outras palavras, a noção de governo inclui não apenas a forma pela qual exercemos autoridade sobre os outros ou como governamos entidades abstratas (o país, a casa), mas como governamos a nós mesmos (DEAN, 1999). A idéia do governo de si refere-se a uma pessoa autônoma e capaz de monitorar e regular vários aspectos da própria conduta. Nesse sentido, presumimos que os atores sociais sejam capazes de liberdade. Se o governo é aquilo que molda o campo de ação do indivíduo, ele tenta moldá-lo na direção da liberdade. Os governados são livres quando podem agir e pensar de diversas formas e, muitas vezes, formas não previstas pelas autoridades que os governam. Os modos de governo que trabalham através e a partir da liberdade e das capacidades dos governados podem ser definidos como modos

---

<sup>3</sup> “Government entails any attempt to shape with some degree of deliberation aspects of our behavior according with particular sets of norms and for a variety of ends”.

<sup>4</sup> O termo “racional” empregado aqui quer dizer qualquer tipo de pensamento que visa ser claro, sistemático e explícito sobre sua existência interna e externa (DEAN, 1999).

liberais de governo. Estes modos liberais de governar concebem a liberdade dos governados como um meio técnico de assegurar os objetivos do governo. Quer dizer, as mentalidades liberais de governo, normalmente tentam definir a natureza, fonte, efeitos e possíveis utilidades das formas de pensar e agir dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que o indivíduo é livre, ele está sujeito ao governo. O exercício da autoridade em nossas sociedades pressupõe a existência do indivíduo livre com seus próprios desejos, direitos, interesses e escolhas. No entanto, sua sujeição é também condição de sua liberdade: para que possa agir livremente, o sujeito primeiro precisa ser moldado, guiado e modelado como alguém capaz de exercer essa liberdade responsabilmente através de sistemas de poder. É nesse sentido que Dean (1999) afirma que a sujeição e a subjetivação estão sobrepostas, uma é a condição da outra.

A relação entre sujeição e subjetivação torna-se particularmente complexa quando analisamos o governo liberal. As práticas do governo liberal são “práticas de liberdade” no sentido que elas associam e dissociam continuamente a sujeição e a subjetivação, a dominação e a fabricação de identidades. De um lado, essas formas de governo contratam, consultam, negociam, criam parcerias e mesmo dão poder e ativam formas de agência, liberdade e escolha dos indivíduos. Do outro, elas estabelecem normas, padrões, indicadores de performance, controle de qualidade e padrões “ouro” para monitorar, medir e tornar calculáveis as performance dessas várias agências. (DEAN, 1999).

Há duas formas de analisarmos a “iliberalidade”<sup>5</sup> do sujeito livre. A primeira diz respeito às práticas e racionalidades que dividem as populações e excluem certas categorias de pessoa do status de pessoa racional e autônoma, o que não será abordado aqui. A outra forma é o modo pelo qual o sujeito livre do governo liberal está ele mesmo dividido, pois a condição de uso responsável e maduro da liberdade requer a dominação de certos aspectos do self. Valverde (1996 apud DEAN, 1999) afirma que existe uma forma de despotismo no coração do governo liberal anterior a qualquer divisão entre os que são capazes de tolerar as liberdades e responsabilidades da subjetividade madura e aqueles incapazes deste feito. Mas, esta divisão também supõe que aqueles que têm dificuldades também podem se aprimorar. Dentro das formas liberais de governo, há uma longa história de pessoas, que por uma razão ou outra, são tidas como desprovidas dos atributos necessários para se exercer a liberdade responsável, sendo então, sujeitas a todos os tipos de intervenções disciplinares. Esta lista incluiria pessoas que conhecemos como: indigentes, degeneradas, homossexuais, delinquentes, perigosas ou, de forma geral, as minorias (DEAN, 1999).

---

<sup>5</sup> Ilberality, no original.

Foi dessas pessoas, em primeiro lugar, que a psicologia se ocupou. É nesse sentido que Rose (1985) afirma que o destino da psicologia não era se tornar uma prática clínica, mas sim uma técnica administrativa:

Desde o princípio até hoje, as psicologias individual, diferencial e psicométrica buscam ir além de uma teoria do funcionamento psicológico na direção de um meio de diferenciação (...). Derivar uma teoria da normalidade de uma concepção da normatividade dos processos de vida e da incidência de patologia é uma coisa. Derivar uma teoria da normalidade a partir da normatividade de uma média estatística e da incidência de variações é outra. Esse problema é exacerbado se acontecer na prática e por meio de uma técnica que depende na omissão daquilo que os indivíduos partilham, se atendo apenas àquilo que os diferencia. E o problema é ainda mais exacerbado quando o que conta como anormalidade é definido por uma norma de adaptação às convenções de uma ordem sócio-econômica. A saúde, para a psicologia do indivíduo não é tanto a vida no silêncio dos órgãos quanto a vida no silêncio das autoridades (ROSE, 1985, p.231<sup>6</sup>)

Segundo Rose (1998), a psicologia ganhou enorme poder social nas democracias liberais porque compartilha de sua ética de competência e autonomia e porque promete sustentá-la, respeitá-la e restaurá-la aos cidadãos que vivem nessas democracias liberais. A psicologia desenvolveu tecnologias da individualidade para produção e regulação do indivíduo do liberalismo que é o indivíduo livre para escolher.

A psicologia se ocupou não apenas regulação dos indivíduos anormais, como no início de sua criação como campo disciplinar, mas também, passou a se ocupar dos que estão atualmente “frustrados pela própria normalidade”<sup>78</sup> (ROSE, 1989, p. 218). Nos últimos sessenta anos, o território da psicologia foi expandido para exploração, cultivo e regulação dos indivíduos normais, o que resultou na inclusão de técnicas de valorização do crescimento e do potencial humano, abrindo espaço para novas modalidades de terapia que prometem não apenas o alívio dos sintomas mas transcendência da vida cotidiana.

O que observamos nas sociedades liberais contemporâneas é que a linguagem psicológica se expandiu para além do consultório e dos espaços privados tradicionais da prática psi, tornando-se parte da mídia, das revistas com colunas de aconselhamento, dos documentários de televisão e dos programas de rádio de consulta ao *expert*, com os quais partilhamos nossas dúvidas mais íntimas e somos publicamente analisados. Para Rose (1989)

---

<sup>6</sup> From its inception up until today, individual psychology, differential psychology, psychometrics sought to extrapolate a theory of psychological functioning from a means of differentiation(...). To derive a theory of normality from a conception of the normativity of a life process and the incidence of pathology is one thing. To derive a theory of normality from the normativity of a statistical average and the incidence of variations from it is another. This problem is exacerbated if it takes place within a practice; and by means of a technique, which depends upon discarding that which individuals share and attending only to that which differentiates them. And the problem is exacerbated further when what counts as abnormality is set by a norm of adaptation to the conventions of a socio-economic order. Health, for the psychology of the individual, is not so much life in the silence of the organs as life in the silence of the authorities

<sup>7</sup> Frustrated by their own normality”.

<sup>8</sup> Ou seja, aquelas pessoas que desejam aprimorar suas capacidades apesar de não apresentarem nenhuma patologia.

isto não é necessariamente ruim. Ele afirma que as relações entre as psicoterapias e o poder político não revelam uma devastação de si mesmo, ameaçando sua segurança, mas a fabricação de sujeitos autônomos como um elemento chave nas análises da sociedade (ROSE, 1989)

Nas sociedades contemporâneas, os indivíduos habitam uma rede de montagens que pressupõem, fabricam e estabilizam regimes particulares de pessoa, entendidos como um espaço psicologicamente moldado dentro de nós, embora sua relação com o saber psi legítimo seja de bricolagem, tradução e hibridismo. É esse meio subjetivado que fornece os repertórios éticos para aqueles que se tornaram “profissionais” de si mesmos, *experts* da própria existência. Esse espaço psicológico dentro de nós, entre a materialidade biológica do corpo com seus nervos e fluidos e a complexidade moral da conduta humana com seus dilemas entre bom e mau, certo e errado, é o que chamaremos de self:

E, de agora em diante, todas as nossas receitas de estilos de vida, nossos sistemas éticos, nossas receitas para espantar o sofrimento e aprimorar a nós mesmos e à nossa conduta, nossos julgamentos dos outros, terão que levar em conta as influências do, e os impactos sobre esse espaço psicologicamente moldado (ROSE, 1989, p. 266<sup>9</sup>)

O objetivo do trabalho é investigar de que forma a psicologia se tornou uma tecnologia de poder das sociedades contemporâneas e como se tornou aliada aos sistemas de governo das pessoas, desde o século XIX, com sua disciplinarização, até os dias de hoje, tornando-se uma peça fundamental no modo pelo qual somos governados. A dissertação está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos, detalharemos o surgimento do conceito de governo na obra de Foucault e sua importância na compreensão das formas contemporâneas de governo. Partindo da noção de governo como “a conduta da conduta” ou “uma ação sobre ações”, Foucault propõe uma genealogia das formas de governar os homens nas sociedades ocidentais, que se desenvolveram utilizando tecnologias que tornaram as práticas de poder cada vez mais indiretas, sutis e refinadas. A partir das formulações foucaultianas, buscamos entender como a forma de governo contemporânea está imbricada a outros campos da atividade humana, em particular as técnicas psicológicas.

---

<sup>9</sup> And from now on, all our recipes for styles of life, our ethical systems, our recipes of assuaging misery and for improving ourselves and our conduct, our judgements of others, will have to take account of the influences of, and impacts upon, this psy shaped space.

No segundo capítulo, abordamos as análises da Escola Inglesa de Governamentalidade. Os estudos sobre a governamentalidade propõem que o governo nas sociedades contemporâneas está baseado na relação entre as racionalidades políticas, os programas e as tecnologias de governo. Em nossa análise, investigamos o papel da psicologia como tecnologia de governo e a função da “*expertise*” nas ações governamentais. Os *experts* são aqueles que promovem a mediação entre as metas das racionalidades políticas e os valores que estas desejam infundir e os desejos e aspirações pessoais dos indivíduos. Dentro do grupo de *experts*, destacamos os psicólogos, cujo saber específico alterou o modo como os indivíduos se auto-representam e representam o mundo.

No terceiro capítulo, buscamos compreender o papel que a psicologia ocupa nas sociedades contemporâneas. Apresentamos os aspectos centrais do saber e das práticas da psicologia que contribuíram para que a esta se tornasse um instrumento tecnológico das formas contemporâneas de governo. Nossa análise privilegia as teses defendidas por Nikolas Rose, que tem se dedicado em seus estudos a investigar o papel da psicologia como tecnologia de governo das subjetividades contemporâneas.

## 1 A NOÇÃO DE GOVERNO EM FOUCAULT

O objetivo do capítulo é apresentar os estudos de Foucault sobre as formas de governo das pessoas, inaugurados no curso “Segurança, Território e População” (FOUCAULT, 2008a), destacando as noções de governo e governamentalidade, e sua relação com os modos de subjetivação nas sociedades contemporâneas. A obra de Foucault está dividida em três fases, de acordo com eixos temáticos: Eixo do Saber e da Verdade (anos 60); Eixo do Poder (anos 70) e Eixo da Ética (anos 80). Privilegiamos, em nossa análise, o eixo do poder, no qual podemos identificar dois deslocamentos: O primeiro, no início dos anos 70, com o uso da metáfora da guerra para entender o poder; O segundo na segunda metade dos anos 70, com a problematização do poder como governo (CALIMAN, 2002). Esse capítulo está centrado na última dessas problematizações: o poder como governo dos homens. É a partir dessa noção de governo que posicionamos nosso ângulo de visão sobre a psicologia, analisando-a como uma das tecnologias pelas quais se exerce o governo dos homens.

A idéia de governar os homens influenciando suas condutas não é nova e podemos encontrá-la mesmo na Antiguidade. Contudo, o que Foucault denomina como ‘governo’ é algo mais específico. Para Foucault (2008a), governar é conduzir a conduta das pessoas, influenciar suas ações em vista de um objetivo consciente. Essa prática de governo das pessoas teve sua principal influência no modelo do pastorado hebreu que postula a obediência da ovelha aos comandos do pastor. O governante é uma espécie de pastor que conduz os governados como ovelhas para uma meta que seja boa para toda a população e para cada um em particular<sup>10</sup>. Quando se fala em governantes, não se fala apenas nos políticos ou representantes formais do Estado. Todos podem governar e ser governados. O professor, o médico, o psicólogo, o arquiteto, também governam pois com suas intervenções, buscam levar o indivíduo (seu cliente) a um determinado tipo de comportamento que crêem ser o melhor.

A partir do século XVIII, houve uma demanda por novas formas de governar as pessoas. Com o declínio da soberania e da disciplina, surge de uma forma de poder, na qual o poder exercido pelas autoridades era mais refinado e sutil, não usando apenas (ou principalmente) a repressão e se dirigindo não mais a indivíduos, e sim a populações. As formas de poder até então existentes – que eram a disciplina e a soberania – não foram

---

<sup>10</sup> Esta idéia será desenvolvida com detalhes mais adiante.

eliminadas mas reconfiguradas em um triângulo no qual o novo vértice é o governo (FOUCAULT, 2008a).

Essa mudança na forma de poder foi correlativa às mudanças sociais mais amplas: o surgimento da teoria dos fisiocratas e posteriormente, da economia política, o destaque dado às análises estatísticas a partir do século XIX, o surgimento do liberalismo não apenas como doutrina mas como arte de governar baseada no respeito à liberdade e autonomia dos sujeitos, por exemplo. A nova forma de governo passou a se basear num conhecimento científico sobre aquilo que é governado, conhecimento altamente valorizado em nossas sociedades. Passou-se a acreditar que de posse de um conhecimento “verdadeiro”, as autoridades (entre elas os *experts* na conduta humana) podem decidir o que é melhor para os governados, aquilo que mais respeita sua natureza. Nesse contexto, os governados também têm o poder de decidir se querem ou não seguir o que lhes é recomendado mas geralmente o fazem por acreditarem que trará bons resultados pessoais, como poder, saúde, sucesso e vitalidade. (FOUCAULT, 2008a). Enquanto cada sujeito se preocupa com seu bem estar, as autoridades buscam um olhar também para a população, agora concebida como o conjunto de vidas humanas que devem ser preservadas. Isso caracteriza o que Foucault (1988a) chama de biopoder, um poder que se centra nas vidas biológicas dos sujeitos e que tem dois alvos de intervenção conjuntos: a vida individual (cada um) e a vida coletiva/ populacional (todos). No exercício do biopoder, as taxas de natalidade, mortalidade, casamentos, doenças, etc. da população são controladas com o objetivo de implementar uma política que “corrija” os problemas estatísticos apresentados, buscando o crescimento populacional não apenas numérico mas na direção da saúde, da prosperidade e da felicidade<sup>11</sup> (FOUCAULT, 2008a).

Correlativamente ao surgimento dessa nova forma de poder como governo, surgem também os dispositivos de segurança, baseados numa atenção cada vez maior dedicada aos fenômenos que sugerem algum risco aos indivíduos: catástrofes naturais, instabilidades da economia, doenças, entre outros. A população deve ser protegida contra os fenômenos acidentais que podem causar grandes perdas e danos. No entanto, o governo fornece apenas a proteção mínima ao indivíduo (através da previdência social por exemplo), sendo a maior parte da responsabilidade atribuída ao indivíduo autônomo e livre, que também deve ser prudente e planejar seu futuro através da contratação de múltiplas formas de seguro que garantam o bem-estar de sua família, propriedades e seu próprio bem estar (físico, psicológico). A idéia de estar seguro e ser segurado é uma das principais preocupações das

---

<sup>11</sup> Essa idéia foi inaugurada pela Razão de Estado, um dos tipos de arte de governar do século XVIII e posta em prática pelo dispositivo de polícia.

sociedades atuais, que une a importância da preservação da vida biológica com o incentivo à responsabilização e autonomização do sujeito defendidas pelo liberalismo (FOUCAULT, 2008a).

### 1.1 Diferentes Formas de Poder

Em “História da Sexualidade: A Vontade de Saber” (1988a), Foucault apresenta a hipótese repressiva do poder, que é a idéia de que o poder é sinônimo de dominação, apenas restringe, subtrai e submete. Nessa acepção, o poder oculta a verdade dos dominados e esta verdade, quando descoberta, liberta-os do domínio do poder, pois “a verdade é intrinsecamente oposta ao poder e por isso, desempenha um papel de liberação” (DREYFUS; RABINOW, 1982, p. 127)<sup>12</sup>. Essa acepção negativa do poder está presente na visão “jurídico-discursiva” do poder como nomeia Foucault, e dela deriva a idéia de que o poder só produz limitação e falta. Nessa perspectiva, “(o) poder, em última instância, é repressão; repressão em última instância é a imposição da lei; a lei em última instância demanda submissão” (DREYFUS; RABINOW, 1982, p. 130)<sup>13</sup>.

Contrariamente a esta visão, Foucault formula a hipótese<sup>14</sup> de um poder sobre a vida, que chamará de Biopoder<sup>1516</sup>. Para Foucault, o poder é uma tecnologia política que opera no corpo social (FOUCAULT, 1976a; DREYFUS; RABINOW, 1982). Ele é o avanço dessas tecnologias tais como operam no cotidiano, no tempo e no espaço. O poder não é uma “coisa” que pode se possuir, não é um prêmio, não é um conjunto de instituições e nem uma racionalidade oculta (ideologia). Para entender como ele opera, é necessário se infiltrar em suas micropráticas (FOUCAULT, 1976a; DREYFUS; RABINOW, 1982). E essas práticas também não são únicas assim como o poder não é único. Não existe um poder único mas poderes, formas de dominação diversas, formas de sujeição que funcionam com técnicas específicas. A sociedade é um entrelaçamento de vários poderes coordenados e hierarquizados. Nas palavras do autor: “A sociedade é um arquipélago de poderes diferentes”

<sup>12</sup> Truth is intrinsically opposed to power and, for that, plays a liberating role.

<sup>13</sup> Power in the last instance is repression ; repression in the last instance é imposition of the law and law in the last instance demands submission.

<sup>14</sup> A intenção de Foucault, jamais foi de formular uma teoria sobre o poder. Isso não quer dizer, que suas análises sejam descontextualizadas. Foucault afirmava que as teorias fixam uma essência nas coisas, que as coisas parecem fora do tempo e do espaço. Sua intenção, era, ao contrário, analisar as relações de poder em contextos específicos, para delas deduzir alguns marcos, poder fazer algumas afirmações. Por isso, Foucault analisou a prisão, os asilos, o exército, com o objetivo de apreender suas relações concretas (DREYFUS; RABINOW, 1982).

<sup>15</sup> Sobre as formas de exercício de poder e seu contexto histórico, ver tópico 1.2.

<sup>16</sup> Segundo Caliman (2002) todo poder contemporâneo é um Biopoder, portanto, usaremos os termos poder e biopoder como sinônimos, quando tratarmos do poder contemporâneo, para fins deste trabalho.

(FOUCAULT, 1976a, p.186). Esses poderes não derivam um poder central que os precederia. Ao contrário, surgem os poderes regionais que se aglomeram para formar os grandes aparelhos de Estado. Os poderes regionais se dirigem a todas as direções do corpo social, de baixo para cima e de cima para baixo (FOUCAULT, 1975; FOUCAULT, 1976a; DREYFUS; RABINOW, 1982).

Uma das primeiras coisas a entender é que o poder não é localizado no aparelho de Estado e que nada será mudado na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora dos aparelhos de Estado, abaixo, ao lado dele, a um nível bem mais ínfimo e cotidiano, não forem modificados (FOUCAULT, 1975, p. 58)

Esses pequenos poderes não têm a função primeira de proibir. Sua função é permitir a máxima eficiência com o menor custo, especializar, disciplinar, incidir sobre os corpos para retirar deles sua máxima utilidade. Segundo o autor, “O poder é como efeito, um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior, adestrar, ou sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 1988b, p.153). O poder, como técnica, pode ser aperfeiçoado, desenvolvido sem cessar (FOUCAULT, 1976a). O poder não é uma coisa que alguns detém e outros não:

(...) é uma coisa que circula e que só funciona em cadeia. Jamais está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder circula em rede e os indivíduos também. Eles se submetem ao poder ao mesmo tempo em que o exercem<sup>17</sup>. Eles não são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários (FOUCAULT, 2004, p. 35)

Não há exterioridade em relação ao poder, sempre se está preso em suas malhas, implicado em seu jogo, o que não implica em ser prisioneiro (SENELLART, 1995; FOUCAULT, 1976a). As relações de poder são abertas e móveis, e implicam a desigualdade de posição mas que não é fixada, quando a relação de poder deixa de ser móvel. Nesse sentido, podemos sim falar em dominação (DREYFUS; RABINOW, 1982; FOUCAULT, 1984). Nas palavras do autor, “Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade de movimento, estamos diante do que se pode chamar, um estado de dominação” (FOUCAULT, 1984, p.266). Para finalizar, as relações de poder são intencionais mas não são diretamente guiadas em seu objetivo mais amplo pois o resultado final depende de uma ampla rede de poderes. No nível local, por exemplo, os atores são conscientes, planejam e coordenam suas ações, e as direcionam para um objetivo determinado. Mas o efeito dessas

<sup>17</sup> Em outras palavras, o poder não é uma substância, é um tipo de relação particular entre os indivíduos (Foucault, 1981).

ações em outros níveis não podem ser previstas por estes atores. O entrecruzamento de várias malhas de poder determina uma tendência para um objetivo estratégico mas não há impulso de uma pessoa ou de apenas um grupo. As grandes transformações históricas acontecem pelos cruzamentos nas malhas do poder que impulsionam para uma direção específica (DREYFUS; RABINOW, 1982).

Nessa acepção de poder, muda a forma como compreendemos a liberdade. A Hipótese Repressiva afirmava que bastaria romper a repressão pelo conhecimento da verdade e pelo contato consigo mesmo que haveria um efeito de liberação. A novidade que Foucault afirma é que para haver relações de poder é preciso haver liberdade. Mesmo quando se afirma que uma pessoa tem poder sobre a outra, ainda lhe resta a oportunidade, senão de fugir, de matar o outro ou se matar. Para haver poder é necessário haver resistência. Nas palavras de Foucault, “se há relações de poder em todo campo social é porque há liberdade por todo lado” (FOUCAULT, 1984, p.277). Se o poder só tivesse a função de reprimir, só poderia se exprimir pela censura, pela exclusão e pelo impedimento, sendo assim, seria um poder muito frágil. Sua eficácia está em operar como um poder positivo, que produz efeitos (FOUCAULT, 1975). Se existe liberdade e, assim, podemos resistir, o poder não é algo necessariamente opressor do qual devemos nos libertar. Não pode existir uma sociedade sem relações de poder, se elas forem entendidas como estratégias, tecnologias políticas. O poder é formado por jogos de estratégia nos quais um tenta influenciar aquilo que o outro faz. Para o autor, não há mal em alguém ensinar o que fazer, transmitir um saber ou comunicar técnicas. O problema é evitar que essas práticas se tornem estados de dominação (FOUCAULT, 1984).

## 1.2 Formas de Exercício do Poder: Refinamento das Técnicas de Poder

Tradicionalmente, o pensamento político esteve preocupado em garantir a vida justa e boa. Baseado no entendimento amplo e metafísico do cosmos, este pensamento postulava a política como a arte que visava levar os homens a vida justa e boa pela imitação do governo de Deus sobre a natureza (DREYFUS; RABINOW, 1982). Assim acontecia na época do feudalismo. A partir da Idade Média, nos séculos XVI e XVII, as monarquias administrativas se sobrepuseram ao sistema de organização feudal. Esse processo ocorreu graças ao **poder**

**soberano**<sup>18</sup>, que estava baseado no sistema jurídico. Os tribunais, por exemplo, foram utilizados para a resolução de conflitos sociais que antes eram resolvidos privadamente. O poder monárquico se fortaleceu e estabeleceu seus limites através deste edifício jurídico (FOUCAULT, 1976a; FOUCAULT, 2004). Além disso, a burguesia também se beneficiou do desenvolvimento das monarquias e das leis pois o sistema feudal era desvantajoso para seus negócios. Nessa forma de poder, o próprio poder é tornado visível, colocado constantemente à mostra como poder do rei e oposto à ofensa praticada como se esta fosse pessoal à figura do rei. As multidões são invisíveis perto da figura brilhante do rei e do seu poder. É um poder descontínuo, que age pela aplicação da lei quando há uma transgressão. É um poder oneroso porque age por subtração de bens, propriedades e até mesmo da vida (FOUCAULT, 1976a; DREYFUS; RABINOW, 1982).

A partir do século XVII, surge uma nova forma de exercer o poder, impulsionada pelas necessidades do pré-capitalismo<sup>19</sup> (DREYFUS; RABINOW, 1982). É o **poder disciplinar**. A disciplina não era algo novo, tinha se iniciado nas instituições monásticas mas só se difundia em práticas específicas. A partir do século XVII, ela se torna a forma geral de poder (FOUCAULT, 1976a; FOUCAULT, 1988b). A disciplina não extinguiu o sistema jurídico da soberania como era de se esperar<sup>20</sup> pois a soberania era um empecilho ao sistema capitalista e era um sistema oposto à disciplina. O sistema jurídico era por demais oneroso para o capitalismo pois se baseava na extração de rendas e propriedades, servindo como obstáculo ao crescimento econômico. Por outro lado, era um sistema muito frouxo, pouco vigilante e descontínuo, que deixava sem fiscalização o contrabando, por exemplo (FOUCAULT, 1976a; FOUCAULT, 2004). Um dos motivos para o não desaparecimento da soberania foi que ela serviu como instrumento crítico contra a monarquia ainda nos séculos XVIII e XIX e também porque permitiu uma democratização dos direitos soberanos. A política nas sociedades ocidentais era feita através deste jogo entre o direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina (FOUCAULT, 2004).

Vejamos como Foucault caracteriza o poder disciplinar. O poder disciplinar incide sobre o corpo humano, tornando-o dócil e obediente. Tende a cobrir toda a sociedade e valoriza a vigilância em seus mínimos detalhes. A disciplina modifica a distribuição dos

---

<sup>18</sup> A soberania é o poder baseado na pessoa do rei e no cumprimento das leis. Quando uma lei é transgredida, o rei tem o poder de punir, inclusive eliminando a vida da pessoa, pois atentou contra a pessoa do rei (Foucault, 1988).

<sup>19</sup> Segundo Dreyfus e Rabinow (1982), as tecnologias disciplinares jazeram sobre o crescimento, a expansão e o triunfo do capitalismo. Sem a presença de indivíduos ordenados e disciplinados na produção, as novas demandas do capitalismo não teriam sido atendidas. Essas mudanças não fizeram surgir o capitalismo mas foram as condições tecnológicas de seu sucesso.

<sup>20</sup> “A disciplina não substitui as outras formas de poder mas as coloniza ou investe” (DREYFUS; RABINOW, 1982, p. 153).

indivíduos no espaço, tendo como local privilegiado os espaços fechados<sup>21</sup> como o quartel, por exemplo, que a princípio visava se ocupar da massa ociosa e diminuir os conflitos urbanos (FOUCAULT, 1988b). Mesmo o espaço aberto é quadriculado de forma fina, favorecendo certas ações e coibindo outras. A vigilância é geral e individual ao mesmo tempo, colocando cada indivíduo em seu lugar, fornecendo classificações, comparando indivíduos. A disciplina distribui os corpos em filas, setores, organizando um espaço social onde havia multidões desordenadas, “inúteis ou perigosas (...) tirando da multidão o maior número possível de efeitos” (FOUCAULT, 1988b, p.137). A disciplina institui horários para tornar o tempo útil, e impõe um ritmo controlado. Visa capitalizar o tempo dos indivíduos de forma que sejam suscetíveis ao aprendizado de capacidades que possam ser úteis e controladas. A disciplina permitiu a formação e a manutenção das tropas, a formação de um exército competente e valioso; preveniu diversos distúrbios civis, fortalecendo e promovendo a ordem interna. A disciplina instaurou uma economia positiva do poder, que “fabrica” indivíduos, produz capacidades, organiza e une as multiplicidades como numa máquina em que as peças são perfeitamente coordenadas. A coerção física diminuiu para crescer a coerção pelo olhar, pela ameaça da vigilância anônima e silenciosa.

Diferentemente do sistema jurídico, a disciplina não age por meio da lei e sim, por meio da norma. A lei pune atos criminosos, a norma penaliza indivíduos, criando uma natureza individual tendenciosa para o crime. A disciplina traça inúmeras diferenças entre o normal e o anormal, compara performances, hierarquiza e exclui. Inclui uma gradação de diferenças entre os indivíduos obtidas através de uma série de testes. Foucault considera a disciplina uma anátomo-política pois visa os indivíduos até lhes anatomizar, incidindo sobre os corpos e sobre as atividades nos mínimos detalhes (FOUCAULT, 1976a; FOUCAULT, 1988b).

Posteriormente ao desenvolvimento do poder disciplinar, na metade do século XVIII, surge uma outra tecnologia de poder que visa o indivíduo mas sob um outro viés: o indivíduo inserido nas multiplicidades. Torna-se necessário um poder que incida sobre a população como “um grupo de seres vivos atravessados por processos, leis biológicas” (FOUCAULT, 1976a, p. 191). Descobre-se uma série de regularidades na massa da população: taxas, curvas normais, índices de saúde e natalidade. Para que a população seja produtora de riquezas, bens e de outros indivíduos, ela deve ser levada em consideração. Para tanto, o governo deve se preocupar com a vida biológica, cuidando de problemas de moradia, saúde pública, conflitos

---

<sup>21</sup> A disciplina é uma técnica e não uma instituição, mas pode ser massivamente apropriada por certas instituições, ao mesmo tempo, as instituições, como a escola, por exemplo, não se reduzem à função disciplinar (DREYFUS; RABINOW, 1982).

urbanos, alimentação, etc. Não se trata mais de uma anátomo-política mas de uma biopolítica. Para que a biopolítica funcione são necessárias técnicas de observação e registro. Entre elas, a que mais se destacou foi a estatística. O controle do corpo e da vida se tornou uma necessidade do poder – um poder cada vez mais material e físico (FOUCAULT, 1976a). Nas palavras de Caliman (2002; p. 3): o **biopoder** é “um poder exercido sobre as vidas individuais e coletivas, um poder vital, que ao se nutrir da vida, possibilita também sua perpetuação”.

Para Foucault, a disciplina e a biopolítica não são técnicas opostas, mas trabalham em conjunto. Enquanto a disciplina individualiza, a tecnologia biopolítica totaliza, objetivando regular os fatores de conjunto que possam subtrair forças da população e portanto, do Estado. Esses dois pólos do biopoder se desenvolvem lado a lado no século XVIII e XIX e se aproximam através da temática da sexualidade. Para Foucault, a sexualidade é a “dobradiça” que está na interseção entre o ser humano como espécie biológica e o ser humano como indivíduo<sup>22</sup>. O sexo se torna a construção pela qual o poder conecta a vitalidade do corpo individual com aquela da espécie (FOUCAULT, 1976a; CALIMAN, 2002).

No curso “Em Defesa da Sociedade” (2004), Foucault afirma que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi a tomada da vida pelo poder, ou a retomada do homem como ser vivo, espécie biológica. Houve uma “estatização do biológico”. Enquanto o poder soberano tinha o poder de tirar a vida e deixar viver, o biopoder incide sobre a vida ao invés de pender para a morte (FOUCAULT, 1988a).<sup>23</sup>

A biopolítica trata da população como problema político, biológico, científico e de poder (FOUCAULT, 2004). E se dirige a acontecimentos aleatórios, imprevisíveis de uma dada população que se repetem, tendo suas constantes conhecidas. Por este motivo, aplicam-se previsões e estimativas sobre essas constantes que tentam determiná-las para estabelecer mecanismos que mantenham o equilíbrio e não deixem o número de mortes passar de um nível aceitável (FOUCAULT, 2004). O novo poder produz a vida ou devolve à morte. A preocupação com aspectos biológicos da vida sempre esteve presente na história através do risco de epidemia e de escassez alimentar. No entanto, pela primeira vez, a vida passa a fazer parte do domínio do saber científico. Torna-se possível prever e controlar o que antes não podia ser sabido pela ausência de conhecimentos pertinentes e instrumentos específicos. O fato de viver não exposto apenas nas épocas das grandes calamidades, quando se fazia a

<sup>22</sup> Para Foucault, a sexualidade não seria a única ‘dobradiça’, pois considera que a Medicina e o problema urano também poderiam exercer esse papel, por exemplo.

<sup>23</sup> A morte torna-se aquilo que se deve evitar a qualquer custo. É escondida e torna-se tabu na mudança das tecnologias de poder. A morte é aquilo que escapa do domínio do poder, o indivíduo morto escapa a qualquer poder pois volta a si mesmo, à sua parte mais privada (FOUCAULT, 2004, p. 295).

contagem dos mortos. É o poder que se encarrega da ameaça de morte, mais do que da morte real. Os indivíduos não podem morrer porque são um Bem, Bem do Estado, que garante sua força e a continuidade da produção (FOUCAULT, 1988a). Com isso, proliferam-se tecnologias que se ocupam da saúde, da segurança física e econômica dos indivíduos, e saberes que investem sobre as maneiras de viver. Para funcionar, o biopoder precisa dos indivíduos vivos e distribuídos corretamente na sociedade. Em função disso, para o exercício do biopoder, é necessário manter a vida a qualquer custo inclusive ao custo da morte de alguns (FOUCAULT, 1988a).

Para entendermos o modo como o biopoder é exercido, é necessário explicitar os mecanismos que acompanham seu surgimento. Em “Segurança, Território, População” (2008a), Foucault apresenta o surgimento dos **dispositivos de segurança** que acompanharam o surgimento do biopoder. Enquanto o mecanismo da soberania, predominante nos séculos XVII ao XVIII, criava a lei e estabelecia a punição, a disciplina, estabelecida a partir do século XVIII e presente nos dias atuais, cria a norma e corrige os desviantes. O dispositivo de segurança insere qualquer fenômeno em uma série de probabilidades. Passa a existir um cálculo de custo que busca avaliar, por exemplo, se vale a pena ou não punir os desvios. O dispositivo de segurança estabelece uma média ótima para os fenômenos e, a partir disso, estabelece os limites do aceitável e do não aceitável. Os dispositivos de segurança consistem, em boa parte, na reativação de mecanismos jurídicos e disciplinares. Mas, os alvos a que cada um se refere são diferentes: a soberania visa um território, a disciplina visa os corpos dos indivíduos e a segurança visa uma população<sup>24</sup>. Outra característica dos mecanismos de segurança é que eles criam séries abertas, elementos indefinidos que se deslocam e se reproduzem, e que só podem ser controlados por uma estimativa de probabilidades (pessoas, objetos.). A segurança regula essas séries num contexto transformável. Os dispositivos de segurança criam e organizam um meio, um campo de intervenção com dados naturais e artificiais que atingem uma população. É uma técnica política que se dirige ao meio. Qualquer efeito que se queira obter sobre as pessoas, dependerá do meio (FOUCAULT, 2008a).

Os dispositivos de segurança estão diretamente relacionados ao surgimento de uma teoria econômica: a dos fisiocratas<sup>25</sup>. As conseqüências práticas do aparecimento dos fisiocratas possibilitaram a instalação de dispositivos de segurança. Isto fica claro na relação

---

<sup>24</sup> O problema das multiplicidades era antigo, já que a soberania sempre se exerce sobre uma multiplicidade de sujeitos e a disciplina só se tornou possível a partir do conjunto, mas a população em si, como conjunto de indivíduos de uma espécie biológica que possui certas regularidades, só se tornou passível de ser problematizada a partir do século XVIII (FOUCAULT, 2008).

<sup>25</sup> Essa teoria postulava que os fenômenos tinham sua própria natureza e que as intervenções governamentais só faziam “desnaturar” esses fenômenos, gerando ao invés de uma solução, justamente aquilo que era temido (FOUCAULT, 2008a).

desses dispositivos com um acontecimento que se visa evitar. Foucault utiliza o exemplo da escassez alimentar para mostrar como os mecanismos jurídico-disciplinares que tentavam evitar a escassez através de uma série de medidas intervencionistas, acabavam por provocar o próprio fenômeno temido. Para os fisiocratas, a escassez alimentar é um fenômeno natural a ser observado. A natureza do fenômeno deve ser conhecida para permitir que ele se auto-regule. A visão do governo não deve ser limitada ao mercado mas à produção e a todo ciclo do cereal, expandindo o olhar para todo o sistema, inclusive para o mercado mundial. Busca-se através desse conhecimento, fazer cálculos e previsões para o futuro. Utilizando o princípio do *laissez-faire*, elimina-se o risco da escassez alimentar, proporcionada em última instância pelas próprias medidas do governo (FOUCAULT, 2008a). Além disso, o governo não deve se preocupar com o nível individual. Se algumas pessoas tiverem que morrer de fome para o bem da população como um todo, isso ocorrerá. Surge a população como sujeito político que se demanda que se comporte de determinada forma. No conjunto da população, cada indivíduo exerce um papel específico.

Da soberania em direção à segurança, há um refinamento do poder, que passa de um poder coercitivo para um poder que respeita a liberdade dos indivíduos, valor primordial em nossa sociedade. Como afirma Foucault, “não há a era do legal, a era do disciplinar e a era da segurança” (FOUCAULT, 2008a, p.11). O que muda, de um período para o outro, são as relações entre os mecanismos. Enquanto os **mecanismos disciplinares** isolam um espaço no qual seu poder funcionará sem limites, os **mecanismos de segurança** integram continuamente novos elementos e novas variáveis. A segurança não se preocupa com os detalhes com vistas a regulá-los, pois utiliza o princípio do *laissez-faire*. Os mecanismos de segurança regulam a realidade, fazendo com que “ela siga seu caminho de acordo com as leis, princípios e mecanismos que são o da realidade mesma” (FOUCAULT, 2008a, p.63). O dispositivo de segurança só pode funcionar bem em liberdade, com possibilidade de movimento e deslocamento de coisas e pessoas, segundo sua própria natureza. Esta liberdade é essencial para o desenvolvimento do capitalismo.

Enquanto a disciplina postula uma norma e classifica os indivíduos utilizando a norma para avaliar quem está acima ou abaixo e precisa de medidas especiais, os dispositivos de segurança buscam um estudo da realidade para saber qual é a norma. Os dispositivos de segurança só se tornaram possíveis como estratégia generalizada de poder, a partir do surgimento do problema político da população. Inicialmente, o problema da população nas técnicas de governo era postulado de forma negativa. A população era tudo aquilo que se opunha à depopulação, era o repovoamento de um território. As taxas de mortalidade só eram

calculadas nas grandes catástrofes. Foi somente no século XVII, com o mercantilismo<sup>26</sup> e o cameralismo, que a população adquiriu um valor positivo como força de trabalho e concorrência que promovia salários mais baixos e possibilidade de exportação. A população era fonte de riqueza do Estado se fossem eliminados os vagabundos, incentivando a imigração. Ainda assim, a população era vista como um conjunto de súditos obedientes. Já para os fisiocratas, no século XVIII, a população é um conjunto de processos que precisam ser administrados a partir de sua natureza que muda de acordo com as variáveis como o clima, a economia, os hábitos, os valores. A natureza da população não é alterada pelas leis mas é acessível pelas técnicas adequadas. O governo deve incidir sobre fenômenos distantes mas que afetam a população como a economia, por exemplo. (FOUCAULT, 2008a).

### 1.3 As Artes de Governar

O governo era tido até então como o poder do príncipe sobre o território. Mas Foucault (2008a) considera que a arte de governar é uma outra coisa. Para Foucault, o príncipe não é o único a governar e o Estado é apenas um tipo de governo. Enquanto Maquiavel enfatiza a descontinuidade entre o poder do príncipe e outros poderes, Foucault acentua a continuidade tanto ascendente como descendente. Nesse sentido, para Foucault, quem quiser governar bem o Estado deve governar bem tudo aquilo que está debaixo da sua autoridade (os bens, a família, a casa). Por outro lado, quando um Estado é bem governado, os indivíduos governam e são governados como convém. Isto mostra como a economia das relações domésticas era o modelo do governo do Estado. Uma outra diferença a considerar entre a análise de Foucault e a de Maquiavel é que enquanto para Maquiavel, o fim do governo é o território, nas artes de governar o objetivo é a correta disposição das coisas, entendida como relações entre os homens e as coisas (alianças familiares, bens, costumes). Governar é visar um fim adequado. Enquanto o fim adequado na soberania é a própria lei, nas artes de governar há vários fins específicos. (FOUCAULT, 2008a). Um governador não deve usar a espada mas a paciência, conhecendo as coisas que estão sob seu domínio e os objetivos que deve alcançar; deve ser diligente como o pai de família, zelando pelos governados. Isto foi possível pelo surgimento

---

<sup>26</sup> O mercantilismo é a doutrina que utiliza como princípio de organização da produção e do comércio o enriquecimento do Estado pela acumulação monetária. Além disso, teoriza que o Estado só se fortalece através da concorrência com outros Estados e com o crescimento da população (FOUCAULT, 2008b).

de uma série de saberes, dentre eles a estatística, mas também das doutrinas mercantilista e cameralista que foram uma tentativa de racionalizar o exercício do poder (FOUCAULT, 2008a). Esses saberes surgiram correlativamente à implantação da monarquia administrativa. Não foram criações puramente teóricas. O mercantilismo foi a primeira tentativa de instaurar um saber sobre o Estado para governá-lo de forma racional. Mas não obteve pleno sucesso, pois ainda predominavam os princípios de governo da soberania que bloqueavam o desenvolvimento dessas artes de governar. A amplitude e rigidez da soberania associada à fragilidade e inconsistência do modelo da família fizeram com que as artes de governar não pudessem se expandir. Como mostra Foucault (2008a), a expansão das artes de governar só ocorreu no século XVIII com o desabrochar do problema da população<sup>27</sup>. A família não perde assim sua importância mas se torna instrumento privilegiado do governo. A população se torna a verdadeira meta do governo. Só se governa racionalmente com o conhecimento da economia<sup>28</sup> e de todos os processos que giram em torno da população.

#### 1.4 A Governamentalização do Estado

Foucault (2008a) define “Governamentalidade” em três sentidos diferentes:

1) O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de poder que tem por alvo principal a população, por saber a economia política, e por instrumento técnico os dispositivos de segurança.

2) A tendência no Ocidente que conduziu a este tipo de poder e que trouxe o desenvolvimento de aparelhos específicos de governo e de saberes ligados a eles.

3) O resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo e viu-se pouco a pouco governamentalizado.

Nosso objetivo é explorar o primeiro sentido definido por Foucault. Para que isto seja possível, precisamos entender de onde surgiu esta noção de governo. Essa noção de governo dos homens não é nova, os homens sempre foram governados de alguma forma, conduzidos por outros a alguma direção específica. No entanto, este tipo de governo teve como matriz a

---

<sup>27</sup> Foucault se refere aqui ao surgimento da população como uma preocupação política, como governar o ser humano entendido como o conjunto de indivíduos da mesma espécie, submetido a leis naturais.

<sup>28</sup> Época de surgimento da economia política que estuda as relações entre população, território e riqueza, abrindo um campo característico de intervenção do governo (FOUCAULT, 2008).

forma de relacionamento do povo hebreu com seus líderes, que foi posteriormente adotada pelo cristianismo e se refinou de tal forma, agregando novos elementos, que se caracterizou como hoje a encontramos. A seguir, detalharemos um pouco mais que forma de poder era essa e porque ela foi é tão importante no que buscamos compreender como governo político hoje em dia.

#### 1.4.1 O Poder Pastoral: Matriz do Governo Moderno

A ação de governar dos séculos XIII ao XV tem sentidos diversos. Segundo a análise de Foucault (2008a) de textos da época, mencionava-se o governo dos filhos, da casa, governo do professor sobre o aluno, por exemplo. O que há de comum entre essas formas de governo é que nunca se governava um Estado mas sempre os homens<sup>29</sup>. A idéia de governo dos homens não é grega nem romana mas vem do Oriente pré-cristão, da Mesopotâmia, especialmente dos hebreus. Foucault chama de poder pastoral essa forma de governo dos homens desenvolvida no Oriente.

Nestas culturas, o rei ou chefe é um pastor. O pastor é o espelho de Deus que é o pastor supremo. O pastorado é a relação entre Deus e o soberano, este pastoreia os homens na terra mas depois deve prestar contas a Deus e devolver-lhe o rebanho (FOUCAULT, 1981; FOUCAULT, 2008a). O poder pastoral é um poder que se exerce mais sobre um rebanho em deslocamento do que sobre um território. Os deuses gregos habitavam entre as muralhas da cidade mas o Deus dos hebreus se faz presente especialmente nos deslocamentos, mostrando a direção a seguir. O poder pastoral busca essencialmente o bem daqueles que governa. Todo poder tem o objetivo de fazer o bem mas normalmente é apenas um dos traços associados ao poder, que também visa ganhar dos inimigos e conquistar riquezas. O poder pastoral busca apenas o bem do rebanho e a salvação no outro mundo. É um poder de cuidado no qual o pastor zela para evitar a desgraça e procurar as ovelhas desgarradas e feridas. O pastor não é definido pela honra mas pelo fardo. É um poder individualizante, no qual o pastor conhece cada um pelo nome. O pastor sacrifica-se por uma única ovelha. Está relacionado com a salvação, pois conduz os indivíduos ela, se relaciona com a lei porque para se alcançar a salvação é necessário se submeter à lei de Deus e se relaciona com a verdade pois é necessário

---

<sup>29</sup> O que indica que a idéia de governo dos homens não é nova, no entanto, ainda não havia entrado de uma forma coerente e organizada no discurso político (Foucault, 2008a)

se crer numa certa verdade. “O pastor guia para a salvação, prescreve a lei e ensina a verdade” (FOUCAULT, 2008a, p.221).

O poder pastoral foi introduzido no Ocidente pela Igreja cristã. Foi a Igreja cristã que implantou esses mecanismos de poder no Império Romano. É verdade que, em alguns textos gregos, já aparece a metáfora do pastor, mas tem um sentido diferente. Em Platão, por exemplo, o pastorado não é a essência da função política. Para ele, o pastor só se empenha quando possui um retorno, numa espécie de pastorado egoísta. Além disso, não há como um governante ser pastor pois há muitas subdivisões na sociedade para se pastorear. O pastor possuiria também muitos rivais já que existem outros pastores e não só o homem político. Platão rejeita explicitamente a metáfora do pastor como protótipo do político, substituindo-a pela metáfora do tecelão, que trança inúmeros fios, harmonizando-os, e afirma o pastorado apenas em pequenas tarefas como a do médico, do agricultor, do ginasta e do pedagogo (FOUCAULT, 1981; FOUCAULT, 2008a).

O tema do pastorado se difundiu através de pequenas comunidades filosóficas e religiosas e só atingiu seu ápice com o cristianismo. A pequena comunidade cristã se tornou uma Igreja, uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana para levá-los à vida eterna, não apenas um grupo mas toda a humanidade. O pastorado passou por inúmeras transformações mas nunca foi derrotado. Mesmo na Reforma foi fortalecido por dois grandes braços: o católico e o protestante (FOUCAULT, 1981; 2008a). Contudo, o poder do pastorado permaneceu distinto do poder político. Apesar de ter efeitos políticos sobre a gestão cotidiana das vidas e dos bens, e de se apoiar no poder político, eles permaneceram distintos. O rei e o pastor tinham seus postos em separado.

Mas o pastorado passou por uma crise, houve uma série de insurreições com o objetivo de propiciar outras formas de condução. O próprio pastorado se formou contra certas seitas dos primeiros séculos, ele é uma forma de contraconduta. Do século X ao XVII, aconteceram as grandes revoltas contra a era do pastorado. Mas, a partir do século XVII, elas diminuíram e o pastorado foi retomado no exercício da governamentalidade. Os conflitos não deixaram de existir mas passaram a ocorrer muito mais do lado da política do que do lado da religião.

Da série de revoltas contra o pastorado, o ápice foi a Reforma Protestante (FOUCAULT, 2008a). Nesta época, haviam se dispersado os dois grandes pólos que prometiam a unificação da humanidade: a Igreja, que se dispersou em várias, e o Império, abrindo um tempo infinito na história. Novas relações econômicas e políticas substituíram a soberania feudal que já não dava conta das inúmeras insurreições. (FOUCAULT, 2008a). O

pastorado não acabou nem as funções da Igreja se transferiram para o governo, ao contrário, o pastorado religioso tornou-se mais atuante na vida cotidiana dos indivíduos. Ao mesmo tempo, retornaram os questionamentos sobre como se conduzir e conduzir os outros. O problema da conduta se proliferou no século XVI: entramos na era dos governos. As contracondutas se multiplicaram buscando não o fim do pastorado mas um pastorado aprimorado. Neste contexto, colocam-se duas questões: que racionalidade deveria animar o governo do Estado e qual seria o objeto do governo. Esta reflexão culminará no desenvolvimento da Razão de Estado, como veremos a seguir.

Até este momento, os princípios do governo eram baseados na religião, num continuum que ia de Deus aos homens. Essa relação de continuidade foi quebrada no século XVI quando a política começou a definir uma forma de governo específica do Estado sem a intervenção da tradição e das leis divinas. Essa ruptura estava relacionada às descobertas científicas da época sobre as leis universais da natureza que expunham a natureza inteligível do mundo e questionavam o pastorado de Deus. Assim, vivendo fora de um mundo de sinais e prodígios, o soberano passou a ter a tarefa específica de governar: a natureza se separa da religião e da mística, o espaço público passa a ser governamentalizado (FOUCAULT, 2008a).

Surge então um espaço para a constituição de uma nova racionalidade de governo: a Razão de Estado<sup>30</sup>. A Razão de Estado sempre existiu como mecanismo pelo qual os Estados podem funcionar mas foi necessário “um instrumento intelectual absolutamente novo para detectá-la e analisá-la” (FOUCAULT, 2008a, p.322). Apenas no século XVII, a política passou a ser definida como um campo de ação valorizado de forma positiva. O exército, o fisco e a justiça já existiam. Mas, a partir daí, o Estado torna-se uma prática refletida dos homens, passa a ser compreendido racionalmente. O Estado como entendido hoje é fruto de uma técnica de governo:

O Estado não é na história essa espécie de monstro frio que não parou de crescer e de se desenvolver como uma espécie de organismo ameaçador acima de uma sociedade civil (...) O Estado nada mais é que uma peripécia do governo. (FOUCAULT, 2008a, p.331<sup>31</sup>)

Definamos agora o que é a razão de Estado. Foucault afirma que há um sentido subjetivo e objetivo para esta expressão. No sentido objetivo, a Razão de Estado é aquilo que

---

<sup>30</sup> A Razão de Estado é a racionalização de uma prática que se situa entre um Estado apresentado como dado e um Estado a se construir. Governar, segundo a Razão de Estado é “fazer com que o Estado possa se tornar sólido e permanente, rico e forte diante de tudo o que possa destruí-lo” (FOUCAULT, 2008b, p.6). Segundo ela, o Estado é uma realidade específica e autônoma, seu governo deve seguir certo número de regras exteriores a ele.

<sup>31</sup> O Estado não possui uma essência, não é uma fonte autônoma de poder. Ele é efeito de múltiplas negociações que modificam os tipos de controle e as relações entre autoridades (FOUCAULT, 2008b).

é necessário e suficiente para que a república conserve a sua integridade (FOUCAULT, 2008a, p.343). No sentido subjetivo, é aquilo que leva o Estado à sua conservação, ampliação e felicidade. É interessante notar nessas duas definições não há referência ao cosmo, à ordem divina ou à natureza. A razão de Estado é a própria essência do Estado, ela é conservadora, identifica o que é necessário e suficiente para que o Estado exista e se mantenha íntegro. Visa à felicidade do Estado, sua riqueza, sua força, seu aprimoramento. A razão de Estado não é descontínua mas intervém todo o tempo para que o Estado sobreviva. Segundo Foucault:

A fraqueza da natureza humana e a ruindade dos homens, fazem com que nada na república possa se manter se não houver em todo ponto, em todo momento, em todo lugar, uma ação específica da Razão de Estado, garantindo, de maneira concertada e meditada, o governo (FOUCAULT, 2008a, p.346)

Com o fim do Império e da Igreja única, inaugura-se um novo tempo de governo. Em lugar da utopia de unificação do mundo, surge o objetivo da paz perpétua numa configuração de multiplicidade de Estados em que nenhum Estado deve tentar dominar o outro. A salvação proporcionada pela razão de Estado é a salvação do próprio Estado, que se utiliza das leis mas abre mão delas se a sobrevivência do Estado estiver em jogo. Ela não usa o princípio do *Omnis et Singulatim* como o poder pastoral usava, mas sacrifica alguns em prol do desenvolvimento do todo, e, assim, torna-se violenta e mortífera (FOUCAULT, 2008a). O objetivo da Razão de Estado é que este permaneça em repouso, que se ajuste à realidade, à essência imutável do Estado, ou seja, a paz necessária para se ampliar e conservar uma república. É o princípio de governo que evita que o Estado cresça e depois morra. O Estado precisa estar em competição com os outros Estados e isto só pode ser conseguido pela ampliação de suas forças. O foco deixa de ser a riqueza do príncipe para ser a riqueza do Estado (natural e comercial). A força do Estado passa a ser mais importante que a ampliação do território, que as riquezas e as alianças matrimoniais.

O pensamento político se propõe a ser uma dinâmica das forças. As sociedades ocidentais criaram dois grandes conjuntos de racionalização dessas forças: **o dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia**. Esses dois conjuntos visam à manutenção de uma relação de forças entre os Estados e seu crescimento. A junção das duas racionalidades compõe os mecanismos de segurança do Estado (FOUCAULT, 2008a), pois visam prever e assegurá-lo dos perigos advindos tanto do interior (polícia) quanto do exterior (diplomacia e exército).

#### 1.4.2 O Dispositivo Diplomático-Militar e o Dispositivo de Polícia

O dispositivo diplomático-militar está relacionado à defesa externa do Estado e à manutenção da paz. É preciso limitar os outros Estados em sua ambição e desenvolver o Estado sem provocar os demais. Está diretamente relacionado à idéia do século XVII de equilíbrio da Europa, uma divisão geográfica que não se pretende universal. A Europa é plural e tem Estados com forças diferentes, o equilíbrio significa que nenhum Estado pode ditar leis sobre os outros. A guerra pode ser um instrumento do equilíbrio europeu na medida em que não é mais uma guerra privada entre príncipes cujos direitos foram violados mas uma guerra que visa barrar o excesso de poder e funciona como continuidade da própria política. Outro instrumento do equilíbrio europeu é a diplomacia, feita através de tratados que ajudam na solução dos conflitos. Criam-se sistemas de informação sobre as forças de cada Estado que são intercambiáveis numa vigilância permanente. As negociações perpétuas garantem o interesse de todos: a ordem e a liberdade. “Os Estados passam a ser como indivíduos que devem manter entre si um certo número de relações que o Direito deve determinar e codificar” (FOUCAULT, 2008a, p.406). Desenvolvem os dispositivos militares permanentes, com a profissionalização do exército e a prontidão deste para uma possível guerra. Os Estados equipam-se com fortalezas e transportes de guerra.

No século XVII, a polícia tinha um sentido bem diferente do que tem hoje. A polícia era a aplicação prática da Razão de Estado no controle interno do Estado. Era o conjunto dos meios que possibilitava o crescimento do Estado, mantendo a ordem. A polícia é uma técnica que conjuga “a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças” (FOUCAULT, 2008a, p.421). O objeto da polícia é o esplendor do Estado, sua beleza visível e o bom uso de suas forças. Esta mantém relações estreitas com o dispositivo diplomático-militar. Para que haja equilíbrio europeu é necessário que os Estados tenham uma boa polícia. Um Estado com pouca ordem interna pode favorecer o crescimento de outros Estados que venham a dominá-lo. A polícia e a diplomacia têm um instrumento comum: a estatística. A estatística é por excelência o saber do Estado sobre ele mesmo e é nessa medida que ela se encontra na articulação dos dois dispositivos.

O desenvolvimento desses dispositivos não foi igual em todos os Estados. Na Alemanha por exemplo, houve um desenvolvimento sem igual da polícia, que acarretou o surgimento da especialidade que se difundirá posteriormente por toda Europa: a ciência da

polícia (FOUCAULT, 2008a). A polícia se tornou a arte de governar absorvendo funções clássicas do Estado: a justiça, o exército e as finanças. Passou a se ocupar da escolha vocacional dos jovens, da instrução das crianças, da saúde pública, dos acidentes, das causas de empobrecimento; passou a assistir os comerciantes, a regular o mercado e a produção, e a se ocupar dos bens imobiliários e das heranças. A polícia passou também a exercer a função moral de designar a maneira como as pessoas devem se comportar<sup>32</sup>, formulando injunções que têm por alvo os próprios homens porque os homens são a riqueza do Estado<sup>33</sup>. Os homens são um diferencial nas forças do Estado, e as suas atividades devem ser úteis para este (FOUCAULT, 2008a; FOUCAULT, 1981). Em última instância, o objeto da polícia se tornou todas as formas de coexistência dos homens e todas as suas formas de comunicação. Como mostra Foucault, “consolidar e aumentar a força do Estado, fazer bom uso dela e proporcionar a felicidade dos súditos, é essa a articulação que é específica da polícia” (FOUCAULT, 2008a, p.440).

A partir do século XVIII, a polícia começa a sofrer uma espécie de desarticulação a partir de críticas colocadas pela economia política. Uma delas é o centramento da polícia na cidade, ignorando o problema do campo e da produção. Outra crítica é feita sobre a generalização da disciplinarização. Os economistas afirmam que as coisas não são flexíveis e não podem se dobrar à vontade do soberano. A tentativa de desviar o curso natural das coisas causa mais transtornos do que se elas seguissem seu curso. A regulação é inútil pois a economia se regula por si mesma. Para os economistas, a população não constitui em si um bem. A polícia visava aumentar o número de habitantes para que houvesse mais braços para o trabalho. Os economistas afirmam que o número de pessoas por si só não é um valor, o valor é relativo porque tem que ser visto em relação ao tamanho do território e à necessidade da economia. A população não é um dado infinitamente modificável, ela própria se ajusta de acordo com a sua natureza (FOUCAULT, 2008a).

O princípio de concorrência entre os Estados será substituído pelo princípio de concorrência entre os interesses particulares. Cada pessoa, ao buscar o lucro máximo e a venda de seu produto, traz um ganho para o Estado. O bem de todos é assegurado pelo comportamento de cada um, que ignora o sistema em que está inserido. Assim, a Razão de Estado não deixa de existir, mas é modificada pelos economistas, que ganham ares heréticos em relação ao Estado.

---

<sup>32</sup> A polícia passou a cuidar de detalhes da vida cotidiana, utilizando mais regulamentos do que leis, com a tarefa de disciplinar a população. O reino funciona como uma instituição fechada a ser disciplinada com perfeição. A polícia é essencialmente urbana e mercantil, pensada em termos de urbanização do território, resolvendo problemas da coexistência densa como a vagabundagem, por exemplo.

<sup>33</sup> Nas palavras de Foucault: “A polícia visava encarregar-se da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão” (2008, p.10).

A governamentalidade dos políticos vai culminar na polícia e a dos economistas vai inaugurar o liberalismo clássico (FOUCAULT, 2008a).

### 1.4.3 O Liberalismo Clássico

De forma geral, o Estado liberal tem por objeto a população e não o território; governa através de saberes como a medicina e a economia, por exemplo, e tem como sua contrapartida a necessidade de dispositivos de segurança para proteger os indivíduos dos custos do sistema. O surgimento deste mecanismo de poder coincide com o surgimento da biopolítica, uma espécie de racionalização dos fenômenos da vida da população (CASTRO, 2009). Vejamos as características centrais do liberalismo como prática de governo<sup>34</sup>.

O liberalismo se caracteriza por uma volta da naturalidade do mundo, oposta à artificialidade da polícia<sup>35</sup>. Essa naturalidade buscada não é a da ordem teológica mas a naturalidade específica das relações dos homens entre si, que acontece espontaneamente quando estão juntos. No liberalismo, a naturalidade social se torna domínio de saber e intervenção. É a sociedade civil como complemento necessário do Estado. Como esclarece Foucault, “(o) Estado tem a seu encargo uma sociedade civil e é a gestão desta que ele deve assegurar” (FOUCAULT, 2008a, p.470). É um governo científico, no qual o conhecimento dos fenômenos naturais da população deve ser dar por meios científicos. Não é mais um cálculo de forças, diplomático. O conhecimento científico desses processos é indispensável ao bom governo. Não respeitar esses processos é estar fadado ao fracasso. O conhecimento passa a ser externo ao governo, a ciência se separa do Estado e reivindica ser ouvida por este. Destina-se a uma população como realidade específica e relativa. Ela tem suas próprias leis de transformação e deslocamento. Existe uma naturalidade intrínseca a ela. Entre os indivíduos se produzem interações, vínculos que não são constituídos pelo Estado, são espontâneos. A população se compõe dos interesses particulares. Por fim, o liberalismo é caracterizado por um Estado que respeita os processos naturais da população e os leva em conta, os faz agir ou age com eles. Abre-se todo um campo de intervenções possíveis mas que terão um outro formato. O objetivo fundamental do governo vai ser garantir a segurança desses processos.

---

<sup>34</sup> Foucault analisa o Liberalismo não como doutrina econômica mas como racionalidade de governo (SENELLART, 1995; CASTRO, 2009).

<sup>35</sup> Ao contrário de uma regulação intensa e constante dos objetos de governo (espaços e pessoas), o liberalismo admite a política do *laissez faire*: Deixar as coisas funcionarem segundo sua própria natureza, acompanhando seu modo de funcionamento.

O surgimento da arte de governar liberal, no século XVIII, trouxe uma transformação essencial: o limite colocado à arte de governar não é extrínseco (uma lei, a vontade divina) mas pertence à própria racionalidade governamental. O governo que desconhecer essa limitação não será um governo ilegítimo mas um governo inábil, que não faz o que convém (FOUCAULT, 2008b). Essa limitação é o meio fundamental de alcançar os objetivos do governo. O próprio governo é quem traça os limites do que pode ou não ser feito aos súditos e de quais áreas podem ser alvo de intervenção e quais devem ser deixadas livres.

Como dito anteriormente, o que possibilitou o surgimento do liberalismo foi a economia política. Esta não se desenvolveu contra a Razão de Estado mas em seu interior. Seu objetivo foi o enriquecimento do Estado e o crescimento correlativo entre população e meios de subsistência. A economia política procurou refletir sobre as práticas governamentais, não para saber sua legitimidade mas para estudar os efeitos negativos que causam. Estes estudos revelaram regularidades, fenômenos que se produzem através de mecanismos que podem ser compreendidos pela análise econômica e que podem ser obscurecidos por certas práticas de governo. Se o governo viola as leis naturais desses processos, ele provoca os efeitos que mais teme. Por isso, o mal maior de um governo é ignorar esses dados (FOUCAULT, 2008b). No entanto, o governo nunca sabe o suficiente e sempre corre o risco de governar demais e em áreas que não convém. O liberalismo como prática de governo foi uma crítica à Razão de Estado e em especial ao aparelho policial, que visava governar todas as áreas da vida humana. Não se trata no entanto, da abolição da Razão de Estado, mas de uma transformação profunda que visa aperfeiçoá-la. É a Razão do Estado mínimo que se torna o princípio organizador dessa nova Razão de Estado. Um governo limitado mas que paradoxalmente, se estende e se intensifica cada vez mais (FOUCAULT, 2008b).

O alvo principal do liberalismo era o mercado. O objetivo era que o Estado interviesse o menos possível para que o mercado funcionasse de acordo com as suas leis naturais, no entanto, o Estado se fazia necessário para proteger o consumidor de fraude, garantir a justiça distributiva e promover o preço justo. Esse preço justo era o resultado espontâneo da relação entre a produção e a demanda. O mercado exibia a verdade pois denunciava a má atuação do governo<sup>36</sup>. De lugar privilegiado de forças do Estado, na Razão de Estado, o mercado se

---

<sup>36</sup> O governo age somente quando há necessidade, ou seja, utilidade. E não age mais diretamente sobre as coisas e as pessoas como na Razão de Estado, mas age, sobretudo, nos interesses, esse fenômeno político segundo o qual algo interessa aos indivíduos ou à coletividade. Mercado, interesses, utilidade social, benefício econômico, são esses os principais alvos da nova modalidade de governo liberal (FOUCAULT, 2008b).

tornou o termômetro do bom ou do mau governo pois uma intervenção ignorante sobre o mercado só poderia fazer desnaturar seus mecanismos naturais (FOUCAULT, 2008b).

O que caracteriza o liberalismo é o naturalismo, muito mais do que a liberdade. Essa idéia não é nova, os fisiocratas já afirmavam que era preciso deixar as coisas funcionarem segundo a sua própria natureza. Quando o liberalismo fala em “liberdade”, não se refere tanto à liberdade dos indivíduos mas a espontaneidade dos mecanismos econômicos. A liberdade está no cerne dessa prática mas não é a quantidade desta que aumenta. Não se passa de um governo autoritário a um governo flexível ou menos regulador. Segundo Foucault (2008b, p.86), isso não pode ser afirmado porque não há como quantificar a liberdade, o liberalismo não é menos intervencionista, apenas intervém de forma diferente, e porque a “liberdade não é algo que todos têm e que possa ser restrito ou ampliado. A liberdade nunca é mais que uma relação atual entre governantes e governados”.

A palavra liberdade é utilizada para caracterizar essa forma de governo porque este constrói liberdades: liberdade de mercado, de compra e venda, de propriedade, de expressão, etc. Ele consome liberdades e se torna gestor destas na medida em que produz essas condições de liberdade, ao mesmo tempo em que produz seus constrangimentos. Nenhuma liberdade pode ser ilimitada. A liberdade de comportamento e de mercado devem ser reguladas para que os interesses individuais não se sobreponham aos interesses coletivos, para que não haja nenhum país hegemônico na Europa. A liberdade nunca pode se constituir em um perigo. A contrapartida das liberdades são os mecanismos de segurança que impedem seus excessos e protegem os cidadãos dos perigos (FOUCAULT, 2008b).

Além disso, com o aumento da liberdade há também o refinamento das técnicas disciplinares. Em primeiro lugar, a vigilância, que aponta os locais onde deve haver uma atuação direta. Em segundo lugar, técnicas intervencionistas que ampliam as liberdades em tempos de crise, como o Estado de Bem Estar. As crises são o custo da liberdade, os próprios mecanismos intervencionistas também. Ameaçado pelo totalitarismo e pelo comunismo, o Estado lançou mão de muitos mecanismos tão prejudiciais quanto os sistemas que queria evitar (FOUCAULT, 2008b).

#### 1.4.4 O Neoliberalismo: Escola Ordoliberal e Escola de Chicago

O neoliberalismo<sup>37</sup> surgiu no século XX como uma transformação profunda da doutrina liberal do século XVIII<sup>38</sup>. Ele teve duas fontes principais: os ordoliberais alemães e a Escola de Chicago nos Estados Unidos, ambos construídos como críticas à políticas intervencionistas que se baseavam na doutrina de Keynes. Esta nova forma de pensar o governo se difundiu para outros países, formando a base da política atual de governo.

O neoliberalismo alemão surgiu após a segunda guerra mundial numa época de transição para uma nova economia de paz e integração de novas tecnologias surgidas durante a guerra. Para reconstruir a Alemanha pós nazismo era necessária a utilização de planos econômicos, fazendo com que o Estado adotasse medidas muito intervencionistas, inclusive nas políticas sociais. Contra esta atitude política, desenvolveram-se as idéias neoliberais, que desejavam garantir a liberdade dos cidadãos, o fim da regulação dos preços e das intervenções estatais na economia. No dizer dos neoliberais, “um Estado que comete abusos de poder na ordem econômica e de maneira geral, viola direitos fundamentais, afeta liberdades essenciais e, por isso, perde seus direitos, não é mais representativo desses cidadãos” (FOUCAULT, 2008b, p.111). O Estado só pode ser legítimo se cria e assegura a liberdade dos cidadãos, especialmente no domínio econômico. Isso dispersaria, em primeiro lugar, o fantasma do Estado totalitário que pairava sobre a Alemanha desde o fim do nazismo e depois, garantiria à Alemanha livres relações comerciais com outros países. A economia funcionaria como um legitimador dos direitos que a Alemanha havia perdido por conta do nazismo. E esse sistema econômico só pode ser legitimador se as pessoas são livres para agir e se expressar. O crescimento econômico produz bem estar e faz com que as pessoas adiram a ele, num circuito que se retroalimenta. Se a História disse “não” à Alemanha, a economia possibilitaria sua reafirmação (FOUCAULT, 2008b).

O neoliberalismo alemão se funda em 1936 ao redor da revista *Ordo*, portanto a origem do nome ordoliberais, ou Escola de Friburgo. O neoliberalismo não nasceu com os ordoliberais. Muitos outros personagens tentaram durante o século XIX reformular os princípios liberais mas suas idéias foram bloqueadas por fatores históricos e sociais como o

---

<sup>37</sup> Em tempos de crise do capitalismo, o neoliberalismo vem afirmar que não é a estrutura de acumulação de riquezas do capitalista que causa as crises mas um enquadre institucional inadequado. Sua proposta é a reinvenção do capitalismo através de um intervencionismo jurídico (FOUCAULT, 2008b).

<sup>38</sup> Esse neoliberalismo não era uma simples reativação do governo liberal. A questão do governo liberal era como governar um Estado legítimo e fazer funcionar dentro dele um mercado livre. A isso, os economistas do século XVIII responderam como o princípio do *laissez-faire*: abandone o mercado à sua naturalidade e ele próprio se regulará. No século XX se trata de algo diferente: Como fazer existir um Estado e fazer funcionar nele o princípio de liberdade? Era necessário fundar um Estado e um Estado limitado (FOUCAULT, 2008b).

socialismo de Estado, a necessidade de uma economia planificada, o protecionismo da política econômica e as críticas dos keynesianos. A diferença das idéias dos ordoliberais era que eles não afirmaram que o nazismo era uma aberração política mas que era causado por um entrelaçamento desses fatores, no qual um traz os outros para si. Planificar a economia pode trazer por exemplo, os outros elementos e culminar com o nazismo. O que ocorre no nazismo é o crescimento ilimitado do poder estatal, desqualificado como representante do povo, exigindo a obediência e agindo de forma autoritária. O governo não apóia os diferentes partidos mas adota a política do partido único. Para os ordoliberais, o Estado não deve ser subordinado a nada (FOUCAULT, 2008b).

Os neoliberais reacendem as idéias liberais, afirmando que o motivo do fracasso do liberalismo foi o próprio Estado e não a modalidade de governo. O mercado deve ser deixado livre, não sofrendo tantas intervenções do governo. A liberdade de mercado se torna o princípio regulador e organizador do próprio Estado, que o vigiando. O motivo de se desconfiar do Estado é que ele sempre governa demais e seu excesso de intervenção traz sempre o fracasso econômico. O neoliberalismo alemão funciona como uma espécie de teste para saber se a economia de mercado pode servir de parâmetro para o Estado (FOUCAULT, 2008b).

Resumidamente, destacamos as principais características deste neoliberalismo. Primeiro, o essencial do mercado não está na troca, mas na *concorrência*. O Estado não deve intervir nos mecanismos da concorrência porque ele se auto-regula. A intervenção deve ocorrer apenas quando existe monopólio. Segundo, o mercado nunca é um dado natural, apesar de ter seus princípios espontâneos de funcionamento. A concorrência pura nunca será alcançada porque ela é sempre o resultado de um esforço. Ela não é natural, é um princípio de formalização, um parâmetro de análise. Possui sua estrutura e lógica interna e seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. A concorrência é um jogo formal entre desigualdades. Terceiro, a concorrência é produzida por um governo ativo, portanto, é preciso governar para o mercado. A economia de mercado constitui o indexador geral que regula todas as ações do governo. Quarto, o governo não deve intervir nem nos efeitos do mercado nem nas políticas de bem estar, corrigindo os efeitos destruidores da economia sobre a sociedade. Ele deve intervir sobre a própria sociedade em sua trama, deve intervir para que os mecanismos concorrenciais tenham o papel de reguladores gerais da sociedade. O neoliberalismo “não é um governo econômico mas um governo de sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p.199).

Mas o que significa ter o mercado como princípio da racionalidade política? Quer dizer que os mecanismos concorrenciais devem ocupar o maior espaço possível na sociedade transformando-a em uma sociedade empresarial. A empresa é o protótipo que sustenta essa arte de governar liberal. As unidades sociais teriam a forma-empresa<sup>39</sup>: a propriedade privada, a casa, o indivíduo. É a generalização das formas-empresa no corpo social. Como surgem atritos entre as formas-empresa, também é necessário um sistema jurídico forte que possa arbitrar entre elas. Isto só vem a confirmar que o regime neoliberal não é menos intervencionista que os anteriores. Segundo Foucault (2008, p.221): “no ordoliberalismo está implicada uma política de sociedade e um intervencionismo social ativo, múltiplo, vigilante e onipresente”. O intervencionismo é essencialmente jurídico pois as pessoas devem se adaptar às leis que permitem o progresso da sociedade.

A forma geral do capitalismo renovado, proposta neoliberal, é um jogo de empresas, regulado no interior de uma moldura jurídica garantida pelo Estado na qual cada um se dedica às atividades pelas quais se interessa e os atos do poder público só poderão adquirir valor se se encaixarem nas leis que o limitam antecipadamente. O resultado de toda essa conjuntura é que “quanto mais os indivíduos forem deixados livres, mais necessários serão os juízes.” (FOUCAULT, 2008b, p.241).

O neoliberalismo americano ou Escola de Chicago foi o resultado da transformação do ordoliberalismo ao chegar nos Estados Unidos. Ele teve maior difusão em uma época de crise econômica e política e foi uma crítica ao intervencionismo da política do *New Deal*, dos programas intervencionistas formulados durante a guerra e de programas econômicos e sociais que agiam sobre a pobreza e o sistema educacional. Vejamos agora algumas diferenças entre o ordoliberalismo e o neoliberalismo americano:

a) Na Europa, o neoliberalismo surge como moderador de uma Razão de Estado preexistente. Nos Estados Unidos, que não sofreram a influência do Estado de Bem Estar, por ser estranho a esta cultura, ele é convocado como princípio fundador e legitimador do Estado. O liberalismo já havia influenciado a independência do país no século XVIII e se mantinha como forma principal de governo deste país. O neoliberalismo veio a se somar à cultura existente, tornando-se cada vez mais forte nos Estados Unidos. Portanto, há uma oposição entre o Estado auto-limitado pelo liberalismo e o Estado fundado por este.

---

<sup>39</sup> A adoção da forma-empresa visava instalar o modelo da oferta e da procura, do investimento e do lucro, para torná-lo um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo consigo e com os outros, servindo de suporte para valores morais e culturais. Economização de todo um campo social (Foucault, 2008b; Castro, 2009).

b) O liberalismo foi um tema recorrente em todas as opções políticas dos Estados Unidos: escravidão, leis, protecionismo, etc.<sup>40</sup> Na Europa, os temas políticos mais recorrentes foram outros: unidade *versus* independência da nação e Estado de Direito.

c) Os Estados Unidos foram reativos às políticas intervencionistas como o Estado de Bem Estar, que caíram como um corpo estranho nessa cultura. A isso, os Estados Unidos responderam com uma reativação do liberalismo tanto de direita quanto como de esquerda.

Enquanto no liberalismo alemão, o mercado era o princípio de regulação econômica indispensável ao desenrolar do processo econômico e a política devia abrir espaço nos processos sociais para o mecanismo de mercado, nos Estados Unidos, a generalização da forma-empresa no tecido social se tornou uma marca distintiva. Nos Estados Unidos, o mercado funciona como princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. Por exemplo, a relação mãe-filho será vista como um investimento em capital humano que gerará benefícios futuros para a criança (o salário) e para a mãe (renda psíquica). A economização de outros campos permite que eles sejam sempre abertos a críticas em relação aos abusos do governo. Entender as relações sociais em termos econômicos permite que elas tenham uma certa inteligibilidade e caiam em um cálculo que deve ser sempre o do lucro. O Estado não deve ser intervencionista e suas punições e regulamentações devem ter em vista um baixo custo e uma grande utilidade social. O homem econômico se torna o modelo do comportamento, fazendo do indivíduo um ser governável enquanto inserido nesse modelo (FOUCAULT, 2008b). Na psicologia, um exemplo dessa economização do comportamento é encontrado nas técnicas comportamentais, que analisam o custo-benefício de um comportamento em termos de punições, reforços, estímulos e respostas.

Enquanto o homem econômico clássico era intocável por obedecer apenas a seus próprios interesses, o homem econômico neoliberal é justamente aquilo que é manipulável, que pode ser moldado ou dirigido de acordo com intervenções planejadas em seu meio. O homem econômico é o indivíduo que escolhe para si, em relação a seu bem estar, seu interesse, uma “vontade imediata e absolutamente subjetiva” (FOUCAULT, 2008b, p.372). Aparentemente desajustado do interesse coletivo, o homem econômico é cego ao seu enquadre geral na sociedade, o que vai fazer funcionar a economia. Qualquer tentativa intencional de modificar a dinâmica dos interesses, tanto por parte dos sujeitos como por parte do soberano, resultará em fracasso. Isto ocorre porque não é possível conhecer a totalidade dos processos econômicos. “A única racionalidade cognoscível é a do próprio homem

---

<sup>40</sup> O Liberalismo não é apenas uma opção econômica nos Estados Unidos como foi na Alemanha. Ele representa toda uma forma de ser e de pensar. O problema das liberdades era tema recorrente neste país (FOUCAULT, 2008b, p.301).

econômico pois a economia é incontrollável e sua natureza, opaca, afirma a economia política” (FOUCAULT, 2008b, p.383) . Aqui, a economia política serve como entrave para o governo. Se o que é manipulável é o homem econômico mas a totalidade da economia não pode ser conhecida, qualquer intervenção pode ser desastrosa. Inúmeras formas de intervencionismo surgiram na tentativa de provar que os economistas tinham se enganado. Era impossível negar a economia como ciência auxiliar ao governo e ao mesmo tempo, a economia não podia mais ser o alvo direto do governo. Foi necessário que surgisse uma outra noção para que o governo pudesse funcionar. Esta noção foi a de sociedade civil como contrapartida do Estado (FOUCAULT, 2008b).

A sociedade civil é a resposta e a referência do governo. Ela não é um dado natural, assim como o Estado, é o efeito de uma tecnologia de governo. Governar a sociedade civil significa não infringir as leis da economia nem os princípios de direito e ao mesmo tempo, ter um princípio de limitação do governo. A sociedade civil é um espaço externo ao Estado, povoada por uma multidão de sujeitos econômicos e que permite administrá-los. É um efeito próprio do liberalismo. A partir do século XVIII, a noção de sociedade civil vai sofrer uma profunda transformação. Ao invés de ser um conjunto de indivíduos ligados através de um vínculo jurídico e político, vai designar uma globalidade concreta. Antes dela, nada existe. Os homens de todas as culturas sempre viveram em sociedade pois, o vínculo social se forma espontaneamente entre eles. Em segundo lugar, não existe um contrato explícito. O objetivo do vínculo é a satisfação das necessidades individuais. Cada um é importante para o todo não por seus interesses econômicos mas, por interesses não egoístas. Além disso, em terceiro lugar, a sociedade forma divisões de trabalho e tarefas, divide os poderes espontaneamente. Só posteriormente essa divisão é formalizada. Em quarto lugar, a sociedade civil é motor da história. As formas sociais se desenvolveram sempre em direção a um progresso: da sociedade selvagem, à sociedade bárbara e posteriormente à civilizada (FOUCAULT, 2008b).

O princípio de limitação nessa nova arte de governar é a vontade e a liberdade daqueles que são governados. O governo, como já dito, é o representante das vontades individuais e ao mesmo tempo, o protetor das vontades coletivas. Para exercer esse papel, o governo se torna cada vez mais intervencionista, agindo no detalhe para minimizar os riscos causados pela sua própria racionalidade de funcionamento. Nas palavras de Senellart (2008):

A sociedade representa o princípio em nome do qual o governo liberal tende a se autolimitar. Ela o obriga a se indagar, sem cessar, se ele não governa demais, mas também constitui o alvo de uma intervenção governamental permanente, para não restringir as liberdades formalmente concedidas mas para produzir, multiplicar e garantir essas liberdades de que o sistema liberal necessita (SENELLART, 2008, p.445-446)

## 2 O GOVERNO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

### 2.1 A Governamentalidade nos Estudos Pós Foucaultianos

No capítulo precedente, abordamos as noções de Governo e Governamentalidade elaboradas por Foucault. Após as publicações de seus textos sobre governo, inúmeros autores retomaram suas idéias, buscando ampliar a discussão e aplicá-la a áreas específicas. Um exemplo disso é a Escola Inglesa de Governamentalidade<sup>41</sup>, que a partir dos anos oitenta buscou analisar como se organiza o governo nas sociedades contemporâneas. O objetivo deste capítulo é apresentar a forma de governo das sociedades ocidentais contemporâneas, em particular as chamadas “Sociedades Liberais Avançadas” (ROSE, 1989), e investigar os mecanismos utilizados para governar os indivíduos contemporâneos que necessitam ser livres. Ao final do capítulo, abordamos o papel dos *experts* nestas formas de governo, temática que será amplamente analisada no terceiro capítulo, que aborda especificamente do papel da psicologia como uma das principais *expertises* da atualidade. Vejamos de início como se deu o surgimento da Escola Inglesa de Governamentalidade, quais as teses defendidas pelo grupo e a importância e novidade dessas idéias no debate atual sobre o papel da *expertise* psicológica nas sociedades contemporâneas.

Logo após a publicação dos originais em francês dos cursos sobre o tema do governo, proferidos por Foucault no *Collège de France*, estes foram traduzidos para o inglês por Colin Gordon<sup>42</sup>. Os mesmos geraram grande impacto na comunidade científica dedicada ao estudo da condução dos homens. Foucault desafiava as teorias clássicas do papel do Estado, questionando a origem, o beneficiário e o ponto terminal do poder. A partir de sua teoria, surgiram muitos estudos empíricos, incluindo análises da arquitetura dos manicômios, estudos sobre o desenvolvimento da instituição escolar e sobre o papel regulador das ciências psi (ROSE; VALVERDE; O'MALLEY, 2006).

A fertilidade da nova abordagem já tinha sido demonstrada em artigos dos professores Pasquale Pasquino (1978) e Giovanna Procacci (1978), aplicando a nova teoria no estudo das racionalidades políticas. Essas análises mostravam como cada arte de governo implicava em certas concepções da natureza e obrigações dos governados (ROSE; VALVERDE; O'MALLEY, 2006). Na mesma época (fim dos anos setenta), Donzelot

---

<sup>41</sup> Os autores não aceitam esta denominação, como será explicado mais adiante, porém, para fins deste trabalho, este grupo será nomeado assim.

<sup>42</sup> Colin Gordon fez a primeira tradução do trabalho de Foucault para o inglês. A palestra “Governamentalidade”, proferida em 1978, foi traduzida para o inglês em 1979 e publicada no periódico independente “Ideology and Consciousness”.

publicou o artigo “Por uma Nova Cultura Política” (1978)<sup>43</sup>, no qual combatia as concepções clássicas do papel do Estado, sugerindo o abandono do termo poder, pelo menos da forma comumente concebida. O autor afirmava não haver um poder a quem todos se submetiam mas “tecnologias de poder”. Segundo sua concepção, o Estado era concebido como um suporte para as tecnologias de poder, e não como uma entidade previamente existente que agiria sobre os indivíduos. Para exemplificar suas teses, Donzelot analisou as técnicas de seguro, e a associação dessas técnicas com o surgimento da idéia de “social”.<sup>44</sup> Para Donzelot (1980), o seguro ilustrava uma tecnologia solidária, uma solução para o problema da exclusão de alguns, caracterizada pelo aumento dos custos dos impostos de todos visando compensar certas pessoas dos danos sofridos

Nos anos oitenta, essas idéias foram desenvolvidas por um grupo de cientistas sociais<sup>45</sup>, que buscavam entender o modo de funcionamento do governo nas sociedades contemporâneas, a partir das pesquisas nas ciências psi e na vida econômica. Esses teóricos privilegiaram como foco de suas análises mais as atividades cotidianas comuns do que as grandes tecnologias de poder, como o *Panóptico*. As técnicas cotidianas tais como entrevistas, registros, diários e manuais, foram o ponto de partida desses estudos (ROSE; VALVERDE; O’MALLEY, 2006).

Segundo os autores, as análises iniciais eram bem modestas. Seguiam o nascimento e atividades dos “engenheiros da alma humana” – psiquiatras, médicos, contadores, gerentes, etc. Não havia uma teoria que abordasse as questões relevantes para este grupo, fazendo com que o trabalho inicial fosse uma pesquisa com o objetivo de aprofundar a teoria e obter ferramentas para mapear essas atividades. Essas atividades tinham em comum a preocupação com a norma e seus desvios, e a tentativa de tornar a norma operável e governar os indivíduos sem alterar sua privacidade e sem ser autoritário (MILLER; ROSE, 2008). No entanto, uma mudança de ponto de vista foi necessária para que essas análises pudessem ter início. Deixaram de lado as perguntas sobre os “porquês” do governo (porque deve existir governo, quem exerce essa autoridade) e se interessaram em responder “como” (que métodos são utilizados), diminuindo o peso que a noção de causalidade representava

<sup>43</sup> “Pour une nouvelle culture politique” (1978) – Não encontrada referência completa..

<sup>44</sup> Segundo Deleuze (1980) no prefácio de “A Polícia das Famílias” de Donzelot (1980), o social surge a partir do século XVIII como um setor específico, em que se classificam problemas de várias ordens e que é tomado por uma série de novos profissionais (assistentes sociais, principalmente). É uma outra classificação do espaço, que visa principalmente a família, tida como fonte de todos os problemas sociais (promiscuidade, delinquência, vagabundagem). Um domínio híbrido entre público e privado que traça uma nova linha entre ricos e pobres, domínio este sobre o qual o Estado precisa agir para minimizar a desordem social.

<sup>45</sup> Nikolas Rose, Peter Miller, Graham Burchell, Colin Gordon, Vikki Bell, Pat O’Malley, Kurt Baistow, Barbara Cruikshank, François Ewald, Giovanna Procacci, Jacques Donzelot, Ted O’Leary, apenas para citar alguns autores que exemplificam esse grupo de cientistas sociais.

nesses estudos, ou melhor, multiplicando-o com várias causas possíveis e permitindo abrir mão de teorizar sobre as categorias clássicas de Estado ou classe. A questão principal era investigar de que forma o governo se relacionava com a subjetividade, e como as pessoas compreendiam a si mesmas de acordo com cada época, que instâncias as problematizavam e de que forma o faziam (MILLER; ROSE, 2008).

No início dos anos noventa, este grupo se consolidou e adquiriu os moldes que possui hoje, e passou a ser conhecido como “Escola Inglesa de Governamentalidade”. Porém, segundo os autores:

O que surgiu na Inglaterra mas também no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos, foi uma comunidade informal buscando ferramentas para entender como o nosso presente foi agenciado e como poderia ser transformado (MILLER; ROSE, 2008; p.8)

O objetivo não foi criar uma teoria geral sobre o governo mas, se debruçar sobre temas específicos. Miller e Rose (2008) afirmam terem sido felizes em seus temas: A Clínica Tavistock, a História da psicologia aplicada, a genealogia das técnicas contábeis, entre outros<sup>46</sup>. Seus trabalhos foram publicados em periódicos de diferentes áreas onde pudessem encontrar leitores interessados (Ciências Humanas, Contabilidade, História das Ciências, Economia, psicologia). Os comentários sobre essas publicações renderam como fruto novas reformulações, em particular, em relação à teoria do poder e à noção de liberdade defendida pelos autores. Como esclarece Miller e Rose, estavam preocupados com “uma forma de poder diferente. Era um poder sem centro, ou melhor, com múltiplos centros, produto de intervenções, projetos, objetos” (MILLER; ROSE, 2008, p.9). Para ampliar a teoria foucaultiana sobre o poder, o grupo britânico se utilizou de quatro fontes principais (Miller e Rose, 2008). Primeiro, destacam-se os estudos da ciência realizados por Latour e Callon<sup>47</sup> e Ian Hacking<sup>48</sup>, que demonstraram os benefícios de focalizar em práticas e eventos específicos, extrapolando-os com uma teoria mais abrangente<sup>49</sup>; e os estudos estatísticos, que fizeram com que os autores considerassem a idéia de instrumento para além do concreto (ferramentas, escalas, tabelas), englobando as tecnologias intelectuais de pensamento e análise do *self*. Segundo, foram os estudos econômicos, desenvolvidos por

<sup>46</sup> No texto utilizado de Miller e Rose (2008) não há as referências completas destes trabalhos.

<sup>47</sup> Por exemplo, “Science In Action” (1987); “Visualization and Cognition” (1987); The Powers of Association (1996), todos de Bruno Latour e “Some Elements of a Sociology of Translation” (1986); “Mapping the Dynamics of Science and Technology” (1986) de Michel Callon.

<sup>48</sup> “Representing and Intervening” (1983), “Making Up People” (1986); “The Taming of Chance” (1990) e “Biopower and the Avalanche of Printed Numbers (1982).

<sup>49</sup> Um dos exemplos são as condições base para se intervir à distância A intervenção à distância será vista com detalhes em outro tópico.

grandes historiadores do pensamento econômico do século XX (Cutler, Thompson, Porter, Polanyi)<sup>50</sup>, tornando claro que a “economia” não era um campo já dado, com suas leis naturais, mas, criado pelo homem com seu modo de pensar. Estes trabalhos enfatizaram o papel do cálculo econômico e suas relações com as fórmulas, discursos e políticas econômicas. Isso permitiu entender o papel dos números no governo atual, postulando os sujeitos como calculados e calculadores pensando prós e contras nas suas escolhas, calculando riscos e conseqüências de suas ações, por exemplo. Terceiro, destacam-se os estudos sobre as profissões e a *expertise*, baseados nos estudos de Haskell, Perkin e Freidson<sup>51</sup>. Esses estudos visavam analisar o modo como os especialistas se infiltravam no cotidiano nos indivíduos, permeando a estrutura e o tecido social, privilegiando na análise as formas de *expertise* que baseavam suas reivindicações numa competência especial, um saber sobre os seres humanos e como eles poderiam moldar e gerenciar sua conduta pessoal sem violar suas escolhas. Por último, destacam-se os estudos influenciados pela análise foucaultiana, a saber: os estudos de Donzelot (especialmente o livro “A Polícia das Famílias” (1980)), as análises de Robert Castel sobre o campo psi nos séculos XIX e XX<sup>52</sup>, Giovanna Procacci e os estudos sobre o governo da pobreza no século XIX<sup>53</sup> e Georges Canguilhem e os estudos sobre as ciências biológicas<sup>54</sup>.

Dentre os temas pesquisados pelos autores, podemos citar: emergência da previdência social, educação, técnicas contábeis, controle do crime, regulação do desemprego, pobreza e insegurança, Medicina, Psiquiatria e regulação da saúde, abuso infantil e ofensas sexuais, entre outros.

---

<sup>50</sup> Cutler, R.M. “The Political Economy of East-South Military Transfers” (1987), Thompson, G. ,“Economic Calculation as a Sign?” (1980); Porter, T. “Private Authority and International Affairs” (1999), Polanyi, K. “Trade and Market in The Early Empires: Economies in History and Theory” (1971).

<sup>51</sup> “The Rise of the Professional Society” (1989).

<sup>52</sup> “The Psychiatric Society” (1982), “L’Ordre Psychiatrique” (1976), “The Regulation of Madness” (1988), “From Dangerousness to Risk” (1992).

<sup>53</sup> “Sociology and Its Poor” (1989), “Social Economy and the Government of Poverty” (1991), “Gouverner la Misère” (1993).

<sup>54</sup> “O Normal e o Patológico” (1988).

## 2.2 O Governo das Sociedades Liberais Avançadas

Entre as ferramentas utilizadas para compreender as formas de governo nas sociedades contemporâneas está a divisão entre racionalidades políticas (ou de governo) e tecnologias de governo<sup>55</sup>. Segundo os autores da Escola Inglesa, a divisão entre racionalidades políticas e tecnologias foi um desdobramento do neologismo foucaultiano “governamentalidade”. Por esta divisão, não são nomeados campos distintos de realidade. O objetivo é indicar as ligações intrínsecas entre um modo de representar e conhecer um fenômeno e um modo de agir para transformá-lo (MILLER; ROSE, 2008).

### 2.2.1 Racionalidades Políticas

O discurso político é um campo para formulação e justificação de esquemas idealizados que representam a realidade, a analisam e retificam. Embora não tenham o caráter fechado e sistemático de discursos disciplinares, é possível discernir neles, regularidades que chamamos de racionalidades políticas (MILLER; ROSE, 2008, p.58)

As racionalidades políticas<sup>56</sup> são “estilos de pensamento”, são modos de esquematizar e tornar a realidade passível de cálculo, representação e programação. Existem várias racionalidades de governo que podem estar agindo ao mesmo tempo. Os exemplos de racionalidades políticas são: a Razão de Estado, o liberalismo, o Estado de Bem Estar, o Neoliberalismo, o Socialismo, a Democracia, entre outros. As racionalidades também podem ser denominadas de “governamentalidades” (MILLER; ROSE, 2008; GORDON, 1991).

Segundo Miller e Rose (2008), a governamentalidade tem um caráter discursivo pois analisa conceitos, teorias e cálculos para aplicá-los ao campo de governo, requerendo atenção especial à linguagem que o representa. Enquanto existe a realidade de governo local, que requer intervenções específicas, existe também a realidade política mais ampla. Esses dois discursos devem ser articulados para que as racionalidades políticas funcionem. O discurso é visto aqui como uma tecnologia intelectual que requer atenção particular às

<sup>55</sup> “Governo aqui não é um conceito nem uma teoria mas uma perspectiva” (ROSE, 1999).

<sup>56</sup> Foucault já utilizava este termo de forma quase que sinônima de “arte de governo”. Para o autor, racionalidade de governo é um modo ou sistema de pensar a natureza da prática de governo (o que é governar, quem pode governar, quem é governado) capaz de tornar essa atividade pensável e praticável tanto para quem governa quanto para quem é governado (GORDON, 1991).

formas de escrita, listagem, numeração e cômputo que tornam um campo cognoscível, calculável e administrável. “Conhecer” um objeto ou um campo é mais que uma atividade teórica ou puramente especulativa, requer a invenção de inúmeros meios de representação (observação, coleta de dados, registros, estatísticas) que fazem com que esse campo ou objeto seja julgável. Através desses **procedimentos de inscrição** (a serem vistos quando falarmos das tecnologias), as racionalidades constroem objetos como a economia, a família e o “social”, que são inscritos e tornados passíveis de intervenção e regulação, em outras palavras, de administração. Toda racionalidade política depende de modos particulares de representação da realidade, e necessita para isso de elaborar uma linguagem para descrever o campo e se apropriar da natureza da realidade representada. Aqui, representar significa literalmente *re-apresentar*, de forma que uma realidade confusa possa ser organizada através de esquemas, diagramas e tabelas, para que possa ser compreendida, comparada e debatida, dando luz à deliberações políticas (MILLER; ROSE, 2008).

O governo depende sempre de um saber a partir do qual constrói representações da realidade, e os proponentes dos programas políticos, grosso modo, buscam representações baseadas nos saberes científicos<sup>57</sup>. O conhecimento científico é valorizado em nossa sociedade, pois produz discursos tidos como verdadeiros por se basearem em acúmulos de fatos e análises detalhadas. Busca-se um saber científico daquilo que é governado, busca-se conhecer a “natureza” do campo para que se possa, através do conhecimento de seu funcionamento, mapear os problemas e identificar soluções. Este processo cria novos campos, como já dito, tornando novas facetas da existência praticáveis. O objetivo de todo esse processo é a intervenção. Os processos de representação e intervenção estão intrinsecamente ligados. As tentativas de instrumentalizar o campo visam tornar o governo operante. Se as racionalidades políticas colocam o governo no domínio do pensamento, as tecnologias traduzem o pensamento para o domínio da realidade através de programas de governo, criando dispositivos para agir sobre as coisas e as pessoas (MILLER; ROSE, 2008).

As racionalidades políticas possuem três características principais (MILLER; ROSE, 2008; ROSE, 1999). A primeira característica é o **formato moral**. No formato moral, as

---

<sup>57</sup> Um papel importante é desempenhado pela expertise na representação da realidade a ser governada. Suas normas e apelos são revestidos de um cunho de neutralidade, verdade desinteressada e reivindicações de conseguir o sucesso almejado pelo cliente. A expertise está numa dupla cruzada: de um lado, apela aos governantes buscando se aliar a eles, convencendo-os de que suas instruções são significativas para os interesses deles; de outro lado, apela aos consumidores de seus serviços, enfatizando a necessidade de orientação para alcançar o sucesso e a felicidade pessoal. Isto será visto com mais detalhe posteriormente.

racionalidades elaboram as representações sobre os poderes e responsabilidades das autoridades. Abordam a distribuição própria de tarefas e ações entre autoridades de diferentes tipos: educacionais, médicas, psi, contábeis. Consideram os princípios pelos quais o governo deve ser dirigido (em nome de que se governa) – liberdade, igualdade, prosperidade, nacionalismo, racionalidade, eficiência, entre outros. Segundo Rose (1999), cada projeto de racionalização, em nome da liberdade do indivíduo, é uma estratégia também para intervir no pensamento ou na realidade.

A segunda característica é o **aspecto epistemológico**. As racionalidades políticas são articuladas em relação à “natureza” dos objetos que desejam representar – sociedade, nação, família, economia. Em particular, incluem alguma noção das pessoas sobre as quais o governo deve ser exercido. Elas podem ser vistas como os filhos a serem conduzidos pelo pai de família, ovelhas do rebanho a serem guiadas, recursos a serem explorados. Para Rose (1999), governar é ser condenado a buscar uma autoridade sobre sua própria autoridade, é também precisar de uma tecnologia intelectual para entender o que fazer com o campo. Segundo o autor, as racionalidades políticas são tentativas de racionalizar a natureza, os meios, os fins e os limites para o exercício do poder e os estilos de governo, os instrumentos, as técnicas e as práticas às quais se ligar.

Em terceiro lugar, elas possuem **um dialeto específico**. A linguagem que caracteriza o discurso político é uma tecnologia ou dispositivo intelectual para tornar a realidade pensável de tal forma que seja passível a administração política. Para Rose (1999), “a linguagem não é secundária ao governo, mas constitutiva dele. A linguagem não apenas torna descritíveis os atos do governo, mas também os torna possíveis” (p. 28). Um exemplo disso é o vocabulário tradicional que cria a oposição Estado *versus* Sociedade Civil, característico do liberalismo.

Para Rose (1999), as racionalidades políticas são campos discursivos, caracterizados por um vocabulário compartilhado, com disputas internas entre programas, princípios éticos que se comunicam, lógicas explicativas inteligíveis e acordos significativos sobre problemas políticos chave. Governar não é apenas agir num mundo dado, com suas divisões “naturais”. Governar é recortar a experiência de certa forma, para enxergar nela atrações e repulsões, novas facetas que trazem consigo forças, intensidades e relações que antes não existiam. Governar é recortar o tempo de novas maneiras, é recortar os espaços de forma a torná-los administráveis. Governar é definir limites, tornando-os visíveis, acumulando informações sobre o que está incluído naquele campo e o que não está, usando técnicas para mobilizar as forças e entidades reveladas. Destacamos duas racionalidades políticas que ilustram o que

foi dito sobre a forma de governar nas sociedades contemporâneas: o **Estado de Bem Estar Social** e a **Democracia**.

Na primeira metade do século XX, muitos países ocidentais se tornaram **Estados de Bem Estar**. Nesses países, o Estado de Bem Estar tentava assegurar níveis elevados de emprego, progresso econômico, segurança social, saúde e habitação por meio do sistema de impostos e investimentos, da planificação da economia e do desenvolvimento de um aparelho de administração social ampliado e burocratizado. Como mostra Miller e Rose (2008), surge uma nova forma de governo da vida social, econômica e pessoal dos cidadãos, chamada também de *welfarism*<sup>58</sup>, constituindo uma racionalidade política que incorpora uma série de programas, tecnologias e dispositivos, como o regime de impostos, a previdência social e as habitações populares para idosos.

O Estado de Bem Estar, também conhecido como Estado Providência (État Providence) ou Estado Social (Social State), está relacionado a emergência do campo “social”, e surgiu como reação ao liberalismo, que supostamente causava efeitos devastadores sobre os indivíduos como aumento das taxas de crime e suicídio (apontadas nas pesquisas da Sociologia, como a de Durkheim, por exemplo). O afrouxamento dos laços comunitários e a destruição das famílias requeriam uma intervenção de caráter social que visasse o aumento dos laços de solidariedade entre as pessoas e garantisse a segurança social, sem abrir mão dos espaços pessoais de liberdade. Por causa da ameaça do socialismo e dos regimes totalitários, considerados como um Estado que “engole” a Sociedade, o Estado de Bem Estar buscava manter uma esfera política externa ao mesmo tempo em que buscava ferramentas para agir sobre ela (MILLER; ROSE, 2008).

Nesse modo de governo, o Estado exerce uma tutela sobre a família, através da vigilância econômica e moral para atingir fins sanitários e educativos. O governo social é um governo de *experts* que abordam diretamente os indivíduos e as famílias, avaliando, diagnosticando e julgando. Este tipo de governo oferece um terreno fértil para atuação desses profissionais, a começar pelos trabalhadores sociais mas depois se expandindo também para outras áreas, como a psicanálise e a psicologia. Os indivíduos se relacionam com os *experts* de forma pedagógica e criadora de responsabilidade (ROSE, 1996)

Os programas sociais do século XIX envolviam alianças profissionais complexas entre agentes privados e profissionais, não só os psi mas também médicos, filantropos e organizações de caridade e o Estado, na tentativa de combater problemas localizados em

---

<sup>58</sup> Sem tradução em português.

todo corpo “social”. Do fim do século XIX em diante, estes programas foram incorporados gradualmente ao aparelho de Estado, até chegar à forma definitiva após a Segunda Guerra Mundial. Criou-se um Estado intervencionista, ligando uma série de redes com aspirações de saber, programar e transformar o campo social (MILLER; ROSE, 2008).

Como racionalidade política, o *welfarism* é estruturado pelo desejo de encorajar o crescimento nacional e o bem estar, pela promoção de responsabilidade social e da mutualidade do risco social (Miller e Rose, 2008). O objetivo da racionalidade social foi resolver uma série de problemas surgidos no pós guerra – delinqüência, problemas familiares, declínio da taxa de natalidade – aliando-os à existência da esfera social, que deveria estar em ordem para que esses problemas fossem resolvidos. Isto só poderia ser feito pelo compartilhamento da responsabilidade entre os indivíduos, gerenciando o risco da sociedade da qual eles mesmos faziam parte. Enquanto os dispositivos antes da guerra consistiam na vigilância e regulação dos setores problemáticos da população através de setores específicos como tribunais, reformatórios e clínicas, o Estado de Bem Estar buscou articular esses elementos variados numa única rede e manejá-los por um aparelho de Estado, em aliança com outras autoridades, que brigavam quase sempre por reconhecimento (MILLER; ROSE, 2008).

Com o Estado de Bem Estar, surge uma nova relação entre o cidadão e o poder público. Ambos passaram a se relacionar em termos de um contrato, numa forma de governo que dá responsabilidade aos indivíduos. Isso pode ser ilustrado pelo surgimento da Previdência Social. Com a criação da Previdência Social, uma margem de segurança social passa a ser provida pelo Estado, enquanto os indivíduos ficam responsáveis por outra, criando uma rede de solidariedade com os que sofrem danos e incapacidades que dependem de todos. A consequência da criação de tecnologias, como as de seguro social, foi a transferência de alguns problemas do campo político para o campo técnico. Essa é uma característica marcante do Estado de Bem Estar: o papel da *expertise*. Os campos são despoliticizados e tornados assuntos “privados”, resolvíveis por transações individuais ou por técnicos e administradores através de racionalizações dirigidas por critérios objetivos e aparentemente neutros:

O sistema de seguro social incorporava aspirações político-éticas definidas. No entanto, tinha o efeito paradoxal de expelir certos temas e problemas do campo político para o campo técnico. Isto ilustra uma característica chave do *welfarism*: o papel dado à *expertise*. Ao incorporar a

*expertise* numa rede centralmente dirigida, o *welfarism* cria domínios nos quais as decisões políticas são dominadas por cálculos técnicos (MILLER; ROSE, 2008; p.77<sup>59</sup>)

Nas décadas finais do século XX, o modelo europeu do Estado de Bem Estar é questionado, em oposição aos Estados Unidos, por exemplo, em que esse modelo foi tido como estranho à cultura e não penetrou. As certezas do Estado Providência foram atacadas e o sistema de governo foi transformado. Os altos custos, a criação de dependência dos indivíduos em relação ao Estado, a destruição do mercado, foram os argumentos para o desmonte destas redes de proteção. As funções públicas do *welfare* foram em sua maioria privatizadas, assim como os sistemas de previdência, saúde e pensão assumiram a forma do mercado livre. Foi introduzida a competição entre escolas e faculdades e as responsabilidades dos indivíduos foram aumentadas. A racionalidade social foi substituída pelas racionalidades neoliberais, nas quais o governo é exercido por meio de escolhas feitas por atores autônomos em seus contextos particulares (MILLER; ROSE, 2008). Segundo Miller e Rose, “o governo do welfare se localizava em algum lugar entre o liberalismo clássico e o nascente socialismo<sup>6061</sup>” (MILLER; ROSE, 2008; p.207). Talvez por isso, suas intervenções minassem a liberdade que os mercados e as empresas tinham no liberalismo, preservando apenas uma autonomia formal dos mercados e empresas. O sujeito político como cidadão se tornou alguém com direito de proteção social e educação, em retorno pelas obrigações e responsabilidades sociais, um sujeito de necessidades, dependendo de um aparelho de Estado quase onipresente.

Outra racionalidade política que surgiu nas sociedades contemporâneas foi a **Democracia**. A racionalidade da Democracia está intrinsecamente ligada a técnicas numéricas. O poder democrático é um poder calculador, no qual os números justificam a legitimidade do poder político. Por ser um poder calculador, os números integram as tecnologias que buscam fazer funcionar a democracia como um conjunto particular de mecanismos de governo. O poder democrático requer cidadãos que calculem, tornando-se auto-controláveis por meio de suas escolhas, do cálculo de probabilidades e da análise dos prós e contras (MILLER; ROSE, 2008).

---

<sup>59</sup> The system of social insurance embodied definite político-ethical aspirations. However, it had the paradoxical effect of expelling certain issues and problems from the political to the technical domain. This illustrates a key feature of welfarism: the role accorded to expertise. By incorporating expertise into a centrally directed network, welfarism creates domains in which political decisions are dominated by technical calculations.

<sup>60</sup> This was a formula or rule somewhere between classical liberalism and nascent socialism.

<sup>61</sup> Esse caráter pode ser ilustrado por dois eixos desta fórmula de governo: a Previdência Social, inclusiva e solidária e o trabalho social, individual e responsabilizante.

Atualmente, a idéia de “democracia” impõe respeito em muitos lugares, como se abraçar a democracia fosse um compromisso filosófico ou moral, como se a democracia trouxesse por si só a liberdade, a equidade e a justiça. Em parte, isso é verdade. Esses são os ideais almejados pela democracia. Porém, da forma como ela opera no liberalismo, a democracia é mais que um conjunto de ideais políticos e mais que um mecanismo de eleição de um representante executivo. A democracia é um modo de exercer e justificar o poder, dependente de tecnologias complexas que ligam o exercício do poder às entidades das quais ele depende, como, por exemplo, a sociedade civil (ROSE, 1999).

As racionalidades políticas democráticas enfatizam o auto-controle dos indivíduos, no sentido de serem cidadãos independentes, racionais e calculadores; por isso mesmo, elas devem sustentar um ambiente numérico no qual os cidadãos possam se portar dessa forma. A racionalidade democrática favorece um governo calculado e calculador<sup>62</sup>, que depende da participação dos *experts* para que as técnicas de cálculo sejam incutidas nos indivíduos.

A Democracia, se tomada seriamente como uma arte de governo, mais do que como uma filosofia ou uma retórica, depende da delicada composição de relações de números e sistema numérico permitindo que um governo calculado e calculador seja exercido sobre as pessoas e fatos a serem governados (ROSE, 1999, p.232<sup>63</sup>)

Se a democracia foi tomada mais como racionalidade de governo do que como uma filosofia é porque depende dessas tecnologias de cálculo. O foco nos números e na quantificação propicia o deslocamento do olhar dos grandes textos de filosofia para as práticas cotidianas da pedagogia, da informação e da pesquisa e às ciências que as suportam (ROSE, 1999). Além disso, a democracia dá ênfase ao auto-controle porque valoriza a liberdade, uma característica comum das racionalidades liberais contemporâneas. Na democracia, o governo pela liberdade não é apenas possível, é também necessário. Só se pode governar um indivíduo que seja livre. Em contrapartida, a disciplina nunca foi tão presente. Os indivíduos não precisam mais ficar confinados em instituições para serem vigiados em massa. Isto é feito por meio da infusão de técnicas de auto-controle através dos *experts*, do governo à distancia, das técnicas numéricas e contábeis, das técnicas de manejo do risco e seguro e de uma série de outras tecnologias de controle que não operam pela moralização nem pela socialização e solidariedade mas pela instrumentalização de um tipo diferente de liberdade. Essa liberdade amplia as fronteiras do sistema de controle, que se

---

<sup>62</sup> No original: *calculable and calculating*.

<sup>63</sup> Democracy, if it be taken seriously as an art of government, rather than as a philosophy or rhetoric, depends upon the delicate composition of relations of number and numeracy enabling a calculated and calculating government to be exercised over the persons and events to be governed.

torna mais preciso e com limites mais invisíveis, enquanto abarca violações da norma cada vez mais ínfimas. Em nome da ordem pública, do controle da criminalidade e da conduta anti-social, inúmeros campos urbanos têm sido mobilizados na direção da boa cidadania. O Estado dispersa algumas de suas funções para outras instituições como a família, a escola e a vizinhança, o que não diminui de forma nenhuma a vigilância mas amplia seu nível de detalhe (ROSE, 1999). O novo papel do Estado é o de “sócio” do governo, facilitando, permitindo, estimulando e moldando as atividades de auto-controle de uma série de entidades dispersas – firmas, comunidades, indivíduos – que tomariam para si muitos poderes e responsabilidades previamente anexados ao Estado (ROSE, 2000).

Estas estratégias geram autonomia e responsabilidade, multiplicando as agências de governo enquanto as moldam em novas formas de controle. A autonomia dos atores políticos deve ser moldada e usada para governar mais econômica e efetivamente (ROSE, 2000).

### 2.2.2 Tecnologias de Governo<sup>64</sup>

Os objetivos que o governo busca alcançar estão intrinsecamente ligados aos problemas que identifica em seu campo de ação: as falhas que busca corrigir, as doenças que busca curar. A história do governo pode ser escrita como uma história das problematizações na qual várias autoridades – médicos, filantropos, contadores, assistentes sociais, políticos – comparam o ideal com o real e observam a distância entre eles. Desde o perigo da falta de povoamento, passando pelos problemas urbanos até a falta de eficiência, dependendo da época, diversos problemas podem ter prioridade para aqueles que governam. A própria continuidade do governo se dá pela identificação de dificuldades e falhas de governo que precisam ser corrigidas (MILLER; ROSE, 2008). É em torno destas falhas que se organizam os programas de governo.

Os programas de governo não se relacionam com as racionalidades como uma simples transposição da teoria para a realidade, ou seja, eles não são a mera aplicação de uma teoria. Estes programas dependem, em primeiro lugar, de um saber sobre o que se deseja governar. Como vimos no tópico anterior, governar um campo ou objeto requer que ele possa ser representado de forma que sua natureza possa ser apreendida e, assim, entre no cálculo

---

<sup>64</sup> Os autores consideram que as racionalidades políticas também são tecnologias de governo, as chamadas tecnologias intelectuais. Faria mais sentido falar em técnicas de governo neste tópico, porém, para evitar ambigüidade, será mantido o termo utilizado pelos autores.

político com o objetivo de ser administrada. As ciências fornecem as tecnologias intelectuais “para tornar o mundo pensável, domando sua realidade intratável, sujeitando-o às análises disciplinadas do pensamento” (MILLER; ROSE, 2008, p. 62)<sup>65</sup>. Os programas de governo operam com a pressuposição de que a realidade pode ser programada, que é um campo sujeito a regras, normas e processos que podem ser mudados e aprimorados pelas autoridades<sup>66</sup>. Por meio das ciências, os programas tornam a realidade pensável e passível de diagnóstico, prescrição, intervenção e “cura”. Para que esses programas possam operar, são necessárias técnicas a partir das quais se estabelecem conexões entre o que as autoridades desejam, que é o auto-controle dos indivíduos<sup>67</sup>, e as atividades exercidas pelos indivíduos e os grupos. Por meio dessas técnicas, articulam-se as racionalidades e os programas de governo, que não são implementações do ideal no real, mas um agenciamento de forças lutando na mesma direção (MILLER; ROSE, 2008).

A técnica é uma bricolagem de formas de saber que operam a partir de uma variedade de dispositivos. Como esclarece Rose:

Toda técnica requer a inculcação de uma forma de vida, da modelagem de papéis desempenhados, de pequenas técnicas corporais, de técnicas de inscrição, etc”. (ROSE, 1999, p.52)<sup>68</sup>.

Existem vários tipos de técnicas que operam na atualidade: técnicas corporais, técnicas do *self*, técnicas numéricas, técnicas de inscrição, técnicas de risco e seguro, só para citar alguns exemplos. Para fins dessa dissertação, iremos abordar as três técnicas mais significativamente trabalhadas pelos autores: as técnicas de risco e seguro, as técnicas de inscrição, e as técnicas do *self*.

---

<sup>65</sup> The theories of the social sciences, of economics, of sociology and of psychology thus provide a kind of intellectual machinery for government, in the form of procedures for rendering the world thinkable, taming its intractable reality by subjecting it to the disciplined analyses of thought.

<sup>66</sup> No entanto, para Rose (1999), não é necessário buscar uma racionalidade única na origem destes programas. Eles não são coerentes nem singulares. Analisá-los não é buscar uma unidade oculta na diversidade.

<sup>67</sup> Segundo Rose (1999), o objetivo destas técnicas é produzir sujeitos que se auto-governem através da introspecção, prudência, planejamento e cálculo, de acordo com certas normas éticas.

<sup>68</sup> Every technology also requires the inculcation of a form of life, the reshaping of various roles for humans, the little body techniques required to use the devices, new inscription practices, etc.

### 2.2.2.1 Tecnologias de Risco e Seguro<sup>69</sup>

Uma das tecnologias presentes no neoliberalismo são as técnicas de risco e segurança, analisadas por Ewald (1991) e O'Malley (1996). Segundo Ewald (1991), na linguagem ordinária, a palavra “risco”<sup>70</sup> é uma palavra ambígua, sinônima de “perigo”<sup>72</sup>, ou seja, a presença de um acontecimento ou ameaça objetiva que pode ocorrer com alguém. Mas “risco” também pode significar um modo específico de tratar certos acontecimentos, que são possíveis de ocorrer a um indivíduo ou grupo, ou mais especificamente a uma população. Esta forma de tratar os fatos se caracteriza especialmente pelo tratamento estatístico de eventos que ocorrem com uma certa frequência. Por exemplo, acidentes de trabalho ou de trânsito tendem a se repetir de tempos em tempos como fatos inevitáveis. Após a coleta de informações sobre o número de acidentes que ocorreram em certo período, esses dados são formatados estatisticamente e comparados, dando origem a novos cálculos que visam prever a ocorrência de novos acidentes. Isto gera o cálculo de risco, o risco de sofrer um novo acidente de acordo com certas variáveis. No caso do acidente de trabalho, a empresa na qual se trabalha, a função que desempenha, a idade, o fato de terem acontecido acidentes anteriormente com aquele indivíduo, etc. O cálculo de risco permite que se adotem medidas preventivas para evitar o evento indesejável. O tratamento estatístico dos dados cria novos riscos pois oferece uma perspectiva que não existiria sem esse recurso. Respondendo a isto, Ewald (1991) afirma que: “Nada é um risco em si mesmo; não há risco na realidade. Mas, por outro lado, qualquer coisa pode ser um risco”<sup>73</sup> (EWALD, 1991; p.199)

Ewald (1991) destaca três características principais que definem o que é “risco”. Primeiro, **risco é calculável**. Ou seja, para que o acontecimento possa ser um risco, ele deve poder ser analisável em sua probabilidade. A estatística estabelece a regularidade de certos acontecimentos e calcula a probabilidade, avaliando a chance de que aquele acontecimento possa realmente ocorrer. Esse tipo de cálculo não leva em conta a vontade dos envolvidos, ou seja, se alguém teve culpa ou se alguém foi descuidado. O que se registra são os fatos. Um

---

<sup>69</sup> Nos últimos cem anos, a noção de **perigo** foi sendo paulatinamente substituída pela noção de **risco**. A diferença entre a noção de perigo e a de risco é que o perigo estava “embutido” na pessoa, fazia parte dela. A pessoa perigosa era capaz de ações violentas e imprevisíveis, noção paradoxal pois ao mesmo tempo em que afirma que o perigo é imanente ao sujeito, também afirma que a ação violenta é uma probabilidade, o perigo só pode ser atestado quando o ato se concretiza. Mesmo quando se afirma o risco de recidiva, ainda há um grau de incerteza (Castel, 1991).

<sup>70</sup> No original “risk”.

<sup>71</sup> A palavra risco também se associa às noções de acaso, probabilidade, eventualidade ou aleatoriedade de uma perda ou dano (Ewald, 1991).

<sup>72</sup> Dangeurousness

<sup>73</sup> Nothing is a risk in itself. There is no risk in reality. But, on the other hand, everything can be a risk.

exemplo desse tipo de cálculo de risco pode ser encontrado nas análises dos acidentes de trabalho, que acontecem com certa frequência. Segundo, **o risco é coletivo**. Nesse sentido, se podemos considerar que o acidente é um fato individual, ou seja que ocorre a um indivíduo, o risco é sempre algo coletivo. O risco só se torna calculável se ele se dissemina numa população, ou seja, se ele se torna uma ameaça para uma população. Nesse sentido, podemos afirmar que o risco é algo socializado. A idéia de risco supõe que os membros de uma população fazem parte de um mesmo conjunto. Cada um é um fator de risco para os outros e sofre com o risco que os outros o expõem. Apesar do risco ser coletivo, cada indivíduo se distingue pela cota de risco a que é exposto. Terceiro, **o risco é relativo a um capital**. Os seguros capitalizam o risco. Quando os indivíduos contratam um seguro visando a recompensa por uma perda, essa perda é quantificada num capital. Nesse sentido, podemos afirmar que o risco se relaciona sempre a um capital que o indivíduo deseja preservar e não diretamente a uma perda sofrida. Por exemplo, não podemos repor um pai, uma mãe, um membro perdido ou uma vida. O sofrimento não pode ser medido, embora os seguros ofereçam uma compensação financeira para isso. Nesse sentido, podemos afirmar que o mesmo acontecimento assume um duplo *status*: de perda irreparável e de risco indenizável. Os seguros recompensam financeiramente uma perda a partir de um valor arbitrário que, contudo, não é uma recompensa injusta porque foi previamente contratado por ambas as partes. Como afirma Ewald, “o seguro de vida, de saúde e de acidentes estão sempre atestando que tudo pode ter um preço, que todos temos um preço e que ele é o mesmo para todos” (p.204)<sup>74</sup>.

As técnicas de risco variam em sua natureza e na sua articulação com outras técnicas, dependendo de sua função em cada programa político específico. As técnicas de risco e seguro se tornaram proeminentes porque servem para intensificar a efetividade do poder. Considerando que as práticas de poder nas sociedades contemporâneas visam transformar as pessoas por meio da normalização, esse processo é custoso e difícil pois enfrenta muita resistência. As pessoas raramente aderem por pressão a alguma norma de comportamento considerada útil pelos que governam. As técnicas de risco e seguro são sutis e geram menos resistência, menos gastos políticos, além de proverem segurança aos envolvidos pois oferecem um apoio racional (os fatos) para adoção de um determinado comportamento e oferecem algo que toda a população deseja (segurança) (O'MALLEY, 1996). Essas técnicas servem mais para manipular o ambiente ou os efeitos dos comportamentos indesejados do que

---

<sup>74</sup> Health, life and accident insurance are always attesting that everything can have a price, that everybody has a price and that it is the same for all.

para tentar corrigir indivíduos isolados. Além disso, agem localmente em vez de separar e excluir os desviantes, sendo, portanto, mais inclusivas e menos coercitivas. Por último, aparentam agir mais tecnicamente do que moralmente. Em resumo, como afirma o'Malley (1996): “as técnicas de risco parecem mais inclusivas que exclusivas, mais aprimoradoras que coercitivas, mais técnicas que morais, mais estatísticas que individuais, mais tolerantes que normalizadoras, etc.”<sup>75</sup>. Segundo o autor, as tecnologias de poder não competem entre si, embora, às vezes, confrontem-se ou aliem-se. Toda técnica é produzida num contexto específico para depois se generalizar para outras estratégias.

As tecnologias de risco, embora tenham sido uma característica do Estado de Bem Estar, foram utilizadas na diminuição desse Estado, no período de emergência do neoliberalismo. O neoliberalismo não assumiu uma posição contrária ao manejo dos riscos e a providência de cada um. Ao contrário, defendeu que os indivíduos devem ser prudentes, se proteger contra as perdas através de provisões privadas. Nesse sentido, para o governo neoliberal, “quanto mais empreendedores são os indivíduos, melhor é a rede de segurança que podem construir” (O'MALLEY, 1996; p.197). Contudo, as preocupações neoliberais com a preservação de indivíduos livres, racionais e responsáveis levou à rejeição de programas correccionais e terapêuticos, no modelo apresentado pelo Estado de Bem Estar. O seguro privado é compatível com a racionalidade em que os indivíduos sustentam a própria vida com decisões livres.

Como mostra O'Malley (1996), nos anos oitenta, assistimos à transformação do Estado de Bem Estar em direção às práticas privadas de seguro como efeito de intervenções políticas que promoveram o jogo cada vez maior das forças do mercado. Houve uma retração das técnicas sociais de risco que foram substituídas cada vez mais pela privatização do risco. Este processo foi articulado com o emprego estratégico de técnicas características dos poderes soberanos e disciplinares, que facilitaram, enfatizaram e reforçaram a responsabilidade individual. Essas mudanças ocorreram por meio de uma aliança de diversas forças nesta direção. Um exemplo dessas mudanças é a criação do seguro de saúde privado. Segundo O'Malley, tanto o Estado quanto o setor privado promoveram o seguro de saúde privado e endossaram os motivos pelos quais os indivíduos deveriam escolher este tipo de tratamento. Como afirma O'Malley (1996), os consumidores devem ser removidos da dependência dos serviços públicos por meio de uma manipulação do ambiente. O indivíduo responsável deve dar passos racionais na direção contrária ao risco, buscando ser independente dos outros.

---

<sup>75</sup> The techniques of risk seem more inclusive than exclusive, more enhancing than coercive, more technical than moral, more statistical than individual, more tolerating than normalizing, etc.

Guiado pelas estatísticas e pelo saber dos *experts*, pela disponibilidade de serviços, o indivíduo será prudente “gerenciando os riscos como uma prática diária” (O’MALLEY, 1996; p.200). A segurança é responsabilidade particular nesta nova ordem. O modelo do Estado Providência não desaparece, é modificado para garantir indivíduos empreendedores e prudentes, que irão investir recursos para aprimorar a segurança pessoal, familiar e patrimonial. A confiança no Estado deve ser minada neste sentido, mesmo que seja para a prevenção do crime. Confiar no Estado para lidar com efeitos danosos dos riscos que são reconhecíveis, calculáveis e gerenciáveis é algo de que o indivíduo deve se envergonhar (O’MALLEY, 1996).

Para O’Malley, o risco não é entendido como indicativo de um mundo governado imperfeitamente. No Estado neoliberal, o risco é visto como uma fonte de oportunidade para o empreendedorismo e a criação de riquezas, além de ser considerado uma parte valiosa do ambiente. Os riscos geram responsabilidades e, por isso, é importante que existam. Isto não quer dizer que uma “sociedade do risco” está substituindo uma “sociedade disciplinar” ou uma “sociedade do *welfare*”. O que o autor afirma é que “o manejo do risco, sem dúvida se tornou muito mais importante do que há cinquenta anos” (O’MALLEY, 1996; p.202-203). Segundo O’Malley, seria quase banal afirmar que vivemos numa “sociedade do risco” pois mesmo os leigos já perceberam que rotinas baseadas no risco invadiram nossas vidas. Os cálculos dos riscos à saúde (que remetem a dietas, exercícios e exames) são cada vez mais frequentes. Precisamos nos prevenir de riscos que nem sabíamos que existiam. A análise dos riscos é a característica mais marcante dos dispositivos de segurança “que tentam transformar cada um de nós em técnicos de prevenção de crimes e nossas casas em fortalezas de alta tecnologia” (O’MALLEY, 2004; p.1)..

Muitas empresas foram criadas para vender produtos que se relacionam a essa prevenção de riscos, criando um consumo que visa prevenir qualquer risco real ou virtual. Entre estes produtos, podemos citar os seguros (*insurance*). O termo “seguro” assim como “risco” é ambíguos. Em primeiro lugar, pode designar as instituições de seguro de qualquer tipo e os próprios seguros: empresas privadas ou estatais, seguros contra morte, acidente, incêndio, de propriedades ou pessoais. Aqui, o seguro é entendido como uma tecnologia abstrata, composta de combinações, ou seja, como algo que a tecnologia de risco torna possível através da combinação de vários elementos da realidade econômica e social, de acordo com um conjunto de regras específicas. Mas, há ainda um terceiro sentido da palavra “seguro”, que define a ligação entre a tecnologia abstrata do seguro e as instituições “de seguro” às quais nos afiliamos. As instituições parecem todas iguais, ou aplicações do mesmo

princípio, mas não é assim. Elas não são repetições de uma fórmula aplicada a diferentes objetos e nem são o único modo de aplicar uma tecnologia de risco: são apenas uma das formas. O seguro pode ser, então, definido como uma técnica de risco. Como afirma Ewald, “o risco é o elemento fundamental do seguro porque ele é o próprio objeto desse tipo de contrato” (EWALD, 1991; p.199).

Como uma técnica de risco, o seguro é um esquema de racionalidade, uma forma de recortar e rearranjar certos elementos da realidade. A própria expressão “arriscar”, comum no vocabulário do empreendedorismo, deriva da aplicação desse tipo de cálculo a questões econômicas e financeiras (EWALD, 1991). Como esclarece Ewald, o seguro racionaliza todo acontecimento sob a rubrica da noção de acidente, oferecendo uma descrição que une as noções de perda e dano. A atividade do segurador não é registrar passivamente a existência desses “acazos” e oferecer garantias contra eles<sup>76</sup>. Ao contrário, ele produz riscos pela própria intervenção pois faz eles aparecerem. Cada pessoa se sente deixada à sorte dos golpes do destino e tem que se resignar a aceitar um seguro como única forma de protegê-la. O seguro altera a própria natureza dos fenômenos, subvertendo seu significado e tornando o que antes era raro em muito provável, sendo chamado para dar garantia integral ao seu cliente (EWALD, 1991).

O seguro é uma técnica econômica e financeira, que fixa preços em algo que não tem preço, que é o sofrimento e a perda. Mas também é uma técnica moral pois calcular um risco é dominar o tempo e disciplinar o futuro, conduzindo a própria vida de forma empreendedora. O seguro também é uma técnica de reparação e indenização de danos, um modo de administrar a justiça com quem sofreu os infortúnios do destino, fazendo da responsabilidade individual, algo coletivo. A combinação dessas duas dimensões faz do seguro uma tecnologia política na qual forças sociais são mobilizadas de uma forma bem específica, especialmente no caso do seguro social, no qual as classes trabalhadoras pagam uma quantia mínima e são asseguradas contra o acaso, contribuindo para a solidarização de interesses (EWALD, 1991).

---

<sup>76</sup> Castel (1991) faz uma crítica a essas técnicas. Segundo o autor, as ideologias modernas de prevenção possuem um sonho grandioso de controle absoluto do que é acidental. Em nome desse projeto ambicioso, constroem novos riscos: internos e externos (tabaco, acidentes, catástrofes, poluição). Segundo o autor, esse projeto seria um delírio da razão e da segurança, povoado de agentes calculadores, planejadores, que vivem num local onde nada acontece.

### 2.2.2.2 Técnicas de Inscrição (Ação à Distância)

Outra tecnologia de governo das sociedades contemporâneas são as técnicas de inscrição. Esta é uma noção primeiro proposta por Latour (1998) e retomada por Miller e Rose (2008) em suas análises sobre as sociedades contemporâneas. As **técnicas de inscrição** são as condições materiais que permitem pensar de uma forma que possibilite trabalhar sobre um objeto. Por meio das inscrições, a realidade se torna estável, móvel, comparável e combinável ao mesmo tempo. Passando a ser representada de um modo que possa ser discutida e diagnosticada. A realidade é representada através da coleta de dados e inscrição em gráficos, tabelas, diagramas, que tornam visíveis os fatos numa folha de papel. O mundo se torna alcançável através do olhar porque a escala foi reduzida. Tudo isto, depois de ser formatado estatisticamente, se transforma em informação que é distribuída em centros de cálculo. A informação descrita não é o resultado do registro, mas daquilo que foi criado, que de certa forma está presente mas não na sua concretude e ainda carrega o viés de quem observa (LATOURE, 1988; MILLER; ROSE, 2008).

As técnicas de inscrição só são possíveis porque existem os centros de cálculo. Os centros de cálculos são locais para onde as informações registradas são transportadas e acumuladas para serem utilizadas com fins de cálculo. Porém, antes de irem para os centros de cálculo, as informações são armazenadas em locais menores (escritórios, quartéis), o que dá poder às pessoas por permitir uma série de cálculos e justificar a implementação das estratégias planejadas por estas pessoas, já que estas sabem realmente o que se passa. As informações que um indivíduo ou grupo podem calcular e compilar estão diretamente associadas ao poder que possuem sobre aqueles que estão fazendo parte dos cálculos (MILLER; ROSE, 2008).

Segundo Latour (2006), para que as inscrições sejam produzidas é necessário um processo que ocorre em sete etapas: A primeira é a **mobilização**, que é o transporte de alguma coisa que esteja em algum lugar do mundo, para que se torne acessível aos centros de cálculo. Na segunda ocorre a **fixação**, que é a conservação do formato do fenômeno durante os deslocamentos, fazendo com que não se distorça, em outras palavras, significa “congelar” o fenômeno. A terceira é a etapa do achatamento, que é transcrever os dados do fenômeno em uma folha de papel, de forma que fiquem visíveis e apreensíveis de forma mais simples<sup>77</sup>. Na quarta há a **variação da escala**, que é redução de tamanho, produzindo protótipos e mapas de

---

<sup>77</sup> Segundo o autor, não enxergamos os fenômenos a olho nu mas com um olho “vestido” (de tecnologias)(p.23)

poucos metros, manipulando traços e modelos com as mãos .Quinta etapa: **recombinação**, que significa embaralhar os dados, combiná-los e compará-los fazendo com que fenômenos distintos possam ser compreensíveis dentro de leis gerais que emergem da observação de uma certa disposição de traços no papel. Na sexta ocorre uma **incorporação**, que é descrever as imagens em textos através das convenções conhecidas. Sétima e última etapa: **fusionar**, que é a codificação de tudo isso na linguagem matemática para que possa representar o que foi conhecido, explicando a teoria e permitindo o transporte das informações sem que se distorçam ou se percam as conclusões daí derivadas.

A inscrição também é uma técnica de ação à distância. Por exemplo, a instalação de uma técnica de cálculo nas instituições permite que esses locais funcionem “onde estão” (na situação em que estão), e que sejam regulados de acordo com o lugar “onde deveriam estar” e sejam encontradas formas de sair de um estado para outro. As práticas de enumerar as pessoas e formar dossiês sobre elas fazem com que as autoridades ajam sobre elas, mesmo quando elas estão distantes no espaço e no tempo, para que atinjam os objetivos sociais, econômicos e políticos desejados sem destruir sua liberdade ou autonomia (MILLER; ROSE, 2008). As inscrições transformam o campo em que o governo pretende se aplicar. Revelam e constroem normas e processos os quais podem ser avaliados para que sejam permitidas intervenções calculadas. As representações em papel fazem com que os fenômenos se inter-relacionem, transformando “a população”, “a economia” ou “a saúde”<sup>78</sup> em entidades calculáveis e concretas. Essas tecnologias ocupam um lugar-chave nos programas de governo, que precisam conhecer detalhadamente a população para poderem governar da melhor forma possível (MILLER; ROSE, 2008). Como o governo depende da ciência, só se pode governar nas sociedades liberais através destas inscrições. Estamos tão acostumados a lidar com dicionários, índices e gráficos, que, às vezes, esquecemos que estes são frutos de um grande trabalho de compilação e cálculo e que não são o mundo em si mas sua representação (LATOURET, 2006).

No século XIX, com a transformação nas instituições, como manicômios, prisões, hospitais e escolas, dos sistemas de documentar e registrar informações, foram criados os arquivos e os estudos de caso. A obrigação de acumular detalhes pessoais dos internos e informações sobre uma massa de pessoas serviu para identificar cada pessoa com um dossiê que documenta sua vida e seu comportamento de acordo com o motivo pelo qual está internado e com os objetivos que deve atingir. Como resume Rose, “o indivíduo entra no

---

<sup>78</sup> “Em resumo, esses desenvolvimentos técnicos tornam novas áreas da vida pensáveis e praticáveis” (ROSE, 1998, p.113).

campo do saber não através da imaginação filosófica abstrata mas através da operação mundana da documentação burocrática<sup>79</sup>” (ROSE, 1998; p.107). Isto está diretamente relacionado com as ciências psi pois elas se desenvolvem a partir destas técnicas rotineiras de registro, utilizando-as e transformando-as em dispositivos sistemáticos de inscrição da identidade das pessoas. Essas técnicas transformam as propriedades, capacidades e energias dos seres humanos em uma forma material - gráficos, questionários, medidas (ROSE, 1998). A avaliação psicológica produz um modo de inscrição do poder sobre o indivíduo, é uma forma de descrever o destino de uma pessoa e colocá-lo num dossiê, por meio do diagnóstico, perfil ou da pontuação de um teste. Os resultados da avaliação podem ser dirigidos à avaliação institucional (na justiça, na escola, na enfermaria), onde a decisão será tomada através do cálculo das capacidades deste indivíduo. Acumulados no prontuário ou em anotações de caso, esses elementos fornecidos pelas ciências psi se tornam essenciais aos programas de governo da subjetividade e gerenciamento da diferença individual. Os procedimentos de visualização, inscrição e individualização característicos das ciências psi domesticam e disciplinam a subjetividade, transformando a conduta imprevisível das pessoas em traços bidimensionais manipuláveis, matematizáveis e codificáveis que podem ser utilizados a fim de tornar os homens seres administráveis e calculáveis (ROSE, 1998).

### 2.2.2.3 Tecnologias do Self

Segundo Foucault (1988), há quatro tipos de técnicas, a partir das quais os indivíduos podem se relacionar consigo mesmos: Técnicas de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular; técnicas do sistema de signos, que permitem o uso de signos, significados, sentidos e símbolos; técnicas de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins; técnicas do *self*<sup>80</sup>, que permitem ao indivíduo efetuar, por seus próprios meios ou com a ajuda de outros, “um certo número de operações em seus corpos, almas, pensamentos, condutas e modos de ser, para transformá-los, a fim de manter um estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade” (p.18). Para Rose (1999), o que Foucault chama de técnicas do *self* é a inculcação de tipos particulares de

<sup>79</sup> Mas isto não é característico somente das ciências psi. As ciências deixaram de lado as divagações filosóficas para lerem o livro da “natureza” e “se os cientistas leram o livro da natureza é porque primeiro transformaram a natureza num livro” (ROSE, 1998, p.107).

<sup>80</sup> Segundo Foucault, estes quatro tipos de técnica raramente funcionam em separado e cada um está associado a um tipo de dominação diferente. As técnicas do *self* se desenvolveram a partir de dois contextos diferentes: a filosofia greco-romana dos primeiros séculos e a espiritualidade cristã dos impérios IV e V e do império Romano tardio, no entanto, este desenvolvimento não será abordado aqui (ROSE, 1998).

relação que o ser humano estabelece consigo mesmo; é um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções – e governo do comportamento. Estes mecanismos estão associados a textos mundanos de reformadores, campanhistas, médicos, etc. que pressupõem como os seres humanos devem ser, como devem se governar moralmente e, como esses mecanismos devem ser incorporados em intervenções dirigidas ao ser humano como ser moral, capaz de ser responsável e julgar sua própria conduta. Essas técnicas estão embutidas na linguagem, no saber, na fabricação de espaços e repertórios de conduta. Segundo Rose, “o que está envolvido aqui é um exercício de inibição do *self*”, de modelação da conduta a partir de referenciais de uma dada sociedade, incitando características de valor para aquela sociedade (exemplo: liberdade, autenticidade) e inibindo as demais (ROSE, 1998; p.43). A história dessas práticas está inexoravelmente ligada à história do governo das pessoas, uma história na qual elas se sujeitam a diferentes práticas em nome de algo que para elas é importante: no caso das sociedades atuais, a liberdade. No século XIX, a civilidade estava associada ao auto-controle, resultante da inibição das paixões, dos rompantes da vontade. Por isso, o alcoolista era visto como moralmente fraco. Atualmente, a pessoa precisa exercer sua liberdade e fazer suas próprias escolhas em termos de um pensamento empreendedor (ROSE, 1998). É nesse sentido que Rose afirma que as técnicas do *self* estão diretamente relacionadas ao papel da liberdade nas sociedades contemporâneas, pois é em nome da liberdade, que os sujeitos se submetem a esta “inibição do *self*”. Enquanto as atividades públicas dos cidadãos são reguladas por normas e códigos de civilidade, as atividades privadas são civilizadas equipando os sujeitos com linguagens e técnicas de auto-compreensão e auto-domínio (BURCHELL, 1991). A liberdade se torna, assim, inextricavelmente ligada a uma norma de civilidade, e, como esclarece Rose, “mesmo quando a liberdade é praticada como resistência ao tipo de civilidade imposto, seu exercício implica em parodiar, extrapolar ou inverter seus valores” (ROSE, 1999, p.69)<sup>81</sup>.

O governo da liberdade deve ser analisado através da invenção de técnicas que visam governar os indivíduos livres. Mas, o grande desafio a este tipo de governo não foi o indivíduo e sim a massa. Isso pode ser observado na série de projetos surgidos no século XIX para expurgar o perigo das massas revoltadas, da criminalidade, enfim, do problema da grande concentração de pessoas na cidade. O sonho da cidade liberal sadia e ordenada teve de ser governado não pela coerção mas através de uma série de invenções que implicava a abertura de um espaço de visibilidade “trancando cada indivíduo “livre” num jogo de olhares

---

<sup>81</sup> Even if freedom is exercised as a resistance to the kind of civility imposed, its exercise implies in parodying, extrapolating or inverting its values”

normativos” (ROSE, 1999, p.73; ELIAS, 1994)<sup>82</sup>. Através da polícia, dos projetos de higiene urbana e saúde, da reforma das moradias e do re-planejamento da cidade, a paz pública pôde ser mantida, aliando-se com a conduta da conduta dos indivíduos na direção da civilidade. Foram criados espaços de liberdade “regulada”, quase sempre acompanhados de instruções das autoridades de como se vestir, fazer a higiene, cuidar das crianças, evitar o álcool, etc.. As pessoas passaram a ser governadas por uma série de visibilidades que o autor nomeia de “governo pela administração calculada da vergonha” (ROSE, 1999, p.73)<sup>83</sup>. Essa vergonha se liga à ansiedade em relação à reprovação dos outros e, ao mesmo tempo, à incitação a cuidar de si em nome da manifestação de caráter moral. Estas estratégias convocam os indivíduos a fazerem sua parte nos jogos de civilidade, criando novos limites entre o que é certo e errado e inventando novas formas de disciplina e punição.

O governo da liberdade também deve ser entendido através de tecnologias de responsabilização. Com as tecnologias de responsabilização, os pais se tornam responsáveis pelo governo da casa e dos filhos, retirando-os do vício, da doença, disciplinando suas paixões e implicando-os no estudo. Isto mostra o papel central da família nas técnicas de governo, ligando o desejo das autoridades pela manutenção da saúde, ordem pública e civilidade com o desejo de promover o bem estar dos indivíduos. Assim, como afirma Rose: “uma ética privada da boa saúde e moralidade pode ser articulada a uma ética pública da ordem social e da higiene pública sem destruir a autonomia da família” (ROSE, 1999;p.74).

Essas técnicas também foram acompanhadas por uma delicada tecnologia da sensibilidade. A educação tentava não apenas formar o cidadão normal e o cidadão racional, mas também servia para formar o cidadão sensível, o que era alcançável por meio do encorajamento de uma nova relação entre professor e aluno na escola. A pedagogia, desde o século XIX, enfatizava a vida interior da criança (ELIAS, 1994). Era um projeto tecnológico, que requeria um saber específico, detalhado e contínuo, não apenas sobre as características gerais da vida interior da criança mas sobre o mundo interior específico da criança a ser governada. Quanto mais o professor soubesse, mais fácil seria guiá-la. As técnicas de observação foram inventadas para que os professores pudessem esquadrihar cada criança e descobrir seus comportamentos anômalos e suas qualidades. Depois de observar, os professores eram instados a ensinar lições sobre o que viram e ensinar as crianças a perceberem estes estados internos; providenciando uma linguagem na qual pudesse falar deles e julgá-los, em outras palavras, criavam novas “sensibilidades civilizadas” (ROSE, 1999;

---

<sup>82</sup> Locking each “free” individual in a game of normative gazes.

<sup>83</sup> Governing by the calculated administration of shame.

p.78). As **técnicas do *self*** uniram a dimensão privada (às práticas sobre si mesmo) à dimensão pública (política de civildade) dos indivíduos. Elas objetivavam produzir indivíduos que não precisassem ser governados por outros, pois se auto-governariam através da introspecção, previsões, cálculos e julgamentos, seguindo certas normas éticas. Nos indivíduos conformados a esses ideais, o objetivo social do bom cidadão seria fundido com a aspiração pessoal de uma vida civilizada. Rose chama essa condição de estado de liberdade<sup>84</sup> (ROSE, 1998, p.78).

### 2.2.3 O Indivíduo Empreendedor

O empreendedorismo é uma das principais características das sociedades liberais avançadas, portanto, não pode ser desconsiderado para fins da análise do governo dessas sociedades. O empreendedorismo surge como uma força de reação à forma pela qual os sujeitos se relacionavam com o Estado de Bem Estar e com a separação formal dos campos social e econômico. Com o dismantelamento do Estado de Bem Estar, os domínios econômicos e sociais passaram a ser vistos como domínios antagônicos: o governo enquanto aparelho formal de Estado deveria atuar cada vez menos na vida “privada” das pessoas e estas deveriam buscar por si mesmas as proteções de que necessitavam para minimizar os riscos sociais. Um exemplo já citado são as técnicas de seguro. As técnicas de seguro coletivas foram desvalorizadas, enquanto que a busca de seguros privados de vida, acidentes, propriedade, entre outros, foi incentivada. Isto ocorreu pois na racionalidade liberal de governo que sucedeu o Estado de Bem Estar, o uso de proteções sociais incentivava a independência dos sujeitos e o excesso de intromissão do Estado na vida dos cidadãos, causando além de altos custos, efeitos deletérios para os cidadãos que deveriam buscar opções num mercado livre. O governo econômico teve que ser dessocializado para que se maximizasse o comportamento empreendedor do indivíduo. No entanto, a política liberal não era uma política de abstenção econômica, muito pelo contrário, era uma política de ativismo econômico.

Além das mudanças causadas na sociedade pela introdução de uma nova racionalidade política, o liberalismo, houve outros fatores macropolíticos que favoreceram a cultura

---

<sup>84</sup> Quando usamos o termo liberdade, estamos usando no sentido proposto por Silier (2005), como o poder de auto-determinação racional, em oposição ao sentido negativo que afirma que a liberdade só é possível quando o sujeito é liberto das amarras que os constroem. Alguém é negativamente livre quando faz o que quer sem ser impedido ou sofrer interferência de outros. Algum agente é culpado por essa privação. Na concepção positiva, alguém é livre quando se realiza pessoalmente de acordo com suas necessidades (Silier, 2005).

empreendedora. Como destaca Rose (1992), três esferas contribuíram de modo crucial para o surgimento e expansão do mesmo: o trabalho, os locais de consumo e a família. Na esfera do trabalho, os trabalhadores deixaram de ter que suportar as degradações e privações do trabalho com a finalidade de ganhar um salário. A imagem do trabalhador passou a ser a do indivíduo que busca sentido e realização no trabalho, um lugar no qual os indivíduos representam, constroem e confirmam suas identidades, uma parte intrínseca de seu estilo de vida. A *expertise* ganha aqui o papel de ligação entre os objetivos economicamente desejáveis e os pessoalmente sedutores, ensinando as artes da auto-realização que irão aprimorar o estilo de vida dos funcionários, detectando atritos e problemas de funcionamento nos locais de trabalho e apontando a falta de iniciativa. Na esfera do consumo, os cálculos e as análises políticas passaram a enfatizar a necessidade da constante expansão do consumo para que o bem estar econômico fosse mantido em prol do interesse nacional, do lucro das firmas e da manutenção dos níveis de emprego. Os consumidores tornam-se atores buscando maximizar sua qualidade de vida, agenciando um estilo de vida por atos de escolha num mundo de bens. As técnicas de consumo são instaladas nos indivíduos a fim de fazê-los consumir, convencendo-os de que aqueles produtos são essenciais para sua realização. Um exemplo disso são os livros de auto-ajuda e as palestras de liderança, considerados um grande apoio para quem deseja ser autônomo e bem sucedido. Outros exemplos são a venda de planos de saúde, seguros e dos próprios serviços dos *experts*. Na esfera da família, desde a metade do século XIX, diversos projetos buscaram usar tecnologias humanas para fins sociais. A família foi alvo de inúmeras regulações com o objetivo de eliminar a ilegalidade, a embriaguez, a promiscuidade, etc. além de servir para inculcar valores morais às crianças (DONZELOT, 1980). A regulação da família resolve o paradoxo do liberalismo<sup>85</sup>, que faz da família uma entidade privada, ainda que responsável por todo tipo de conseqüências públicas. A *expertise* instruiu a família para produzir a normalidade. Os indivíduos passaram, assim, a avaliar e normalizar a conduta parental e conjugal em termos de imagens de normalidade e vida familiar geradas pela *expertise*. Como exemplifica Donzelot (1980), os assistentes sociais eram os profissionais que faziam em primeiro lugar a avaliação das famílias (se eram funcionais ou disfuncionais, se necessitavam de intervenção terapêutica ou mesmo legal). Utilizando-se a princípio de algumas técnicas psicológicas de anamnese e observação, os assistentes sociais foram criando suas próprias formas de examinar, tornando-se atualmente uma categoria profissional de *expertise* importante no que diz respeito aos problemas sociais.

---

<sup>85</sup> Manter ao mesmo tempo uma área de liberdade do indivíduo e fazer o controle social necessário para manter a ordem.

Este papel do Serviço Social só pôde ser afirmado mediante a estratégia de regulação da sociedade através da família.

No entanto, para que a cultura empreendedora pudesse se estabelecer de modo permanente, era necessário criar condições para que a racionalidade liberal com suas estratégias pudesse ser ligada às aspirações pessoais dos indivíduos, para que eles desejassem ser indivíduos empreendedores e passassem a conceituar seus problemas em termos de falta de empreendedorismo. A política precisou intervir de forma direta para criar essas condições favoráveis à implantação do empreendedorismo. Isto foi feito pela adoção de algumas medidas organizacionais: a privatização de empresas estatais; a minimização da rigidez do mercado de trabalho, assegurando a disponibilidade de vagas especializadas, inibindo tudo o que restringisse a liberdade de mercado. Também foram promovidas algumas condições subjetivas: a remoção da maioria dos apoios estatais para tirar os indivíduos da passividade e dependência; a manutenção de poucos suportes tidos como opcionais, para maximizar a atitude empreendedora dos indivíduos e incitar o desejo de atualização pelo trabalho. A mensagem que buscava-se transmitir era não depender do Estado para prover segurança incondicional contra os riscos e contra as conseqüências das próprias ações dos indivíduos. A liberdade, nesse sentido, passou a ser redefinida<sup>86</sup>, “não é mais liberdade da necessidade, é a capacidade de auto-realização que pode ser obtida apenas pela atividade individual” e que beneficia ao indivíduo, ao grupo e ao Estado. As formas de racionalidade política<sup>87</sup> que precisam da cultura empreendedora possuem como valor político vital a imagem do *self empreendedor*, que é uma imagem potente. O *self* empreendedor é uma entidade subjetiva que aspira autonomia, deseja realização pessoal, interpreta sua realidade e destino como questões de responsabilidade pessoal e deseja dar sentido à sua existência através de escolhas. Nesse contexto, a orientação das pessoas já não depende mais da religião e da moral tradicional mas dos “*experts* da subjetividade” que transformam questões existenciais em questões técnicas, aumentando a efetividade da resolução de problemas e aprimorando a qualidade de vida dos indivíduos (ROSE, 1992).

Para os neoliberais da cultura empreendedora, o bem estar social e político deve ser assegurado por atividades empreendedoras e escolhas de agentes autônomos, cada um tentando maximizar sua vida, inventando e promovendo novos projetos através de cálculos individuais e locais em termos de custos e benefícios. O empreendedorismo é uma linguagem

---

<sup>86</sup> O Estado de Bem Estar é também considerado uma forma de governo liberal, no entanto, a liberdade enfatizada nesta racionalidade de governo é a liberdade das necessidades (desemprego, isolamento) através da construção de redes solidárias de apoio aos mais necessitados, buscando a igualdade social.

que articula a racionalidade política neoliberal com o governo dos indivíduos pois lhes incute uma forma ética de se relacionar consigo mesmo (através da atividade, da escolha racional e dos cálculos de probabilidades). Ela também conecta as deliberações políticas gerais à formulação de programas específicos que, ao mesmo tempo, criam novos problemas e providenciam formas de compreendê-los para resolvê-los. Em resumo, o vocabulário empreendedor<sup>88</sup> permite que a racionalidade política neoliberal seja traduzida em modos de governar (ROSE, 1992). Nesse contexto as empresas<sup>89</sup> são problematizadas em relação à sua falta ou não de empreendedorismo. Simultaneamente, as empresas devem ser reconstruídas por meio da promoção de capacidades empreendedoras em todos e em cada um, encorajando-os a conduzir-se com firmeza e rigor, ter disciplina e arriscar-se na busca por objetivos. O sujeito empreendedor deve ter certas regras para conduzir a própria existência como: energia, iniciativa, habilidade de cálculo, responsabilidade pessoal, prudência, planejamento do futuro e vontade de correr riscos. O *self* empreendedor é o *self* calculador, que calcula riscos, custos e benefícios, vantagens a longo prazo, e probabilidades. As pessoas passam a funcionar como gerentes da própria vida, administrando diversas áreas (pessoal, profissional, afetiva) sob um modelo que visa torná-las mais ativas, enérgicas e racionais, através do uso de técnicas estatísticas, de cálculo de risco, utilizando sempre a prudência e buscando prever conseqüências futuras de seus atos (ROSE, 1992).

Segundo Rose, o empreendedorismo é uma forma ética de governo pois o bom governo “é aquele embasado na forma pela qual as pessoas se governam” (ROSE, 1992; p.146). A limitação formal dos poderes do Estado no liberalismo implicou uma proliferação de programas e mecanismos dispersos, destacados das atividades formais de poder público que prometem moldar os acontecimentos para produzir valores “públicos” como riqueza, eficiência, saúde e bem estar. O autor esclarece que o problema da regulação das esferas “privadas” foi resolvido, em grande parte, por meio de poderes específicos: o saber dos *experts*<sup>90</sup>, suas técnicas racionais que permitem agir sobre a capacidade das pessoas sob a égide da objetividade, neutralidade e eficácia técnica mais do que da parcialidade política (ROSE, 1992).

Outra conseqüência da cultura empreendedora foi o triunfo da *expertise*. A *expertise* prevaleceu devido à promessa que fez de reconciliar as tensões existentes na alma do

---

<sup>88</sup> Empresa aqui não designa apenas um tipo de organização mas se refere a uma forma de atividade a ser encorajada em várias áreas da vida (ROSE, 1992).

<sup>89</sup> Entenda-se “empresas” tanto como as instituições quanto como as pessoas que funcionam nesse modelo empreendedor, tidas como empresárias da própria vida.

<sup>90</sup> Isto será visto com mais detalhes adiante e no capítulo seguinte.

indivíduo habitado por esferas com modos de vida filosoficamente opostos. O indivíduo empreendedor tem que compatibilizar o sucesso pessoal e profissional com o gerenciamento de imagem e autenticidade. Os *experts* psi foram convocados a auxiliar o indivíduo a compatibilizar diferentes tendências. Nesse sentido, a terapia deve ser ampliada para incluir “sintomas” como orientação sexual, ansiedade, falta de assertividade e necessidade de autocontrole. “A mensagem é: você pode mudar, controlar seu próprio destino<sup>91</sup>” (ROSE, 1992; p.150).

Ainda que o exemplo da terapia “ampliada” pareça implicar formas de dependência opostas ao espírito do empreendedor, essa oposição é enganosa. As terapias devem estimular o indivíduo a “trabalhar” sobre si e assumir responsabilidade pela própria vida, buscando equipá-lo com ferramentas para gerenciar seus problemas de forma que controle seus objetivos e planeje suprir suas necessidades através de seus próprios poderes. É nesse sentido que podemos afirmar que sentimentos de perda, frustração e medo são perigosos para o regime do *self* autônomo porque destroem as imagens de soberania, controle, onipotência, realização e alegria. Assim, surgem as novas terapêuticas da finitude, as técnicas de superação dos medos, porque o sofrimento não deve ser suportado mas sim abordado pela *expertise*, gerenciado como um desafio e estímulo aos poderes do *self* empreendedor. Mesmo os sistemas terapêuticos de direção espiritual (ex. aconselhamento espiritual) operam nesse terreno ético consoante com os imperativos do *self* empreendedor (ROSE, 1992).

#### 2.2.4 Fenômenos de Tradução

Não é possível analisar as formas de governo nas sociedades contemporâneas sem abordar os fenômenos de tradução. Os fenômenos de tradução não são técnicas, são alinhamentos entre os objetivos das autoridades que querem governar e os projetos particulares das organizações, grupos e indivíduos. Esses fenômenos de tradução são imprescindíveis ao governo liberal porque este se compromete, ao mesmo tempo, em respeitar a autonomia das esferas privadas da vida dos indivíduos e em moldar a conduta dos indivíduos de acordo com a concepção das autoridades do que deve ser o bem estar individual e coletivo. O bom governo depende do bem estar daqueles que são governados já que as autoridades políticas têm o compromisso de alimentarem as capacidades auto-organizadoras dessas esferas (ROSE, 1999). Quando os processos de tradução operam sem problemas – o

---

<sup>91</sup> You can change, you can control your own destiny.

que raramente acontece – a autonomia dos sujeitos não se torna uma ameaça mas, pelo contrário, pode se tornar aliada à busca da realização de objetivos, como o sucesso econômico, o desejo de instrução, o treinamento, etc. (ROSE, 1999).

No sentido literal, o termo “tradução” implica o deslocamento de alguma coisa de um local a outro<sup>92</sup>. No contexto utilizado por Rose, a tradução envolve processos que ligam as racionalidades de governo aos problemas locais que se inserem em programas específicos de governo. Nesses processos, são estabelecidas associações móveis entre vários agentes, cada um buscando aprimorar seus poderes. Como afirma Rose, “o governo à distância se torna possível quando cada um pode traduzir os valores do outro em seus próprios termos, de tal forma a forjar novas regras e padrões para as próprias ambições” (ROSE, 199, p.50)<sup>93</sup>.

Segundo proposto por Callon (1986), os fenômenos de tradução ocorrem em quatro etapas. A primeira etapa é a etapa da **problematização**. Nessa etapa, são formulados os problemas a serem resolvidos, e determinam-se os atores envolvidos nos problemas (quem são eles e quais são as suas funções). Os indivíduos envolvidos percebem que estão num projeto comum que beneficiará a todos. Um sistema de alianças ou associações entre essas entidades<sup>94</sup> é descrito, detalhando suas identidades e objetivos. A segunda etapa é do **interessamento**<sup>95</sup>. Nessa etapa, cada entidade listada pode aceitar ser integrada no plano inicial ou recusar a ser integrada, definindo sua identidade de outra maneira. Ao aceitar ser integrada, a entidade se mostra interessada, e cria-se um conjunto de ações pelas quais a entidade (a responsável pelo projeto) tenta impor e estabilizar a identidade dos outros atores. Estar interessado é estar entre (inter-esse) um indivíduo ou organização e uma técnica. Os dispositivos de interesse criam um balanço favorável de poder pois ajudam a abordar as entidades envolvidas, interromper as possíveis associações competidoras e construir um sistema de alianças. A terceira etapa é o **envolvimento**<sup>96</sup>. Nessa etapa, definem-se e coordenam-se os papéis. O sucesso não é garantido não importa o quão convincente seja o argumento. Em outras palavras, o dispositivo de interesses não leva necessariamente a alianças, ou seja, um envolvimento real. Envolvimento designa um dispositivo pelo qual um conjunto de papéis relacionados é definido e atribuído aos atores, que os aceitam. Descrever o envolvimento é descrever as negociações feitas, o jogo de forças e os truques que permitem

<sup>92</sup> Como esclarece Latour, “tradução não quer dizer a mudança de um vocabulário para outro como se os dois existissem independentemente. Tradução quer dizer deslocamento, invenção, mediação, a criação de uma ligação que não existia antes e que, em algum grau, modifica dois elementos ou agentes” (LATOUR, 1994; p.32)

<sup>93</sup> Rule “at a distance” becomes possible when each can translate the values of others into its own terms, such that they provide norms and standards for their own ambitions”.

<sup>94</sup> As organizações, grupos e indivíduos que se aliam.

<sup>95</sup> No original: interestment

<sup>96</sup> No original: enrolment.

que os interesses sejam efetuados. Os atores podem estar envolvidos por violência, sedução, transação ou consenso sem discussão. A ultima etapa é a **mobilização dos aliados**. Aqui, cada parte da aliança possui um porta-voz. Uma série de intermediários é criada para levar aos outros a designação do porta-voz. Falar pelos outros é em primeiro lugar silenciar aqueles em nome de quem se fala. É difícil silenciá-los e mais ainda, falar em nome de entidades que não são completamente articuladas, supondo contínuos ajustes e dispositivos de interesse mais sofisticados. Esses intermediários são mobilizados progressivamente, tornando certas proposições críveis e aceitáveis a ponto de formar uma aliança e agirem todos como uma força única. Mobilizar é tornar uma rede conectada e acessível, colocando os atores em locais específicos através de deslocamentos.

A noção de tradução enfatiza a continuidade dos deslocamentos de pessoas, objetivos, interesses e dispositivos. O resultado é uma situação em que certas entidades controlam outras e poucos obtêm o direito de se expressar e representar aos demais atores que mobilizaram (CALLON,1986). Quando o interesse ou o envolvimento não ocorrem ou são rompidos podem acontecer os seguintes desfechos: desinteresse, interrupção ou desvio, composição de um novo objetivo com novos parceiros ou *blackboxing*. *Blackboxing* pode ser traduzido em português como “formação de uma caixa preta”, um fenômeno reversível que torna opaca a produção dos atores e artefatos. A caixa preta não é uma rede conectada perseguindo um objetivo único mas uma caixa preta cheia de partes soltas (LATOUR, 1994).

Para ilustrar os fenômenos de tradução, apresentamos o exemplo de Nettleton (1997). A autora descreve o caso da publicação de um livro que contou com a parceria bem sucedida de diferentes setores. Nos anos noventa, foi publicado no jornal *Sunday Times*, a propaganda de um livro cujo título era “Mude sua Vida: Um Guia de Seis Partes Sobre Dieta e Saúde”. O anúncio foi publicado por meio da parceria entre o jornal, a empresa PPP Healthcare e a editora Dorling Kindersley. Cada uma das empresas tinha um interesse diferente em relação à publicação do anúncio. A empresa PPP Healthcare tinha o interesse de assegurar que as pessoas investissem na própria saúde (alvo de seus negócios); a editora queria aumentar suas vendas, mantendo o nível de livros vendidos sobre saúde e o jornal chegou à conclusão de que saúde é um tema que interessa aos leitores. Poderíamos citar também o interesse maior do Estado em preservar a saúde de sua população através de um livro de auto-ajuda escrito por *experts* e dos próprios *experts* que escreveram o livro, de verem seus clientes e leitores seguindo aquilo que eles provaram ser bom para a saúde.

### 2.2.5 O Papel da Expertise nas Novas Formas de Governo

Nas sociedades contemporâneas, o governo opera mais através dos indivíduos do que através da ordenação de atividades e processos. É nesse sentido que Miller e Rose (2008) afirmam que o governo trata de uma questão “pessoal”. Sendo assim, os programas de governo buscam sua efetividade envolvendo os indivíduos como aliados na busca de seus objetivos políticos, econômicos e sociais. Contudo, os indivíduos, como sujeitos “livres”, são governados sem a quebra de sua autonomia formal. Por isso, os programas apostam nas capacidades dos sujeitos e em tecnologias que atuam sobre eles como pais, produtores, consumidores e cidadãos, organizando-os, orientando-os em decisões e ações que envolvem o gerenciamento da própria existência.

Segundo argumentam os *experts* (especialistas), as capacidades pessoais dos indivíduos podem ser gerenciadas para alcançar objetivos socialmente desejáveis, como saúde, sucesso e lucro. A possibilidade de direcionar as capacidades do indivíduos para alcançar objetivos econômicos fez com que surgisse uma aliança entre os indivíduos envolvidos no mundo de negócios e os *experts* psi. Essas autoridades sociais ajudaram a traduzir os problemas leigos em linguagem especializada, e passaram a sugerir que seus saberes e técnicas fossem considerados a chave do sucesso a ser alcançado pelos indivíduos. Isso permitiu aos *experts* problematizar novos aspectos da existência e, ao mesmo tempo, oferecer ajuda para resolver esses mesmos problemas que descobriram. É nesse sentido que Miller e Rose afirmam que os *experts* agiram como dispositivos de tradução entre as autoridades e os indivíduos:

Os *experts* elaboraram argumentos de que as capacidades pessoais dos indivíduos podiam ser gerenciadas para atingir objetivos socialmente desejáveis- saúde, ajustamento, lucratividade, etc. Eles se apoiaram em preocupações políticas já existentes, sugerindo ter a capacidade de minimizar problemas e alcançar benefícios. Eles se aliaram com outras autoridades sociais poderosas, em particular, pessoas de negócios, traduzindo seus problemas “leigos” em linguagens especializadas e sugerindo que saberes racionais e técnicas planejadas guardavam a chave do sucesso. Eles problematizaram novos aspectos da existência e, ao mesmo tempo, sugeriram poder ajudar a vencer os problemas que tinham descoberto. Eles agiram como poderosos dispositivos de tradução entre as “autoridades” e os indivíduos, moldando a conduta não pela obrigação mas pelo poder da verdade, a potência das racionalidades e as promessas de efetividade (MILLER; ROSE, 2008, p.42-43<sup>97</sup>)

---

<sup>97</sup> They have elaborated the arguments that the personal capacities can be managed in order to achieve socially desirable goals – health, adjustment, profitability and the like. They have latched on to existing political concerns, suggesting that they have the capacity to ameliorate problems and achieve benefits. They have allied themselves with other powerful authorities, in particular, business people, translating their “lay” problems into expert languages and suggesting that rational knowledges and planned techniques hold the key to success. They have problematized new aspects of existence and, in the same moment, suggested that they can help overcome the problems that they had discovered. And they have acted as powerful translation devices between “authorities” and individuals, shaping conduct not through compulsion but though the power of thruth, the potency of rationality and the alluring promises of effectivity.

Os *experts* adquiriram autoridade social porque suas idéias e teorias estão baseadas em formas de julgamento que estão ligadas à sua reivindicação de verdade especializada, ou seja estes profissionais reivindicam possuir a verdade relativa à área na qual atuam por trabalharem com o método científico. Por serem autorizados socialmente a falarem de seu campo de atuação, os *experts* fornecem orientações sobre como lidar com suas descobertas. Por exemplo, o psicólogo possui autoridade para falar sobre o comportamento humano, por trabalhar com testes cientificamente comprovados. Ao avaliar uma pessoa, o psicólogo formula um diagnóstico com valor de verdade e orienta o indivíduo sobre o que ele deve fazer para superar os problemas descobertos na avaliação. Da mesma forma, um psicólogo que aparece em um programa de televisão analisando a personalidade de alguém famoso, pode orientar os telespectadores que possuam problemas semelhantes. As pessoas que ouvem os conselhos dos *experts*, os têm como úteis e buscam colocá-los em prática para obterem bem-estar, sucesso, riqueza e outros benefícios. Desta forma, podemos dizer que os *experts* são diretamente ligados à modelagem do comportamento das pessoas. A *expertise* forma uma dupla aliança: por um lado, com as ambições dos políticos, administradores, educadores e outros, buscando alcançar seus objetivos da forma mais eficaz possível e por outro, com aqueles que sentem a necessidade de uma orientação especializada para conduzir seus negócios, sua casa e sua vida (MILLER; ROSE, 2008; ROSE, 1997).

Foi com o surgimento do Estado de Bem Estar Social que vimos aumentar a importância da *expertise*. Com ele, a autoridade da *expertise* adquiriu uma vocação terapêutica. Segundo Miller e Rose (2008), a autoridade terapêutica surgiu pela remodelagem de três dimensões da existência: problematização, diagnóstico e intervenção. Acontecimentos e atividades, dificuldades e estresse foram constituídos como problemas a serem resolvidos. Esta problematização foi ligada a uma nova forma de diagnóstico. Problemas antigos foram reconfigurados e novos problemas foram descobertos. A vida foi tornada inteligível em termos de linguagens e julgamentos dos *experts*. As atividades de problematizar e diagnosticar foram ligadas a um projeto de intervenção, especialmente sobre a área humana (de relação consigo e com os demais) (MILLER; ROSE, 2008).

Mas de que forma os *experts* convenceram o público de que seu saber era importante e útil? As pessoas podem ser reguladas ao mergulhá-las numa teia de códigos e padrões, com sanções por transgressão ou recompensas por obediência; pode-se cativá-las, seduzi-las com charme e poder; prendê-las pela força carismática do *expert*; pode-se convertê-las, transformá-las em sua personalidade, seu modo de entender o mundo, de modo que venham a

compreender sua conduta de modo fundamentalmente diferente. A técnica de ‘fazer com que as pessoas alterem a percepção que tem sobre si próprias e seu universo’ é o modo preferido de atuação do *experts*. A instrução transforma as tecnologias intelectuais com as quais os indivíduos se avaliam, racionalizam e falam de seu mundo, transformando-as ao nível de sua subjetividade. Produzem-se novas formas de estar no mundo, de experienciar a vida, transformando as técnicas éticas com as quais os indivíduos se relacionam consigo mesmos (MILLER; ROSE, 2008). Esses mecanismos não visam tornar os indivíduos seres dóceis e passivos mas abrir todo um campo novo da existência, dotando-os de novas competências, atitudes e qualidades. Esses atributos ainda podem ser ensinados a outrem, como “um tipo de ‘efeito multiplicador’, a geração de um ‘a mais’ de idéias e técnicas, injetadas ainda que empiricamente” (MILLER; ROSE, 2008, p.148)<sup>98</sup>.

Para Miller e Rose (2008), houve uma mudança das formas de autoridade, iniciada a partir da Segunda Guerra Mundial, provocada pela proliferação de *experts* da conduta e pelas conseqüentes demandas aos *experts* por modos de decidir e agir que fossem baseados em um saber sobre os governados. Como esclarecem os autores, isso se acentuou nas sociedades liberais avançadas por sua necessidade de implantar normas de auto-promoção nos indivíduos e de buscar *experts* para conselhos e decisões em áreas cada vez menores da vida. Nesse momento, a vocação terapêutica da autoridade se tornou consoante com um regime da conduta dos indivíduos livres, que buscam maximizar sua qualidade de vida num mundo de escolhas livres (MILLER; ROSE, 2008). A terapêutica não busca instituir a harmonia dos indivíduos consigo mesmos ou a felicidade interpessoal porque sabe que isso seria um projeto utópico. Seu objetivo é identificar pontos de atrito, risco e perigo nessas interações sociais, redistribuindo e localizando as experiências como normais ou patológicas e constituindo um novo modo de percepção. Assim, “o exercício do poder se torna uma atividade terapêutica” (MILLER; ROSE, 2008, p.172).

Segundo Rose (1997), não são apenas os especialistas do mundo psi que exercem essa vocação terapêutica mas assistentes sociais, consultores, contadores, pesquisadores de opinião e conselheiros de vários tipos. Suas orientações não estão apenas confinadas aos “nossos momentos de franca loucura ou desespero” (p.224)<sup>99</sup> mas, nos acompanham do nascimento à morte passando pelas “fases da vida” (adolescência, velhice, gravidez, doença). Moldam os vocabulários das outras autoridades que desejam conduzir a conduta humana como policiais,

---

<sup>98</sup> There exists a kind of “multiplier effect”, the generation of a surplus through each empirical injection of ideas and techniques.

<sup>99</sup> Our moments of Frank madness or despair.

agentes carcerários, juízes, gerentes, etc. Dentro deste conjunto de agentes, um destaque especial é dado aos profissionais psi. Segundo Rose, nossa linguagem interior foi moldada em termos psi. Mesmo quando conversamos com amigos, assistimos novela ou lemos livros de auto-ajuda empregamos termos e análises que são provenientes do jargão psicológico. Termos como repressão, negação, narcisismo, etc. Foram incorporados à linguagem leiga, uma linguagem que fala da existência de uma interioridade. O discurso psi passou constituir a forma como pensamos em nós mesmos como nos percebemos.

Precisamos abandonar a crença de que somos ‘por natureza’, criaturas inteiras, discretas, auto-idênticas, habitadas e animadas por um mundo interior cujas leis e processos a psicologia começou a nos revelar. Ao contrário, somos selves ‘agenciados’ nos quais todos os efeitos ‘privados’ de interioridade psi são constituídos por nossa ligação com linguagens, práticas, técnicas e artefatos ‘públicos’ (ROSE, 1997, p.226<sup>100</sup>)

O nascimento e a história das descrições psi dos indivíduos requerem um vocabulário e normas muito específicos. Trauma, privação emocional, depressão, projeção e introjeção, compõem uma família de vocábulos psi que aprendemos a usar para nos descrevermos. Qualquer que seja a origem das linguagem do *self*, elas são indispensáveis aos meios pelas quais podemos nos tornar objetos de nossa própria reflexão. Como mostra Rose (1997), o novo mundo criado ou psicologizado, permite aos homens classificar suas experiências de modo particular e comunicá-las aos outros, pressupondo um espaço psi dentro de nós, uma área interna com seus próprios processos, leis, tipos de saúde e doença, traços, entre outros. Entre a mente e a conduta existe um espaço interior que embasa, origina e dá sentido a cada ato (ROSE, 1997). O *self* humano é agenciado por palavras, técnicas e práticas. Um vocabulário para descrever estados mentais que cria certos tipos de existência; técnicas numéricas que fazem com que os indivíduos possam planejar suas vidas e serem prudentes; técnicas de inscrição que em associação com a estatística, permitem que o homem seja visto como membro de uma sociedade e moldado por ela; técnicas de memória que permitem a construção de uma narração linear sobre a vida (ROSE, 1997). No século XIX, a *expertise* psi produziu um saber sobre o indivíduo normal, e na primeira metade do século XX, um saber sobre o indivíduo social (ROSE, 1999). Atualmente, os psicólogos elaboram técnicas complexas pelas quais as práticas cotidianas podem ser organizadas de acordo com a ética da autonomia. Este saber foi disseminado por duas vias interligadas (ROSE, 1999). A primeira foi a remodelagem das práticas dos profissionais que exercem autoridade sobre outros como

---

<sup>100</sup> We need to abandon the belief that we are “by nature” whole, discrete, self-identical creatures that are inhabited and animated by an inner world which laws and processes psychology begun to reveal to us. Rather, we are selves in which all the private effects of an psy interiority are constituted by our link with public languages, practices, techniques and artifacts.

assistentes sociais, gerentes, professores e outros, de tal forma que eles exerçam seus poderes para alimentar e direcionar os desejos dos indivíduos de forma mais produtiva e apropriada. Para isso, há uma elaboração de manuais auto-instrutivos, cursos de treinamento e exercícios, numa série de novas tecnologias relacionais que parecem dar à autoridade profissional um caráter quase terapêutico. A segunda via são as psicoterapias da normalidade, que propagam meios de planejar a vida e disseminam novas formas de se compreender e agir sobre si para superar insatisfações, realizar o próprio potencial, atingir a felicidade e a autonomia. O território psicoterapêutico<sup>101</sup> é formado por todas essas práticas nas quais podemos problematizar nossa existência em termos de uma interpretação de nosso interior, agindo sobre nossos dilemas em termos psi e utilizando normas e técnicas psi. Os campos que costumavam ser governados por suas próprias normas e valores agora tomam uma forma terapêutica – a entrevista de trabalho, a consulta com o advogado, a conversa de pai para filho (ROSE, 1999). Em suma, várias dimensões da experiência foram transformadas pela mentalidade psicoterapêutica e a vida se tornou objeto de uma racionalidade clínica. O divórcio, o casamento, o nascimento dos filhos e a velhice se tornaram “fases da vida” que implicam em enfrentamento<sup>102</sup> e ajustamento, espaços internos habitados pela negação, falta de habilidades sociais, baixa auto-estima e estresse (ROSE, 1999).

No próximo capítulo, abordaremos com detalhes o papel da psicologia nas novas formas de governo, de acordo com a teoria dos estudos de governamentalidade da Escola Inglesa.

---

<sup>101</sup> Terapia entendida no sentido amplo, como uma racionalidade que transforma a experiência em pensamento, tornando-a praticável e possibilitando que se aja sobre ela (ROSE, 1999).

<sup>102</sup> No original, “coping”.

### 3 O PAPEL DA PSICOLOGIA NO GOVERNO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Desde o início do século XX, nas sociedades liberais, capitalistas e democráticas ocidentais, a direção da conduta humana se tornou uma atividade eminentemente psicológica. Experts psi, vocabulários, avaliações e técnicas psi se fizeram indispensáveis em vários ambientes, sob o comando dos psicólogos ou de outros profissionais, penetrando até mesmo na linguagem cotidiana. Junto a isso, cada vez mais os psicólogos passaram a ser procurados pelos indivíduos com a finalidade de ajudá-los a superar os problemas da condição humana, como a dor, a tragédia, o conflito, o luto e o desespero. Analisar o impacto do surgimento do “psicológico” como um fenômeno contemporâneo é de importância considerável para entendermos as formas de vida do século XXI (ROSE, 1998). O objetivo deste capítulo é apresentar a análise da relação entre a emergência da psicologia e as formas de governo contemporâneas, a partir dos estudos de Nikolas Rose. No entanto, ao analisar as relações de poder envolvidas nas práticas psi, nosso intuito não é criticar as práticas psi como malignas ou controladoras, como afirma Nikolas Rose (2003), mas apresentar a relação positiva do saber psi com as formas de governo de si exercidas nas sociedades contemporâneas.

#### 3.1 Psicologia e Governo na Ótica de Nikolas Rose

Nikolas Rose<sup>103</sup>, como mencionado anteriormente, é um dos autores do grupo inglês de estudos sobre a governamentalidade. Formado em Sociologia, ex-professor *do Goldsmith College of Sociology* em Londres, Rose trabalha atualmente *na London School of Economics (LSE)* onde desenvolve pesquisas na área da subjetividade contemporânea. Os trabalhos que usamos em nossa análise foram, em sua maioria, escritos, na década de noventa, período no qual ele se dedicou especialmente ao estudo das ciências psi, sendo alguns desses textos feitos em parceria com Peter Miller, também professor da LSE e membro da Escola inglesa de

---

<sup>103</sup> A partir de 2001, as pesquisas do autor se dedicam principalmente a outro tema: o self neuroquímico. O autor não deixa de trabalhar o self psicológico, porém, passa a dar mais atenção à revolução causada pelas descobertas das neurociências na subjetividade contemporânea. Este tema é igualmente importante para a construção do regime de pessoa atual, no entanto, não será foco deste trabalho, que aborda apenas as obras do autor até os anos 2000. Um exemplo de obra de Rose relacionada às neurociências é o livro “*The Politics of Life Itself*”, de 2003.

governamentalidade. O objetivo das pesquisas de Nikolas Rose é fazer uma genealogia da subjetivação. Como subjetivação, Rose (1998) entende “todos os processos e práticas heterogêneos pelos quais o ser humano se relaciona consigo e com os outros como sujeitos de um certo tipo” (p.25)<sup>104</sup>. Nesse sentido, fazer a genealogia da subjetivação é refletir sobre como o ser humano é pensado (ROSE, 1998). A metodologia genealógica não busca fazer uma história das idéias, mas a história “das práticas e técnicas do pensamento enquanto ele busca fazer-se técnico” (ROSE, 1998; p.23)<sup>105</sup>. Escrever a genealogia da subjetivação é buscar entender os caminhos pelos quais o *self* funciona como um ideal regulador das formas de vida contemporâneas (no consumo, no planejamento da vida, nas organizações)<sup>106</sup>. Assumindo as idéias de Foucault<sup>107</sup>, Rose busca fazer uma genealogia da relação dos seres humanos consigo mesmos e das formas técnicas que essa relação assumiu. O autor afirma, que o ser humano é uma criatura cuja ontologia é histórica, ou seja, “o ser humano não é a base eterna da história e da cultura humanas mas um artefato histórico e cultural” (ROSE, 1998, p.22)<sup>108</sup>. Isto quer dizer, em outras palavras, que o homem não possui uma essência universal, mas que a forma de relação conosco mesmos muda de acordo com o período histórico e com a cultura da sociedade que estamos avaliando. Portanto, para entender as formas de subjetivação contemporâneas, devemos relacioná-las com as práticas sociais que nos rodeiam e saber que nem sempre existiu um *self* psicológico como vemos hoje, isto não é naturalmente inerente à espécie humana, é uma construção histórica.

Rose (1998) deixa claro que deseja se diferenciar de análises clássicas da Sociologia como as propostas por Giddens (1991), Lasch (1983), Bauman (1998) e Beck (, 1992). Esses estudos sociológicos tratam o surgimento do individualismo e do *self* como consequência de uma transformação social generalizada, da tradição para a modernidade, do feudalismo para o capitalismo, da solidariedade mecânica para a orgânica, etc. Essa perspectiva é chamada de *destraditionalização*<sup>109</sup> (Rose, 1998; 1996). Rose afirma que a subjetividade tem sua própria história e que esta história é mais heterogênea, mais prática e técnica que os estudos sociológicos sobre a destraditionalização sugerem. Sem dúvida, estudos como estes são relevantes para entendermos o problema da subjetivação mas devemos insistir que tais

<sup>104</sup> All the heterogeneous processes and practices by which the human being relates with itself and with others as subjects of a certain kind.

<sup>105</sup> Of practices and techniques of thought as it renders itself technical.

<sup>106</sup> A forma de fazer essa genealogia se dá por meio da análise de uma série de problematizações pelas quais os seres humanos se ofereceram para serem pensados e das práticas que constituem a base para estas reflexões (ROSE, 1998).

<sup>107</sup> Estas idéias podem ser encontradas nos três volumes de “A História da Sexualidade”, nos quais Foucault estuda as formas éticas de relação do homem consigo mesmo.

<sup>108</sup> The human being is not the eternal basis of History and human culture but an historical and cultural artifact.

<sup>109</sup> No original, detraditionalization (operacionalização do conceito proposta por Heelas, Lasch e Morris, 1996)

mudanças não transformam o ser humano pela mudança que produzem. A mudança nas relações de subjetivação não pode ser estabelecida unicamente por derivação ou interpretação de outras formas culturais ou sociais. Aqui a história é outra. Rose busca reconstruir a história específica da subjetivação. Os dispositivos de produção de sentido (vocabulários, normas, sistemas de julgamento) “produzem experiência, não são eles mesmos produzidos pela experiência” (ROSE, 1998, p.25)<sup>110</sup>. Esses dispositivos precisaram de ser inventados, refinados e estabilizados para que se disseminassem e fossem implantados em diversos locais. A genealogia da subjetivação busca focalizar diretamente as práticas que inserem os seres humanos em regimes particulares de pessoa.

A psicologia, como tecnologia intelectual, provocou uma mudança significativa nas formas de subjetivação contemporâneas. Segundo Rose (1998), ela não pode ser vista como um campo dado previamente, separado da “Sociedade”. Não é uma ciência neutra, desinteressada e excluída do ambiente cultural no qual se insere. Além disso, o objeto de estudo da psicologia também não é preexistente, não tendo sido meramente descoberto. A psicologia constituiu seu objeto no processo mesmo de conhecê-lo. Ela não é um conjunto de significados nem um discurso, mas uma tecnologia, uma união de artes e habilidades que une pensamentos, afetos, forças e artefatos. A noção de tecnologia pode parecer estranha e mesmo paradoxal quando se trata das ciências humanas mas nossa experiência como pessoas deriva de uma série de tecnologias humanas. . Falar em tecnologias humanas não implica na existência de tecnologias “desumanas”, que esmagam e desumanizam a pessoa que somos. Ao contrário, o poder dessas tecnologias é que elas nos oferecem a promessa de nos adequarmos à nossa natureza (ROSE, 1998). A escola, a prisão e o manicômio são exemplos dessas tecnologias. O autor afirma que “tecnologizar” a conduta humana não é ruim porque essas tecnologias produzem e encaixam os seres humanos em certos tipos de ser cuja existência é capacitada e governada por sua organização num campo tecnológico. Vejamos como Rose (1998) explica sua hipótese de que a psicologia é uma tecnologia humana.

Em primeiro lugar, para Rose (1998), a linguagem psicológica constitui uma tecnologia intelectual que permite enquadrar a realidade num formato específico, ordenando, classificando e permitindo que ela se encaixe em certo tipo de reflexão. A linguagem psicológica, com suas teorias e conceitos, forma um tipo de maquinário intelectual que torna o mundo pensável em apenas algumas descrições, as descrições psicológicas que nos são dadas. É difícil analisarmos o que chamamos de personalidade em um modelo que não seja o

---

<sup>110</sup> Produce experience but are not itself produced by it.

psicológico. É difícil cogitarmos dar outra interpretação a esse fenômeno. Além desse arsenal lingüístico, a psicologia, como outras disciplinas, também engloba uma série de mecanismos de inscrição, e de procedimentos que colocam o mundo em forma de observações, gráficos, tabelas, figuras, etc., criando os objetos do discurso psicológico e tornando-os perceptíveis, notáveis e inteligíveis. A psicologia, em associação com outras tecnologias humanas, forma uma parte das racionalidades práticas de tudo aquilo que visa agir sobre os homens para moldar sua conduta como o aparato legal, a escola, a direção espiritual, entre outros.

O papel da psicologia pode ser evidenciado quando a abordamos não como uma mera aplicação da ciência mas em termos de *expertise*. O *expert* é “um tipo de autoridade social, empregado em torno de problemas, exercendo um diagnóstico, baseado numa alegação de verdade e de eficácia técnica” (Rose, 1998; p.86)<sup>111</sup>. Ao usar a noção de *expertise* mais do que grupo profissional ou setor ocupacional, Rose (1998) busca chamar a atenção para três características. A primeira é que a *expertise* é heterogênea, e seu estilo característico de atividade é a bricolagem: um amálgama de saberes e técnicas diferentes que formam um complexo *know-how*. Não há um corpo único de teoria. As técnicas são unificadas numa prática pedagógica: cursos, credenciais, livros, etc. Em segundo lugar, essa noção nos permite distinguir uma série de processos diferentes: o avanço ocupacional dos psicólogos, a capacidade da psicologia tornar a realidade inteligível de certas formas e a invenção de técnicas psicológicas específicas. Queremos dizer que as conseqüências sociais da psicologia não são as mesmas conseqüências sociais dos psicólogos. A psicologia empresta seus conceitos livremente a outros *experts* que guiam sua prática por uma ética psi, o que permite também a aplicação de suas práticas. Em terceiro lugar, a noção de *expertise* ajuda a esclarecer como ocorrem as afiliações entre distintas autoridades (psi e não psi). A psicologia promete uma simplificação das tarefas das autoridades que lidam com o comportamento humano. Essas autoridades podem visualizar, avaliar e diagnosticar seus sujeitos, tendo com isso, autoridade social pois a base teórica psicológica não é meramente técnica e científica, mas ética (ROSE, 1998).

A *expertise* psicológica não apenas simplifica o comportamento dos seres humanos ao oferecer critérios que o encaixam em certas categorias, facilitando sua inteligibilidade e condução, mas exerce domínio sobre os indivíduos à luz de um saber sobre sua natureza interior “tornando a autoridade uma atividade quase terapêutica” (ROSE, 1998; p.92) pois:

---

<sup>111</sup> A kind of social authority, employed around problems, building a diagnosis, underpinned by a claim of truth and technical efficacy.

(...) um novo tipo de relacionamento é estabelecido entre os *experts* psi e aqueles que os consultam. Sejam eles gerentes, pais ou pacientes, sua relação com a autoridade não é nem de subordinação da vontade e nem de persuasão racional. Em vez disso, tem a ver com um tipo de discipulado. A relação entre *expert* e cliente é estruturada por uma hierarquia de saber, é mantida por um desejo de verdade e certeza e oferece ao discípulo, a promessa de auto-entendimento e auto-aprimoramento (ROSE, 1998, p.93<sup>112113</sup>)

Com a inclusão da psicologia no treinamento e credenciamento dos profissionais da conduta, torna-se possível que as decisões tomadas por essas autoridades sejam conduzidas de forma a estarem de acordo com os interesses daqueles que são governados. Essa transformação ético-terapêutica<sup>114</sup> é um aspecto da força que une diversas autoridades à *expertise* psi e que a tornam tão poderosa. A psicologia fornece as autoridades um valor humano e moral e legitimidade às suas decisões cotidianas. O caminho ético para a autoridade é o *self*, pois é ele o elemento que permite à psicologia governar os indivíduos.

### 3.2 Todos Nós Temos Um *Self*

Segundo Rose (1989), a idéia que somos um *self* parece uma realidade inquestionável em nossa sociedade, assim como os valores associados ao *self*, como autonomia, identidade, individualidade, liberdade, escolha e realização. É a partir da constituição do *self* que compreendemos nossas paixões e desejos e moldamos nosso estilo de vida em diversas áreas. A ética do *self* livre e autônomo permite traçar algo fundamental nos modos pelos quais os indivíduos modernos vieram a entender, experienciar e avaliar a si mesmos (ROSE, 1998). Mas, o *self* autônomo não é um aspecto natural do ser humano. Como mostra Rose:

O *self* autônomo é um “plano de projeção histórico, de projetos e programas específicos que buscam governar os seres humanos incitando-os a refletir e agir sobre sua conduta de uma certa maneira e através de certas técnicas (ROSE, 1996b, p.300<sup>115</sup>)

<sup>112</sup> (...) a new kind of relationship is established between the psychological experts and those who consult them. Whether they be managers, parents or patients, their relation to authority is a matter neither of subordination of will nor of rational persuasion. Rather, it has to do with a kind of discipleship. The relation between expert and client is structured by a hierarchy of wisdom, it is held in place by the wish for truth and certainty, and it offers the disciple, the promise of self-understanding and self-improvement.

<sup>114</sup> Ética no sentido de que oferece “conselhos” sobre como conduzir a própria vida sem ser autoritária, apresentando uma arte de viver compatível com a sociedade em que vivemos e terapêutica no sentido de que visa “corrigir” ou “melhorar” a vida dos indivíduos que a ela se submetem.

<sup>115</sup> “The self” is not that which is shaped by history, it is a particular historical plane of projection of specific projects and programmes that seek to govern humans through inciting them to reflect upon their conduct in a certain manner and act upon themselves through certain techniques”

O ser humano, nessa perspectiva, é uma multiplicidade de práticas, sua interioridade é menos um sistema psicológico que uma superfície descontínua com uma série de divisões estabelecidas pelo dobramento da exterioridade (a infusão das inúmeras autoridades às quais somos submetidos, com suas formas de compreensão de si). O que é dobrado (começando a fazer parte do indivíduo) é composto por qualquer coisa que possa adquirir o status de autoridade: afirmações, conselhos, significados, técnicas que não formam um campo interior mas uma série de rotinas de “ser” humano<sup>116</sup> (ROSE, 1996b).

Porém, falar da invenção do *self* não é sugerir que somos vítimas de um delírio coletivo ou ilusão. Sugerir que nossa relação conosco é histórica e não ontológica, não é sugerir que uma subjetividade essencial está escondida sob a superfície da experiência, aguardando como um potencial a ser liberado. Ao tornar visível a contingência histórica das nossas relações conosco mesmos, Rose visa argumentar contra a idéia de que seríamos constituídos por um *self* coerente, único, individual, intencional, lócus do pensamento e ação, detentor de uma biografia única (ROSE, 1998). Para Rose (1996), não devemos dar ao *self*<sup>117</sup> um papel central nas investigações da genealogia da subjetivação pois ele não é o substrato geral ou objeto das práticas de “ser” humano<sup>118</sup>, é apenas um estilo particular de relação que o ser humano é incitado a adotar para si. Não habitamos um campo homogêneo de regimes de pessoa que engloba todas as práticas e técnicas, nem internalizamos meramente uma visão de nós mesmos através da imersão num sistema de significados. Esse ideal auto-regulador do *self* nem sempre funcionou de uma maneira tão auto-evidente. Diferentes imagens do *self* foram disseminadas através de diversas práticas. Diversas concepções de pessoas foram empregadas nas práticas espirituais cristãs, no consultório médico, no hospital, nas relações eróticas, na escola, na vida doméstica e na área militar. A adoção de um regime de *self* sistemático é um fenômeno recente, resultante da união de diversos projetos que buscaram conhecer e governar os seres humanos como se fossem selves de um certo tipo<sup>119</sup> (ROSE, 1998).

Mas, uma série de práticas apoiadas nas dificuldades cotidianas da vida, vêm permitindo colocar em questão a noção de unidade, naturalidade e coerência do *self*. Os exemplos que o autor dá são os transplantes, a diálise e os marcapassos. Essas práticas produzem um deslocamento das fronteiras entre o que consideramos como parte natural do

<sup>116</sup> No original: being human.

<sup>117</sup> Essa cautela em relação ao *self* não é apenas uma questão de palavras. Falar do processo de subjetivação como sendo a constituição de um *self* é supor que de algum modo, essas relações se resumem num *self*. (ROSE, 1996).

<sup>118</sup> No original “being human”, tradução mais aproximada de “ways of being human”, “formas de ser pessoa”. Ilustra que existem vários regimes de pessoa/pessoalidade (personhood).

<sup>119</sup> Exemplo: união de projetos liberais e democráticos.

corpo individuo e aquilo que é artificial. As novas biotecnologias permitem que os seres humanos sejam fabricados tecnologicamente. Por exemplo, se antes o *self* era a união do corpo biológico com aquilo que chamamos de interioridade psi, essas novas tecnologias colocam em questão o que faz e o que não faz parte do nosso *self*. Uma prótese faz parte do *self*? Como fica o *self* de uma pessoa com a retirada de um órgão? Estes questionamentos ilustram que a unidade do *self* não pode ser mantida a qualquer custo, implicando em reflexões sobre essas práticas atuais. Como afirma Rose, “os seres humanos são híbridos formados por partes do corpo, artefatos mecânicos, sonhos, mitos e fragmentos de tecnologia” (ROSE, 1998, p.5)<sup>120</sup>.

Segundo Rose (1998), as críticas à noção do *self* unificado como intrínseco e natural ao ser humano (porque somos humanos temos necessariamente um *self*) não são novas. Diversos críticos, da Teoria Social, seguida pela Antropologia (Clifford Geertz, Marcell Mauss), pela História (Charles Taylor), pelo Feminismo (Donna Haraway; Judith Butler) e pela Psicanálise (Jacques Lacan) argumentam contra a idéia da existência de um *self* naturalizado. Desde este século, tornou-se uma tarefa difícil querer re-naturalizar o *self*, ou seja, construir o *self* como algo estável, consciente e centro da agência. Se os argumentos utilizados colocaram o *self* em questão, eles se relacionaram a argumentos desenvolvidos na própria psicologia. Para Rose

mais uma vez o *self* é desafiado e fragmentado: a heterogeneidade não é uma condição temporária mas o resultado inescapável dos processos discursivos pelos quais o *self* é “socialmente construído”. E, da perspectiva de muitas das investigações psicológicas críticas, a própria psicologia se torna não apenas a maior contribuinte para a compreensão contemporânea da pessoa, através dos vocabulários e narrativas que fornece, como uma disciplina cuja própria existência deve ser vista com suspeita. (...) A que interesses serve esse projeto intelectual? (ROSE, 1998, p;9<sup>121</sup>)

Para os críticos da noção de *self* naturalizado, o *self* não preexiste às suas formas de reconhecimento social, é heterogêneo e mutante, resultante de expectativas sociais que o julgam e o normatizam. Assim, os sistemas de crença que dizem respeito ao *self* não devem ser entendidos como residindo no campo difuso da cultura mas incorporando práticas institucionais e técnicas pelos quais as formas de individualização são especificadas e

<sup>120</sup> Human beings are hybrids made by pieces of flesh, mechanical artifacts, dreams, myths and fragments of technology.

<sup>121</sup> Once again the self is challenged and fragmented: heterogeneity is not a temporary condition but the inescapable outcome of the discursive processes through which the self is ‘socially constructed’. And, from the perspective of so many of these critical psychological investigations, psychology itself becomes not only a major contributor to contemporary understandings of the person, through the vocabularies and narratives it supplies, but also a discipline whose very existence is to be regarded with suspicion. (...) Whose interests did such an intellectual project serve?”

governadas. Na perspectiva de Rose, a história do *self* deve ser escrita a partir do nível tecnológico, em termos das técnicas e avaliações que o avaliam e gerenciam, colocando-o em palavras e tornando-o visível (ROSE, 1989). Se a psicologia é fundamental para denunciar o surgimento de um novo tipo de *self* na contemporaneidade, é porque desempenha um papel não menos fundamental em “criar” regimes de pessoa. Enquanto tecnologia intelectual, a psicologia torna visíveis certas características das pessoas, ressaltando-as com sua linguagem. Além disso, não podemos esquecer que a psicologia é uma atividade não puramente acadêmica, sempre tendo uma conotação de *expertise*, como explicitado anteriormente. A história das disciplinas psi, neste contexto, é muito mais que a história de um grupo suspeito de ciências. Esta história é intrinsecamente ligada às formas de governo da subjetividade humana ao longo da história, relacionando-se com a organização e reorganização do poder político. A história da psicologia é intrinsecamente ligada à história do governo (ROSE, 1998).

Incorporar, coordenar, canalizar e aprimorar a subjetividade são ações consideradas intrínsecas às operações de governo. Mas, quando o governo da sociedade passou a exigir o governo da subjetividade, isso não foi alcançado pelo crescimento de um Estado centralizado, onipotente e onisciente, cujos agentes instituem vigilância e controle perpétuos sobre todos. Ao contrário, o governo da subjetividade se formou através da proliferação de um conjunto complexo e heterogêneo de tecnologias. Essas tecnologias trazem as ambições das autoridades de vários níveis para alinharem-se com as aspirações dos indivíduos, os selves que cada um de nós deseja ser (ROSE, 1998). O *self* que a psicologia defende é o *self* autônomo, que busca a realização na vida terrena, interpreta seu destino em termos de sua própria responsabilidade e molda sua existência através de atos de escolha. Estas mesmas características são fundamentais para o desenvolvimento do regime neoliberal como forma de governo, assim como sua mentalidade empreendedora. Ao mesmo tempo, os indivíduos desejam seguir este ideal pois crêem que assim serão mais felizes e bem sucedidos (ROSE, 1998).

Dentre as técnicas de governo, a principal responsável por nosso “esvaziamento” interior é a linguagem psicológica<sup>122</sup>. A linguagem psicológica é um dos componentes chave da alma moderna. A linguagem psi torna descritíveis apenas algumas formas de ser humano. ‘Ser’ humano é agir e agir é se comportar sob uma certa descrição, e é a linguagem psi que torna possível essa descrição. As palavras que descrevem nossas almas, incitadas em nós pela

---

<sup>122</sup> A criação de um espaço interior povoado pelo mundo psicológico do sujeito.

psicologia, transformam o que somos e o que podemos nos tornar. Essas novas palavras, criadas ou psicologizadas, permitem aos seres humanos, classificar sua experiência e comunicá-la a outros, mas possuem ainda uma importância mais fundamental. Elas pressupõem e abrem um espaço interior dentro de nós com seus próprios processos e leis: o *self* (ROSE, 1997). Para Rose (1998) o *self* é isto: “um espaço delimitado pelo corpo biológico definido pela vida interior da psique nas quais se inscrevem as experiências de uma biografia individual” (ROSE, 1998, p.22)<sup>123</sup>.

Mas o *self* não é só uma questão de linguagem, ele é conectado a uma série de técnicas e práticas. A linguagem psi inscreve o conceito de *self* na ciência, tornando-o inteligível e identificando seus problemas para que seja alvo de práticas corretivas. As tecnologias psicológicas tornam possíveis certos efeitos. Um exemplo disso são as técnicas de impressão que junto com a instrução para ler e escrever nos transformaram em seres “letrados”. Outro exemplo dado por Rose é a memória, que também é formada por técnicas como porta-retratos, anotações, diários, etc. Esses ganhos técnicos fabricam o *self*. No entanto, o *self* não habita um mundo de significados homogêneos e, sim, um mundo de conflitos e batalhas pela verdade. Só há verdade onde há autoridade e só se pode saber a verdade através de um mediador: o *expert*, cujos pronunciamentos carregam um efeito de verdade por serem ditos de um certo lugar. Nem todos os discursos podem ser tidos como verdadeiros, apenas algumas pessoas possuem esta autoridade<sup>124</sup>. A linguagem demarca locais de poder e estabelece a posição de cada um no regime contemporâneo do *self*: o de paciente ou terapeuta, de juiz ou de julgado, o de quem fala ou de quem se submete (ROSE, 1997).

Além disso, a disseminação de técnicas psicológicas diferentes teve um efeito importante na influência que a psicologia teve no regime de pessoa atual. Aparentemente, as escolas rivais de psicologia dispersaram a disciplina e causaram a diluição do poder disciplinar. No entanto, como mostra Rose (1997), é nesse aspecto multi-teórico da psicologia que se constitui sua força. A psicologia oferece diversos modelos de pessoa, cada um inerente a uma escola diferente, permitindo sua atuação em múltiplos locais e atendendo a lógicas diferentes. Um local onde a psicanálise não é bem aceita, por exemplo, pode ter uma boa recepção das terapias cognitivo-comportamentais, ampliando o campo de ação da psicologia e

---

<sup>123</sup> “ (...) the boundaries of the body enclosing, as if by definition, na inner life of the psyche, in which are inscribed the experiences of an individual biography”

<sup>124</sup> Em nossa sociedade, os discursos tidos como verdadeiros são aqueles ditos de um ponto de vista legitimado pela maioria das pessoas, neste caso, o discurso científico proferido pelo expert, que se baseia em fatos e dados retirados de suas análises “neutras” e que representam uma verdade valorizada pelos leigos. O leigo aceita a orientação do psicólogo pois crê que esse tem conhecimento científico sobre a natureza “psicológica” do ser humano e pode indicar um caminho para o sucesso e o bem estar.

oferecendo opções para quem a procura, seja um cliente de psicoterapia ou uma instituição que busca uma consultoria.

Segundo Rose (1997b), as problematizações internas do campo psi se tornaram elementos chave na compreensão do estilo de vida contemporâneo, dominado pelo *ethos* ‘terapêutico’. Em relação à problematização do *self*, Rose lista os seguintes efeitos das múltiplas escolas de psicologia (ROSE, 1997). Em primeiro lugar, estão disponíveis diferentes **técnicas para que cuidemos de nós mesmos**: medidas de auto-inspeção, vocabulários de descrição e métodos de auto-exame. Apesar do aspecto “confessional” de muitas das práticas psicológicas ser a primeira coisa que chama a atenção, não devemos subestimar o papel da problematização pessoal e do auto-gerenciamento incitado por inúmeras técnicas psi de avaliação, classificação e calibragem dos seres humanos, obtidos pela aplicação de testes, utilização de escalas e tipologias, a exemplo de técnicas da psicologia cognitivo-comportamental e dos instrumentos de psicodiagnóstico como as escalas de estresse e os testes de personalidade. Em segundo lugar, as escolas psi envolvem diferentes **formas de se comprometer** com o *self*, sendo de um modo *epistemológico* (busca no passado determinantes de um estado presente); de um modo *interpretativo* (a palavra ou ato são entendidos de acordo com sua importância em relação ao contexto) ou de um modo *descritivo* (que busca prestar atenção na conduta, dissecando-a em micro-competências, por exemplo: psicologia das habilidades sociais). Em terceiro lugar, há inúmeros **aspectos do self** que ganham relevância: o desejo, as habilidades sociais, o enfrentamento, etc. Termos que ganharam importância fora da psicologia. Em quarto lugar, também há modos diferentes de **avaliar o self**, diagnosticar seus males, calibrar seus fracassos e avanços de acordo com normas de intelecto ou personalidade, repertórios de sentimentos e emoções, formas de normalidade certificadas pelos proponentes das terapias. Em quinto lugar, há modos de **expor o self**, falar dele, não apenas nos consultórios, mas para todos, proliferando-se os locais onde devemos refletir sobre nós mesmos em termos psicológicos e colocá-los no discurso, desde a sala de cirurgia até os programas de aconselhamento pelo rádio. Por fim, há técnicas diferentes para **curar o self**, técnicas psicológicas que permeiam nosso modo de ser a nível molecular, estruturando nossos modos de agir e configurando uma espécie de efeito psi. Técnicas como a catarse, a empatia, a interpretação, a reestruturação cognitiva, técnicas corporais, hipnose, entre outras. Esta variedade de formas de se relacionar com o *self* não é vista por Rose como um aspecto negativo, fragmentador da psicologia mas como uma riqueza de técnicas de formas de abordar o *self* que permitem que o campo de atuação da psicologia seja tão maior quanto o número de abordagens diferentes.

### 3.3 A Psicologia e a Dimensão Ética da Existência

Após expormos a forma pela qual a psicologia trabalha e quais os recursos que ela utiliza (sua linguagem e suas técnicas), abordaremos uma das dimensões sobre a qual a psicologia exerce suas funções: a dimensão ética.

As técnicas em psicologia promoveram uma transformação nas formas éticas pelas quais os indivíduos se relacionam consigo mesmos. Nos últimos sessenta anos, as linguagens psicológicas contribuíram para os seres humanos se transformarem em seres psicológicos, que se definem e se relacionam consigo por meio de um código moral, estabelecendo preceitos para conduzir e julgar suas vidas e rejeitar ou aceitar certos alvos morais para si. A constituição do indivíduo psicológico possibilitou, como esclarece Rose (1998), que o ser humano se tornasse um objeto disponível para intervenções psicológicas.

Segundo Rose (1998), a psicologia se constituiu a partir de uma relação ética do indivíduo com este campo de saber. A psicologia oferece um modo ético de exercer o poder porque se baseia não numa verdade externa – direito divino ou bem coletivo – mas numa verdade interior, essencial para cada pessoa. Enquanto instrui, gerencia, cura, pune, educa ou reforma, as práticas psicológicas possibilitam que a pessoa possa “compreender” a si mesma, diagnosticar-se de acordo com um sistema classificatório justificável e prescrever uma resposta através de um saber científico da subjetividade (ROSE, 1998).

É importante esclarecer como Rose define o campo da ética. Para ele, a ética se define como:

Os modos pelos quais os seres humanos vivem suas vidas, os modos pelos quais tomam decisões sobre como viver, o que evitar, o que desejar, o peso dado a diferentes valores, os critérios de julgamento do que é bom, mal, sábio ou fútil, vicioso ou virtuoso. A ética é um poder de ação sobre ações, a modelagem e a realização da liberdade individual (ROSE, 2003, p. 31)

Nesse sentido, o campo da ética se relaciona com práticas específicas do *self*, que são práticas pelas quais os indivíduos buscam se aprimorar. As práticas de interpretação e melhoria do *self* adquiriram, em nossas sociedades, uma coloração psicológica. Essas técnicas éticas são cada vez mais heterogêneas. Dentre elas, destaca-se, por exemplo, a prática da

confissão, que chama atenção por ser comum na maioria das técnicas psicológicas. A confissão afilia o sujeito que fala a um projeto de identidade, e o associa a linguagens e normas da *expertise* psi, podemos citar como exemplo clássico a psicanálise e as terapias dela derivadas (ROSE, 1998).

Para a psicologia, não se deve diagnosticar o que as pessoas são mas o que elas procuram ser, os critérios e padrões pelos quais julgam suas ações, como interpretam seus problemas, que autoridades as conduzem. Se somos sujeitos psicológicos não é tanto por sermos equipados com um aparelho psíquico e sim por utilizarmos sistemas de pensamento, julgamento e reforma que possuem tons psicológicos. A ética psicológica promete um sistema de valores livre do julgamento moral das autoridades sociais. Suas normas não respondem a uma moral arbitrária ou código político mas às demandas da nossa natureza e da nossa verdade como seres humanos. A ética psicológica não busca impor um novo *self* moral sobre nós mas liberar o *self* que somos, tornando possível fazermos um projeto de vida, nos realizarmos por nossas escolhas e moldar nossa existência através de uma ética da autonomia (ROSE, 1998).

A ética da autonomia é compromissada com as formas de governo liberais adotadas pela maioria dos países ocidentais. Segundo Rose (1998), a psicologização das tecnologias do *self* nessas sociedades deve ser entendida em termos das conexões entre ética e política. As três principais formas de conexão entre a *expertise* psicológica e as formas democráticas liberais de governo são: **racionalidade**, **privacidade** e **autonomia** (ROSE, 1998). Em primeiro lugar, nas sociedades liberais democráticas, o exercício do poder sobre os cidadãos se torna legítimo na medida em que reivindica uma base racional. O poder deve se tornar meticuloso, calculador e justificável. A dependência do poder dessa base racional abre um território vasto e favorável que a *expertise* pode colonizar. Em segundo lugar, as problemáticas liberais de governo dependem da criação de espaços privados, fora do escopo formal de autoridade dos poderes públicos. A outra face da *expertise* permite que ela opere num revezamento entre governo e privacidade. Em terceiro lugar, essas problemáticas são autonomizantes, ou seja, elas buscam governar construindo um tipo de autonomia regulada dos atores sociais. O *self* moderno liberal é obrigado a ser livre. As tecnologias psi ganham poder social nas democracias liberais porque compartilham da ética do *self* competente e autônomo e porque prometem sustentar, respeitar e restaurar o *self* aos cidadãos de tais políticas. E a psicologia constitui as tecnologias da individualidade para produzir e regular o indivíduo que é livre para escolher. Quando o liberalismo é implementado, surgem outras formas de autoridade, em conjunto com novos meios de moldar e guiar as aspirações dos

indivíduos recentemente libertados. Como mostra Rose (1998), podemos encontrar na transição das economias de mercado e do pluralismo político, o corolário necessário à importação das tecnologias humanas – os engenheiros da alma humana, que são o outro lado do que chamamos liberdade.

Mais do que a simples imposição de um código moral pela ameaça de punição ou a obediência cega a um conjunto arbitrário de doutrinas, o que estes *experts* buscam criar é um espaço regulado de liberdade que depende da generalização de um conjunto de técnicas éticas de auto-inspeção e auto-avaliação em relação a um código. Os cidadãos devem problematizar e governar suas vidas e conduta, encontrar um modo de viver uma vida boa como cidadãos livres. Cada aspecto da vida é imbuído de um significado auto-referencial, cada escolha que fazemos é um emblema da nossa identidade, uma marca de nossa pessoa, cada uma explicita um aspecto do nosso *self*. O *self* não é meramente induzido a escolher mas obrigado a construir uma vida em termos de escolhas, poderes e valores. Espera-se que os indivíduos construam suas vidas como resultados de suas escolhas (ROSE, 1989).

É nesse sentido que Rose (1989) afirma que as técnicas psicológicas estão de acordo com as novas racionalidades políticas de governo da conduta. As técnicas psicológicas são distribuídas aos indivíduos num mercado de *expertise*, mais do que impostas por obrigação legal ou religiosa. São buscadas por indivíduos que se sentem incapazes de tolerar as obrigações de nosso regime de pessoa ou quando se angustiam por ele. A racionalidade das técnicas psicológicas é restaurar aos indivíduos a capacidade de funcionar como seres autônomos na sociedade contratual. O *self* que se mostrar incapaz de operar no imperativo de escolha deve ser restituído pela psicologia ao status de indivíduo que escolhe (ROSE, 1989).

Não é novidade tornar a conduta humana sujeita à remodelagem. Encontramos isso em outras práticas, como religiões, códigos de boas maneiras, instruções para tarefas domésticas, técnicas pedagógicas e disciplinares, que buscaram moldar e dirigir a conduta humana. Contudo, o que levou à psicologia a ocupar um lugar hegemônico como tecnologia de formar os indivíduos foi o seu estatuto de ciência e, ao mesmo tempo, porque a *expertise* psi tornou possível uma tecnologia do *self* capaz de ser empregada em qualquer lugar que a conduta humana precisasse ser canalizada para certos padrões (ROSE, 1989).

Os saberes psi têm abordado questões tradicionais da Filosofia: como devemos viver, como conduzir nossa existência. Mesmo esse tipo de questão não podendo ser resolvido pela ciência, ele é abordado e entendido na dimensão de um saber positivo, verídico. Os psicólogos afirmam que é possível haver *experts* que abordem a questão ética fundamental de quem somos e que possam promover espaços e ferramentas pelos quais essa questão possa ser

abordada. Com o surgimento desses saberes terapêuticos, a linha entre ciência e ética ficou borrada:

Quero sugerir que, com a emergência desses saberes terapêuticos e técnicas ao longo do século XX, a questão de como conduzir a vida entrou no campo do saber positivo e no campo da *expertise*. Novas formas de autoridade terapêutica, emergiram em torno da questão de como conduzir a vida. E existiu um tipo de transformação terapêutica em uma série de outros tipos de autoridade. Toda uma série de governantes da conduta em nossa cultura – assistentes sociais, enfermeiros, e mesmo agentes carcerários- tiveram sua autoridade legitimada porque ela sofreu uma mutação terapêutica. Eles exercem uma autoridade terapêutica e isso, fornece uma nova base ética, uma forma de legitimar-se num tempo e num clima no qual toda autoridade tem que justificar a autoridade que proclama (ROSE, 2003, p. 32<sup>125</sup>)

O surgimento de linguagens psicológicas que descrevem as pessoas e suas condutas esvaziou em nós um espaço interior e permitiu que falássemos sobre nós mesmos neste tipo de linguagens, avaliando-nos de acordo com outras normas. Quaisquer que sejam as origens destas linguagens do *self* (nas diferentes escolas), elas são indispensáveis aos modos pelos quais fazemos de nós mesmos objetos de reflexão nos dias de hoje. A aplicação de novas linguagens a nós mesmos permitiu com que pudéssemos experienciar a vida de outro modo e produzir novos tipos de pessoa que podemos nos tornar. O autor cita o exemplo das pessoas que abusam de crianças. Se no passado dizíamos que estas pessoas eram cruéis, hoje em dia dizemos que possuem uma personalidade patológica (ROSE, 2003).

Mas, além das linguagens, as técnicas psicológicas também exercem influência sobre o tipo de relação do *self* consigo mesmo e nos fornecem instrumentos para diagnosticarmos a nós mesmos através do exame e do julgamento psicológico, fazendo com que possamos nos retificar de acordo com nossas metas. Segundo o autor:

(As técnicas psi e as terapias) disseminaram toda uma série de procedimentos pelos quais os indivíduos, sozinhos ou em seus grupos, podem usar as técnicas, elaboradas pelos *experts* psi para agir em seus corpos, emoções, crenças e formas de se comportar, afim de transformar a si mesmos. Tais tecnologias criam um certo tipo de relação do *self* consigo mesmo e nos fornecem certos procedimentos que nos permitem decifrar, examinar, julgar e retificar a nós mesmos (ROSE, 2003, p.37<sup>126</sup>)

---

<sup>125</sup> I want to suggest that with the emergence of these therapeutic knowledge and techniques over the course of the twentieth century, this question of how to lead a life has entered the domain of positive knowledge and it has entered the domain of expertise. New forms of authority, therapeutic authority, have emerged over how to lead a life. And there has been a kind of therapeutic transformation of a whole range of other types of authority. A whole range of governors of conduct in our own culture – social workers, nurses, even prison officers- give their authority legitimacy because it has undergone a kind of therapeutic mutation. They exercise a therapeutic authority, and it gives a new ethical basis, a way of legitimating itself at a time and in a climate, in which all authority has to justify the authority which it wields.

<sup>126</sup> (The techniques of psy and the therapies) have disseminated a whole variety of procedures by means of which individuals, on their own or in groups, can use techniques, elaborated by psychological experts to act on their bodies, their emotions, their beliefs and their forms of conduct, in order to transform themselves. Such technologies set up a certain kind of relationship that the self has with itself, and give us certain procedures for deciphering ourselves, for examining ourselves, for judging ourselves and for rectifying ourselves.

Concluindo este raciocínio, o autor apresenta três áreas da ética nas quais a psicologia provocou transformações. Em primeiro lugar, Rose (2003) apresenta os **cenários éticos**. Estes são uma série de espaços de problemas que foram transformados pela aplicação de saberes terapêuticos. O autor apresenta três exemplos: a subjetivação do ambiente de trabalho, no qual agora circulam conceitos como motivação, liderança e grupos de trabalho; a psicologização do cotidiano, na qual questões banais da vida se tornaram problemas psicológicos ou “fases” a serem acompanhadas de perto como problemas sexuais e conjugais; a terapêutica da finitude, que está associada a um compromisso com os limites da existência humana – dor, morte, luto, sofrimento. O autor afirma ter ocorrido uma proliferação de cenários éticos, cada vez mais enquadrados de forma terapêutica pela psicologia, utilizando um vocabulário próprio e sendo problematizados não só pela psicologia mas por outros *experts* e também pelos leigos. Em segundo lugar, existe o que o Rose denomina de **material ético**, que diz respeito aos aspectos do *self* que ganham importância ética, ganham valor ao serem problematizados e trabalhados. O material ético é aquilo que cada tipo de psicologia destaca no *self* como alvo de sua ação terapêutica. Para a psicanálise, por exemplo, o desejo constitui o material ético. Os valores sociais maiores como autonomia também compõem o arcabouço teórico da maioria das psicologias. Descobrir nossa identidade autêntica e libertá-la é a verdade que devemos proclamar e que deve ser reconhecida pelos outros, só assim, nos tornaremos o que realmente somos. Para as Terapias Comportamentais, as habilidades sociais ganham grande relevância. O material ético aqui é o próprio comportamento e a terapia é uma questão do cultivo de competências. Em terceiro lugar encontramos as **técnicas éticas**. As terapias equipam as pessoas com técnicas para agir sobre si mesmas e se reformar. Algumas terapias, como a psicanálise, negam o uso desse tipo de técnicas mas, segundo Rose (2003), apesar dos psicanalistas não quererem ser “técnicos da alma”, ao interpretar e fazer as pessoas refletirem sobre si mesmas, a psicanálise também fornece uma tecnologia mental para agirem sobre si.

O autor desmembra as técnicas éticas em quatro tipos principais. Existem as **técnicas de compromisso com o self**, que compõem um conjunto de diferentes técnicas pelas quais cuidamos de nós mesmos, que são os modos de auto-inspeção, vocabulários de auto-descrição e métodos de auto-exame. Essas técnicas podem possuir um caráter epistemológico, interpretativo ou descritivo, como já explicitados anteriormente. Há também as **técnicas de exposição do self**. Existem inúmeros aspectos do *self* que ganham importância dependendo da área da psicologia: pode ser dado destaque ao desejo, às habilidades sociais ou ao enfrentamento, por exemplo. Existem as **técnicas de avaliação do self**, que diagnosticam seus males, calibram seus fracassos e seus avanços de acordo com certas normas. Esses

diagnósticos podem vir de várias fontes: da sala do divã ao programa de rádio, formas de normalidade certificadas pelas autoridades competentes. Por último, destacam-se as **técnicas de reforma do *self***, de cura, que compõem uma lista quase infinita de técnicas, tais como catarse, empatia, interpretação, reestruturação cognitiva, técnicas corporais, etc. (Rose, 2003).

Ao definirmos o poder como “ações sobre ações”, podemos entender os modos pelos quais, nos mecanismos esboçados, a linguagem e as técnicas terapêuticas e a proliferação da terapêutica mesmo entre os leigos tiveram um papel importante na construção do tipo de pessoas que somos: seres humanos que se cuidam de uma forma bem específica, valorizam mais uns aspectos de si do que outros e tomam certas coisas como verdade – seja nosso desejo, nossa identidade ou nossas habilidades sociais (ROSE, 2003)<sup>127</sup>.

É em função disso que Rose afirma que a psicologia é uma ciência “generosa”<sup>128</sup>, pois ela “empresta” sua linguagem e suas técnicas a outras autoridades. Muitos outros *experts* da conduta humana são treinados por psicólogos (se não direta, indiretamente através de livros e artigos, por exemplo) e utilizam os conceitos psi para lidar com as pessoas, tendo seu modo de agir transformado. Essa generosidade psi só impõe uma condição: que esses técnicos adotem a cultura psi, recebendo uma base ética para seu trabalho, base essa que legitima a autoridade, dando a ela mais do que um poder bruto ou domínio, mas um poder terapêutico, democrático e legítimo, de acordo com o interesse dos governados. Isto é uma das grandes causas da atração pelo terapêutico, que por outro lado, ganha em termos de atuação em mais espaços e recebe maior legitimidade e reconhecimento (ROSE, 2003).

A psicologia é uma disciplina “generosa”: a chave para a penetração social da Psicologia jaz em sua capacidade de se oferecer “gratuitamente” aos outros, que irão “pegá-la emprestado” porque o que ela oferece a eles é um meio de justificação e guia para suas ações. É dessa forma que os modos psicológicos de pensar e agir vieram a ser infundidos nas práticas de outros atores sociais como médicos, assistentes sociais, gerentes, enfermeiros e mesmo, contadores (ROSE, 1998, p. 87)<sup>129</sup>

<sup>127</sup> O autor destaca aqui a importância da contribuição da Psicologia para a formação do atual regime de pessoa, trazendo como sua verdade científica, conceitos como desejo, identidade e habilidades sociais, que passaram a fazer parte do cotidiano mesmo dos leigos, que os usam para descrever suas experiências.

<sup>128</sup> No original: generous.

<sup>129</sup> Psychology is a “generous” discipline: the key to the social penetration of Psychology lies in its capacity to lend itself “freely” to others who will “borrow” it because of what it offers to them in the way of a justification and guide to action. It is in this fashion that psychological ways of thinking and acting have come to infuse the practices of other social actors such as doctors, social workers, managers, nurses, even accountants.

### 3.4 De Onde Vem o Poder da Psicologia?

Como vimos na introdução, os estudos históricos sobre a psicologia apresentam uma perspectiva internalista da constituição do campo da psicologia. Nessa perspectiva, o indivíduo psicológico é o objeto de estudo da psicologia, e é apresentado como uma entidade natural, a-histórica, que parece ter sempre existido. O desenvolvimento do pensamento ocidental culminou em torná-lo um objeto de estudo da ciência. Assim, o marco inaugural da psicologia estaria representado pela criação dos laboratórios de pesquisa experimental surgidos no século XIX. Rose (1998) apresenta uma crítica a essa perspectiva e propõe uma análise que leva em consideração as transformações históricas e sociais que forjaram a constituição da psicologia como campo disciplinar. Para o autor, a psicologia não surgiu no laboratório para ser posteriormente, “aplicada” à sociedade. A psicologia não foi aplicada (mesmo que mal aplicada) à realidade dos indivíduos.

Segundo Rose (1998), houve uma tradução entre o laboratório, o livro texto, o manual, o curso, etc. e os diversos locais de elaboração, utilização e justificação das teses psicológicas. Essa tradução ocorreu de acordo com uma série de táticas diferentes, que contribuíram para estabilizar o pensamento psicológico e criar um território de atuação da psicologia. Em primeiro lugar, houve persuasão, negociação e barganha entre as autoridades sociais e conceituais, incluindo todos os compromissos e cálculos que se pode esperar (conforme os mecanismos de tradução citados no segundo capítulo). Num segundo momento, houve a constituição de um modo de percepção no qual certos acontecimentos e entidades passaram a ser visualizados de acordo com as imagens psicológicas. A seguir, isto foi firmado pela circulação de uma linguagem na qual os problemas passaram a ser articulados em termos psicológicos, de acordo com uma retórica específica e cujos objetivos foram identificados de acordo com este vocabulário e gramática. O quarto passo foi o envolvimento dos agentes<sup>130</sup> numa rede psicologizada que permitiu a criação de ligações com a finalidade de solucionar problemas e fazer conexões entre a natureza, o caráter e as causas dos problemas encontrados em vários ambientes e as soluções reais ou potenciais dadas pela psicologia foram estabelecidas (ROSE, 1998).

---

<sup>130</sup> Psicólogos e autoridades sociais que solicitavam seus serviços

Da metade do século XIX em diante, a disciplinarização da psicologia esteve inextricavelmente ligada à possibilidade de construção dessas ligações (entre as autoridades sociais, os *experts* e as instituições). Como complemento, estas alianças também implicaram a incorporação de técnicas científicas pela psicologia, afim de atuar sobre seu objeto de estudo – o sujeito psicológico. Esta disciplinarização ocorreu por meio da psicologização de diversos setores e práticas. No processo de psicologização, a psicologia influenciou ou mesmo dominou outros modos de formar e disseminar verdades sobre os seres humanos. Quando nos referimos à psicologização dos indivíduos, não significa que um modelo único de pessoa foi imposto ou adotado de maneira totalitária nas sociedades contemporâneas. Pois, o caráter fragmentado da psicologia assegura um tipo de contestação permanente do regime de pessoa psicológico. Esta variação nas formas de psicologia, “criando” regimes diferentes de pessoa é chave para o amplo poder da psicologia pois permite a essa disciplina unir diversos campos, problemas e preocupações. A realidade social da psicologia não é um paradigma fragmentado mas coerente. Ao contrário, é uma rede complexa e heterogênea de agentes, locais, práticas e técnicas de produção e disseminação de verdades psicológicas. Algo se torna psicológico na medida que é problematizado nos termos infundidos pela psicologia. Como afirma Rose (1998):

A conduta das pessoas se torna perceptível e inteligível como se fosse mostrada numa tela psicológica, a realidade se torna ordenada por uma taxonomia psicológica e as habilidades, personalidades, atitudes, etc. se tornam centrais para as deliberações e cálculos das autoridades sociais e psicológicas (ROSE, 1998, p. 60<sup>131</sup>)

Outro aspecto analisado por Rose (1998) é a *techné* da psicologia. A *techné* da psicologia reúne características distintivas, como por exemplo, habilidades, artes, práticas e um conjunto de dispositivos utilizados por ela. Rose destaca três dimensões da relação entre a *techné* da psicologia, o poder e a subjetividade (ROSE, 1998). A primeira dimensão é a **transformação das racionalidades em programas de governo**. Ao longo do século XX, as normas, valores, imagens e técnicas psicológicas passaram a moldar o modo como as autoridades sociais pensam e percebem as pessoas. Certos objetivos sociais foram construídos em termos psicológicos como a normalidade, o ajustamento e a realização pessoal, e foram incorporados aos programas de regulação da conduta humana (em instituições, por exemplo) A administração da conduta foi psicologizada e o exercício das formas modernas de poder

---

<sup>131</sup> The conduct of people makes itself visible and notable as it were shown at a psychological screen, reality renders itself ordered by a psychological taxonomy and skills, personalities and attitudes are made important for the deliberations and calculus of social and psychological authorities.

político se tornou intrinsecamente associado à detenção de um saber sobre a subjetividade humana. Vale à pena destacar que a incorporação desses objetivos não foi feita apenas pelos psicólogos, mas por vários outros tipos de autoridade social. A segunda dimensão é a **transformação da legitimidade da autoridade social**. A disciplinarização da psicologia produziu uma série de novas autoridades sociais cujo campo de atuação é o manejo da subjetividade. Essas novas autoridades, como os psicólogos clínicos, educacionais, de recursos humanos, psicoterapeutas e conselheiros, ganharam status social e poder porque possuíam verdades psicológicas e dominavam técnicas psicológicas. A psicologia se associou à construção de novos objetos e problemas sociais nos quais a autoridade social poderia ser exercida legitimamente. A legitimidade das autoridades sociais foi baseada na valorização do saber, da objetividade e cientificidade da psicologia. A disseminação da psicologia nos sistemas de autoridade já existentes transformou esses sistemas, e tornou-os mais compromissados com ideais éticos já que a autoridade passou a ser exercida à luz de um saber sobre quem são os sujeitos psicológicos envolvidos. Essa autoridade não visa apenas ordenar, controlar, exigir obediência e lealdade mas também quer aprimorar as capacidades dos indivíduos, fazendo com que sejam capazes de agir sobre si. Por fim, a terceira dimensão é a **transformação ética**, que passou a ser embasada pela verdade científica. Como afirma Rose, “as decisões feitas pelas autoridades sociais passaram a ser conduzidas de forma a parecerem ser no melhor interesse daqueles cujas vidas elas afetam: seja o trabalhador, o preso, o paciente ou a criança” (ROSE, 1998, p.93)<sup>132</sup>. A *expertise* psicológica não apenas promete um tipo de *techné* para administração das pessoas em suas relações intersubjetivas, mas também promete algo àqueles que têm a responsabilidade de exercer poder sobre os outros. De um lado, permite que os sujeitos reúnam suas tarefas e atividades numa certa ordem e as sujeitem a um conjunto consistente de cálculos. De outro, prometem uma base ética aos poderes das autoridades (ROSE, 1998).

A *techné* estabelecida nas relações entre a *expertise* psicológica e a autoridade “privada” do indivíduo tem um impacto político nas técnicas liberais, democráticas de governo. Através dessas relações, tais campos podem ser regulados por meio de e não apesar de sua autonomia e responsabilidade, ou seja, a liberdade deixa de ser um empecilho a esse tipo de governo para se tornar um instrumento dele. Quando os problemas se tornam difíceis de auto-regulação, os indivíduos e as famílias consultam os *experts* buscando superar a ansiedade existente na lacuna entre o que eles são e o que querem ser. Os domínios

---

<sup>132</sup> The decisions made by social authorities are conducted in a way to look like to be in the best interest of those whose lives they affect: whether it be the worker, the prisoner, the patient or the child.

“privados” da família e da fábrica, por exemplo, podem ser normalizados através da ansiedade desses agentes sem destruir contudo sua autonomia formal.

As tecnologias da psicologia ganham seu poder social nas democracias liberais porque elas compartilham essa ética do *self* competente autônomo e porque prometem sustentar, respeitar e restaurar esse regime de *self* aos cidadãos de tais políticas. Elas constituem tecnologias da individualidade para produção e regulação do indivíduo que é “livre para escolher”(ROSE, 1998, p. 100<sup>133</sup>)

A psicologia não apenas se alia aos indivíduos ao prometer resolver seus problemas (falta de motivação, empreendedorismo, dificuldades familiares, descontentamento com o trabalho, estresse, entre outros), mas ela os transforma. Os acidentes de trabalho, por exemplo, são transformados em problemas de relações interpessoais.

Com a expansão da noção de risco, a psicologia passa a identificar os sujeitos sob risco psicológico: exaustão emocional, risco de adoecimento físico por problemas comportamentais, não adesão ao tratamento, risco de acidentes de trabalho por distraibilidade ou não utilização das normas de segurança. A direção do olhar psicológico pode identificar problemas e gerar estratégias profiláticas. Aqui, um novo papel pode ser assumido pelos *experts*, que passam a ser responsabilizados quando não conseguem prevenir os infortúnios que não podem mais ser considerados como destino, azar ou acidente. Na lógica do risco, os profissionais adquirem a obrigação de trazer o futuro para o presente e torná-lo calculável, através da prudência e da análise de custos e benefícios de cada comportamento (ROSE, 1998).

Na cultura do risco, os profissionais de saúde mental participam do gerenciamento dos indivíduos ao longo de um campo institucional complexo que inclui instituições de vários níveis de segurança – hospitais-dia, clínicas, abrigos, consultórios, ambulatórios, etc. Nesses territórios, surge uma nova distribuição dos problemas psicológicos, que os distingue entre problemas de baixo, médio e alto risco. Essa distribuição foi criada em função dos pacientes de alto risco. Contudo, considera-se que todos os pacientes possuem certo grau de risco e que cada nível possui suas próprias intervenções, e isso permite que a psicologia venha a ocupar novos espaços e atingir uma clientela cada vez maior (ROSE, 2002).

---

<sup>133</sup> “The technologies of Psychology gain their social power in liberal democracies because they they share this ethic of competent autonomous selfhood and because they promise to sustain, respect and restore selfhood to citizens of those polities. They constitute technologies of individuality for the production and regulation of the individual who is “free to choose”.

Vejamos os exemplos dados por Rose em relação à área de saúde mental. Nas situações de **baixo risco**, encontramos técnicas de controle que regulam e remodelam a conduta individual de acordo com as normas de autonomia, responsabilidade, competência e auto-realização. As técnicas de controle são o aconselhamento, a mediação, as técnicas comportamentais, os programas de treinamento para desempregados e os tutores escolares. Os pacientes procuram o psicólogo voluntariamente e se encaixam num ambiente terapêutico mais amplo. Existem psicólogos que oferecem conselhos nos programas de rádio, em livros de auto-ajuda, as técnicas comportamentais de manejo do estresse que podem ser auto-aplicadas, os psicólogos que atuam em hospitais com pacientes que não aderem à terapêutica medicamentosa. Enfim, são em sua maioria, pessoas não classificadas como um “paciente” propriamente dito, mas alguém que apresentou algum problema no gerenciamento de sua vida cotidiana e que recorre (ou aceita) ao conselho dos *experts* para corrigir este problema. Nas situações de **médio risco**, os dispositivos públicos de cuidado, como os hospitais psiquiátricos e asilos foram drasticamente reduzidos em prol de ambulatorios e leitos de pequena permanência, ainda voluntariamente, contando com uma equipe multiprofissional. Um mercado privado se abriu dedicado ao cuidado dos pacientes com transtornos mentais agudos que não oferecem risco imediato aos outros. Os planos de saúde e a família se tornaram importantes locais de governabilidade dos indivíduos. Através da família, o manejo dos membros problemáticos é incitado sem tirá-los do ambiente “natural”. Aqui podemos encontrar indivíduos com transtornos psiquiátricos menores, muitos deles tratados atualmente com terapia cognitivo-comportamental e que recorrem aos consultórios dos psicólogos e aos ambulatorios da rede pública, também os trabalhadores exauridos que buscam o psicólogo ou assistente social da empresa com queixas de insatisfação com o cargo, encontramos os pacientes de hospital geral apresentando ansiedade e depressão, que podem ser abordados em um pré-cirúrgico, por exemplo. Fora deste contexto, encontramos também as crianças com problemas de aprendizagem, abordadas com terapias específicas, pessoas com problema de luto, entre outros, enfim, pessoas que necessitam de acompanhamento por um certo período e não são capazes, pelo menos no momento atual, de se auto-gerenciarem por conta própria. Na zona de **alto risco**, os indivíduos passam por um manejo contínuo e infinito por serem considerados permanentemente problemáticos. A avaliação diagnóstica é substituída pela avaliação probabilística e o psicólogo se dobra ao papel do administrador que prevê a chance de cura e recaída da pessoa (ROSE, 2002). Aqui “o olhar clínico é disciplinado e

padronizado” (ROSE, 2002, p.226)<sup>134</sup>. Os pacientes de alto risco incluem tanto os pacientes psiquiátricos, os que ficam confinados às instituições carcerárias ou manicomiais, como os que não necessitam de institucionalização mas que são cuidados como, por exemplo, os deficientes físicos e mentais. O psicólogo deve ser permanentemente atento a este tipo de pessoa, às suas melhoras e pioras, seu prognóstico e o índice de risco que oferece aos demais, indicando medidas mais restritivas ou não. O mais importante é o cálculo estatístico de periculosidade e não a avaliação terapêutica<sup>135</sup>.

Rose busca mostrar que a psicologia ocupa esse papel social porque suas tecnologias intelectuais e práticas “traduzem” os princípios da democracia e do liberalismo do domínio da ética para o domínio das verdades científicas e da *expertise* racional. Com a psicologia, a vida social dos indivíduos pode ser conhecida objetivamente e governada racionalmente. Enquanto esses ideais democráticos e liberais são abstratos e gerais – respeito, autonomia, responsabilidade social, controle – a psicologia os apresenta de forma congruente com programas específicos de gerenciamento de áreas particulares da vida pessoal.

Um outro exemplo da tradução ocorrida entre psi e autoridades sociais é dado pela constituição do campo da psicologia Social. A psicologia social desenvolveu tecnologias intelectuais que fornecem um vocabulário para o entendimento dos problemas que assolam a democracia nas sociedades contemporâneas. Ela os avalia em termos dos modos democráticos de resolvê-los (por exemplo, a pesquisa de opinião, forma da população oferecer seu ponto de vista e contribuir para as decisões feitas em seu nome). Para a psicologia Social, a natureza social do homem deve ser conhecida para que ele seja governado. O conceito de atitudes, por exemplo, tornou inteligíveis as ações sociais dos indivíduos em relação a uma série de valores – preferências políticas, preconceitos, orientação religiosa, crenças morais – tornando-as um campo psicológico ordenado e mensurável. Já o conceito de grupo, transformou as solidariedades problemáticas das massas humanas em processos específicos e relações descritíveis. Esses fenômenos foram simultaneamente transformados em disciplinas e em campos epistemológicos. Ou seja, foram colocados num novo regime de produção de verdades (ROSE, 1998).

Um terceiro exemplo das tecnologias intelectuais da psicologia usadas pelo liberalismo é o desenvolvimento das técnicas comportamentais. As técnicas comportamentais se associaram à atmosfera estéril do ambulatório, ao rigor dos métodos experimentais, às

---

<sup>134</sup> The clinical gaze is disciplined and padronized.

<sup>135</sup> Pois um paciente que recebe um diagnóstico tido como “permanente” como a esquizofrenia, pode nunca deixar a faixa de risco, principalmente se apresentar um comportamento agressivo. Poderá ser considerado como agressivo e dependente de terapia e medicações.

técnicas estatísticas e à objetividade e neutralidade do psicólogo experimental (ROSE, 1989; p.233). Elas desempenharam um papel importante na expansão da terapêutica psicológica a novos problemas e populações, na diversificação da *expertise* psicológica e na proliferação de locais para prática dos engenheiros da alma humana. Enquanto muitos associaram as técnicas comportamentais a manipulação e controle, seus praticantes enfatizam seu potencial de aprimoramento das habilidades de auto-gerenciamento e de ajuda aos pacientes que precisam ganhar controle sobre seus sentimentos e comportamentos. A psicoterapia comportamental se transformou numa técnica de auto-análise e auto-ajuda, uma terapia da normalidade que permite lidar com ansiedade, estresse ou situações de demanda social. Por esses motivos, ela se tornou uma técnica libertadora e de auto-afirmação, em consonância com valores humanistas e com a ética secular do estilo de vida do *self* responsável e autônomo. As técnicas comportamentais descrevem todas as formas de comportamento, não como qualidades inerentes à alma mas como técnicas aprendidas ou habilidades sociais (ROSE, 1989). Como afirma Rose,

As aspirações liberais e democráticas das técnicas comportamentais parecem falar por si mesmas. Suas promessas de auto-afirmação e controle oferecem a cada um de nós o acesso àquelas qualidades que asseguraram o sucesso daqueles que invejamos. Mas há um outro lado dessa promessa: o constante escrutínio e avaliação de nossas performances. Mesmo o prazer se tornou uma forma de trabalho a ser acompanhada pela *expertise* sobre a égide do saber científico (ROSE, 1989, p. 241<sup>136</sup>)

Certamente, as soluções psicológicas usadas no governo da subjetividade são consoantes com as racionalidades políticas que estão em jogo no período em que surgem. Seu distanciamento da moralidade liberal autônoma fornece uma tradução mútua das linguagens de saúde psicológica e liberdade individual. A saúde psicológica é a capacidade de escolher entre várias opções de conduta, sendo flexível de acordo com a demanda e escolhendo aquilo que é racionalmente mais vantajoso para si. A expansão das psicologias no mercado liberta as técnicas de auto-regulação dos sistemas burocráticos de vigilância, avaliação e controle da conduta pessoal. Assim, por exemplo, a troca financeira que torna possível o consultório particular não precisa mais garantir a impessoalidade da relação entre analista e analisando que está por trás de um encontro intensamente pessoal. Ao contrário, sua racionalidade agora é a da escolha, da soberania do cliente. A prática psicológica privada de consultório enfatiza a

---

<sup>136</sup> Liberal and democratic aspirations of behavioral techniques seem to speak by themselves. Their promises of self-affirmation and control offer to each one of us the access to those qualities that guarantee the success of those we envy. But there is an other side in this promise: the continual scrutiny of our performances. Even pleasure has turned into a form of work to be accompanied by expertise by the aegis of scientific knowledge.

natureza voluntária do compromisso do indivíduo em prol de seu auto-desenvolvimento e manifesta a vontade de aceitar a responsabilidade num contrato livre (ROSE, 1989).

Segundo Rose, é no espaço aberto entre a imposição de controle da conduta pelo poder público e as formas de vida adotadas por cada indivíduo, que estão localizados os vocabulários e técnicas das ciências psi. Na rede complexa que traçaram, as verdades da ciência e os poderes dos *experts* agem como transmissores dos valores das autoridades e ao mesmo tempo, nos aproximam de nossas aspirações. Essas tecnologias de governo da alma não operam esmagando a subjetividade em prol do controle e do lucro mas buscando alinhar objetivos sociais com prazeres e desejos individuais. Seu poder reside na capacidade de oferecer modos pelos quais a regulação dos selves pode ser consoante com princípios políticos, ideais, morais e exigências. É nesse sentido que Rose afirma que as terapias “são precisamente, terapias da liberdade” (ROSE, 1989; p.261)<sup>137</sup>.

---

<sup>137</sup> Therapies of freedom.

## 4 CONCLUSÃO

O governo nas sociedades capitalistas avançadas deve ser entendido como um conjunto de racionalidades e tecnologias de governo. As racionalidades de governo são os vocabulários ou campos discursivos que forjam significados coletivos aos objetivos de governo. As tecnologias de governo tornam as racionalidades operáveis através de programas específicos de governo (MILLER; O'LEARY, 1994). Nessa formulação, a psicologia desempenha o papel de tecnologia intelectual. Ou seja, a psicologia é um tipo de tecnologia que torna visíveis e inteligíveis certas características das pessoas, de seu comportamento e de suas relações interpessoais (ROSE, 1998). Melhor dizendo, a psicologia concretiza suas teorizações, traz para nossas relações cotidianas seus conceitos, que passam a fazer parte de nossas vidas<sup>138</sup>.

O destaque do saber psicológico nas sociedades contemporâneas não foi um mero fruto do acaso. Ele ocorreu devido ao cruzamento de diversos fatores envolvidos nas racionalidades e tecnologias de governo de nossa época e se deve especialmente à racionalidade liberal de governo. Este tipo de racionalidade depende da criação de espaços privados fora do âmbito formal de atuação dos poderes públicos, ou seja, o Estado deve intervir o menos possível na vida particular das pessoas e das organizações, dando a elas, liberdade de se conduzirem segundo as escolhas que fazem. O bom governo é aquele que respeita este espaço privado (ROSE, 1998). As pessoas, segundo as racionalidades liberais, devem ser autônomas e responsáveis pelos próprios atos, o governo não deve alimentar a dependência delas aos aparelhos estatais. Mas esta autonomia não é completamente livre, é um tipo de liberdade regulada na qual o indivíduo é obrigado a fazer escolhas, dentro de um campo que lhe é oferecido (ROSE, 1998). Se não são oferecidas todas as possibilidades, a liberdade não é total.

As tecnologias psi ganham poder social na sociedade liberal porque partilham da ética do *self* autônomo e porque prometem restaurar o poder de escolher e ser responsável aos indivíduos que estão enfrentando um problema neste campo. Desde aquele que está preso num conflito e necessita apenas ler um livro de auto-ajuda ou um artigo de psicologia num

---

<sup>138</sup> A Psicologia realça algumas características de nosso interior. Por exemplo: a personalidade não é um simples conceito que serve para que os psicólogos façam diagnósticos e prescrevam tratamentos, não é um conceito restrito ao campo especializado, mas passa a ser algo quase tangível quando o público leigo passa a afirmar que temos uma personalidade e viver sua vida de acordo com essa crença. Assim, passamos a ter personalidade, *self*, motivação, recalque, complexo de Édipo e uma série de outras entidades que formam nosso interior psicológico e que fazem parte de nossas representações compartilhadas do que é ser uma pessoa humana. Essas representações não fazem sentido sem as formulações do saber psicológico, por isso, a importância da Psicologia em nossas sociedades.

jornal popular, até aquele que possui algum tipo de transtorno mental e necessita de uma intervenção contínua. A psicologia constitui tecnologias da individualidade que produzem e regulam o indivíduo que é livre para escolher (ROSE, 1998).

Essas práticas de gerenciamento da individualidade não operam por meio da repressão ou da dominação. A psicologia busca ativamente produzir sujeitos dentro de um formato específico (o sujeito liberal), fabricando desejos e aspirações. A psicologia não despreza a liberdade dos sujeitos, ao contrário, utiliza-se dela para moldá-la. Aqui, a autoridade arbitrária é substituída por uma autoridade que usa uma justificação racional para suas ordens/conselhos, uma justificação científica, baseadas em fatos, testes e experimentos (ROSE, 1998). Como a ciência é valorizada em nossa sociedade, o que o psicólogo diz possui um status de verdade. Ao usar o método científico, ele se imbuí de uma legitimidade. Isto é característico da *expertise*, um campo especializado que possui profissionais autorizados a falarem a verdade sobre os fenômenos que ali ocorrem devido à racionalidade que utilizam.

O que a *expertise* faz não é constranger o sujeito com uma série de injunções morais e ameaçá-lo se ele não cumpri-las. O que está em jogo aqui são práticas éticas, que se distinguem da moral por serem conselhos práticos sobre como as pessoas devem se preocupar consigo mesmas “fazendo de si, sujeitos de solicitude e atenção, conduzindo-se no mundo da própria existência” (ROSE, 1996; p.135)<sup>139</sup>. Os psicólogos oferecem direções no cuidado de nós mesmos, em nome do objetivo principal de nossas sociedades: a liberdade e tudo aquilo que a acompanha. O saber psi também está imbuído da cultura liberal que permeia a sociedade: as idéias da cultura empreendedora, a noção de risco e toda forma de governar característica de nossa época.

A psicologia não é um saber de dominação dos indivíduos, que molda as pessoas contra as próprias vontades a serviço de um Estado “oculto” (ROSE, 1998). Segundo Rose (1996), a psicologia possui uma dupla aliança. Por um lado, se alia àqueles que exercem o governo da conduta humana, oferecendo a eles um saber científico sobre a conduta dos governados, saber este, baseado em seus processos interiores, visíveis apenas a quem sabe olhar<sup>140</sup>. A psicologia dá aos governantes, uma nova justificação ética para o governo. Este não é mais uma imposição, mas aquilo que é melhor para os governados, aquilo que tende a obedecer sua natureza e cria bem estar. A psicologia fornece auxílio na tradução de programas gerais de governo (por exemplo, permeados pelo ideal democrático) para programas

<sup>139</sup> Making of themselves subjects of solicitude and attention, conducting themselves in the world of their own existence.

<sup>140</sup> Lembremo-nos que uma das características essenciais do liberalismo é governar de acordo com a “natureza” das coisas.

específicos e locais (exemplo: a construção de um questionário de pesquisa de opinião) que visam obter maiores informações sobre os indivíduos para agir sobre eles enquanto sujeitos autônomos. Por outro lado, a psicologia também se alia aos governados, aos seus desejos e necessidades, oferecendo ajuda quando estes não conseguem cumprir os deveres de cidadãos ou ter a responsabilidade por seus atos, por exemplo (ROSE, 1996). A expansão da terapêutica é um dos exemplos da força e do poder de penetração da psicologia junto aos governados. A terapia é buscada muitas vezes por livre e espontânea vontade. Através destes encontros, não apenas em terapia, mas na seleção de profissionais para um cargo, na orientação vocacional e nos encontros virtuais pelo rádio e pelos artigos de revista, os psicólogos podem oferecer seus conselhos para que o indivíduo tenha uma vida bem sucedida, vivendo com qualidade, uma boa situação financeira e realizado pessoalmente.

Rose (1989) deixa claro que não se trata de um psicólogo “enganando” o cliente e prometendo uma felicidade que sabe que não será capaz de prover e nem tampouco de um cliente ingênuo, incapaz de discernir o que é melhor para si. Ao contrário do que parece, a importância da liberdade em nossas sociedades fez com que os governados ganhassem voz ativa no processo de governo<sup>141</sup>. O sujeito que ouve as recomendações do psicólogo está livre para escolher se quer ou não seguir o que está sendo recomendado. Neste sentido, a possibilidade de resistência aumenta. Por exemplo, se um paciente vai ao médico e este lhe recomenda uma dieta, o paciente está livre para decidir se quer ou não fazer a dieta. Se decidir não segui-la, deverá arcar com as conseqüências para sua saúde pois existem inúmeros estudos científicos embasando a atitude do médico. No caso do psicólogo ocorre algo muito semelhante. Além dos estudos científicos, seu discurso está permeado por nossos valores sociais. Se a cultura liberal valoriza as escolhas livres, a orientação do psicólogo se dará no sentido de sermos mais livres e conhecermos nossa natureza para que isto guie nossas escolhas.

Como foi mostrado, a psicologia exerce um papel imprescindível nos sistemas de governo contemporâneos, atuando como uma espécie de intermediário entre as autoridades que governam e as pessoas que são governadas. O saber psi fornece instrumentos éticos para o governo, utilizando-os não apenas ela mesma mas todas as autoridades da conduta humana: médicos, assistentes sociais, engenheiros, padres, etc. Estamos imbuídos com uma linguagem psi que deixa disponíveis certas formas de ser pessoa através das quais podemos nos

---

<sup>141</sup> Para Rose (1989) o ganho de liberdade realmente ocorreu e não se trata de uma liberdade falsa ou ilusória. A crítica feita pelo autor é que pagamos um preço por sermos livres para escolher. O preço de estarmos presos a uma concepção psicológica de pessoa, quando poderiam existir muito mais possibilidades, mais criativas e valorizando aspectos mais comunitários que individuais.

interpretar e nos conhecer, agindo sobre nós mesmos de acordo com essas concepções. Os psicólogos cada vez mais treinam as autoridades da conduta humana para utilizarem seus vocabulários e suas técnicas, fazendo com que a linguagem psi se expanda ainda mais (ROSE, 1989). Em suma, como afirma Rose :

As características distintivas do saber e *expertise* modernos da psique, tem a ver com seu papel de estimulação as subjetividade, promovendo a auto-inspeção e a auto-consciência, moldando desejos, buscando maximizar capacidades intelectuais. Eles são fundamentais para a produção de indivíduos que são “livres para escolher”, cujas vidas passam a valer a pena na medida em que eles são imbuídos de sentimentos subjetivos de prazer significativo (ROSE, 1989p.4<sup>142143</sup>).

---

<sup>142</sup> The distinctive features of the modern knowledge and expertise of the psyche have to do with their role in the stimulation of subjectivity, promoting self-inspection and self-consciousness, shaping desires, seeking to maximize intellectual capacities. They are fundamental to the production of individuals, “free to choose”, whose lives become worthwhile to the extent that they are imbued with subjective feelings of meaningful pleasures.

<sup>143</sup> Rose mantém um paradoxo em toda obra que foi apresentada. O autor afirma que somos livres porém, ao mesmo tempo, somos “obrigados a escolher”. Para sermos “livres” devemos nos submeter à ação das técnicas do self, que nos moldam de acordo com a racionalidade de governo vigente. De certa forma, seríamos conduzidos pelos experts a seguirmos os padrões liberais. A preocupação nesta tese não foi de resolver o dilema apresentado pelo autor, apenas de apresentar suas hipóteses, por isto, não demos maior destaque a esta questão.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *O mal estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.
- CALIMAN, L.C. *Dominando corpos, conduzindo ações: genealogias do biopoder em Foucault*. 2002. 119f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of Saint Briec Bay. In: LAW, J. *Power, action and belief in a new sociology of knowledge*. London: Routledge, 1986.
- CASTEL, R. From dangerousness to risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: Chicago University Press, 1991.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DEAN, M. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage, 1999.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- EWALD, F. Insurance and risk. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: Chicago University Press, 1991.
- FERREIRA, C.M.P. *Causalidade psíquica em Freud*. 2000. 119f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade, 1984. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. L'extension sociale de la norme, 1976b. In: DEFERT, D. E.; EWALD, F. (Org.). *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.
- \_\_\_\_\_. Les mailles du pouvoir, 1976a. In: DEFERT, D. E.; EWALD, F. (Org.). *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. Omnes et Singulatim: vers une critique de la raison politique, 1981. In: DEFERT, D. E.; EWALD, F. (Org.). *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. Pouvoir e corps, 1975. In: DEFERT, D. E.; EWALD, F. (Org.). *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. Le pouvoir, une bête magnifique, 1977. In: DEFERT, D. E.; EWALD, F. (Org.). *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território e população: curso no Collège de France*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. Subject and power, 1982. In: ROSE, N.; RABINOW, P. *The essential Foucault: selection from essential works of Foucault, 1954-1984*. New York: New Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Technologies of the self. In: MARTIN, L. H.; GUTMAN, H.; HUTTON, P. H. *Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault*. Amherst: Massachussets Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1988b.

GERGEN, K. J. *The social construction of the person*. New York: Springer, 1985.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GORDON, C. Governmental rationality: an introduction. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: Chicago University Press, 1991.

LASCH, D. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LATOURE, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 1988.

\_\_\_\_\_. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. On technical mediation: philosophy, sociology and genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

\_\_\_\_\_. Les “vues” de l’esprit: une introduction a l’antropologie des sciences e des techniques. In: LATOURE, B.; AKRICH, M.; CALLON, M. *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*. Paris: Press de L’École de Mines, 2006.

MILLER, P.; O'LEARY, T. Accounting and the construction of the governable person. *Accounting, Organizations and Society*, v. 12, n. 3, p. 235-65, 1989.

\_\_\_\_\_.; ROSE, N. *Governing the present: administering economic, social and personal life*. Cambridge: Polity Press, 2008.

NETTLETON, S. Governing the risky self: how to become healthy, wealthy and wise. In: PETERSEN, A.; BUNTON, R. *Foucault, health and medicine*. London: Routledge, 1997.

O'MALLEY, P. Risk and responsibility. In: BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (Org.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Risk, uncertainty and government*. London: Routledge, 2004.

PASQUINO, P. Theatrum politicum. The genealogy of capital – police and the state of prosperity. *Ideology and Consciousness*, v. 4, p. 41-54, 1978.

PROCACCI, G. Social economy and the government of poverty. *Ideology and Consciousness*, v. 4, p. 55-72, 1978.

ROSE, N. Assembling the modern self. In: PORTER, R. (Org.). *Rewriting the self: histories from the renaissance to the present*. London: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. At Risk of Madness. In: BAKER, T.; SIMON, J. *Embracing risk: the changing culture of insurance and responsibility*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Authority and the genealogy of subjectivity. In: HEELAS, P.; LASCH, S.; MORRIS, P. *Detraditionalization: critical reflections on authority and identity*. London: Blackwell, 1996b.

\_\_\_\_\_. The death of the social?: re-figuring the territory of government. *Economy and Society*, v. 25, n. 3, p. 327-356, 1996a.

\_\_\_\_\_. Governing cities, governing citizens. In: ISIN, E.F. *Democracy, citizenship and the global city*. London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. Governing the enterprising self. In: HEELAS, P.; MORRIS, P. (Org.). *The values of the enterprise culture: the moral debate*. London: Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Free Association Books, 1989.

\_\_\_\_\_. *Inventing ourselves: psychology, power and personhood*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Power and psychological techniques. In: HOUSE, R.; BATES, Y. *Ethically challenged professions: enabling innovation in psychotherapy and counselling*. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2003.

ROSE, N. *The psychological complex: psychology, politics and society in England 1869-1939*. London: Routledge & K. Paul, 1985.

\_\_\_\_\_. *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROSE, N.; O'MALLEY, P.; VALVERDE, M. Governmentality. *Annual Review of Law and Social Science*, n. 2, p. 83-104, 2006.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

SENELLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p. 1-14, 1995.

\_\_\_\_\_. Resumo do curso. In: FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008b.

SILIER, Y. *Freedom: political, metaphysical, negative and positive*. New York: Ashgate, 2005.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)